

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO

PABLO FILIPE QUINTANI

TRAJETÓRIA POLÍTICA, REFORMA ADMINISTRATIVA E AÇÕES PARA JUVENTUDE:
O CASO DA DIVISÃO PARA ASSUNTOS DA JUVENTUDE EM BLUMENAU/SC

CURITIBA
2015

PABLO FILIPE QUINTANI

**TRAJETÓRIA POLÍTICA, REFORMA ADMINISTRATIVA E AÇÕES PARA JUVENTUDE:
O CASO DA DIVISÃO PARA ASSUNTOS DA JUVENTUDE EM BLUMENAU/SC**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Tarcisa Silva Bega

Curitiba

2015




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, após arguir o candidato **Pablo Felipe Quintani**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "TRAJETÓRIA POLÍTICA, REFORMA ADMINISTRATIVA E AÇÕES PARA JUVENTUDE: O CASO DA DIVISÃO PARA ASSUNTOS DA JUVENTUDE EM BLUMENAU-SC" é de parecer favorável à A.P.R.O.V.A.CÃO do acadêmico, habilitando-o ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa "Cidadania e Estado" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 28 de abril de 2015.


Profª Drª Maria Salete da Silva


Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira


Profª Drª Maria Tarcisa Silva Bega
Orientadora e presidente da banca examinadora

Quintani, Pablo Filipe

Trajetória política, reforma administrativa e ações para a juventude: o caso da divisão para assuntos da juventude em Blumenau/SC – Curitiba, 2015.

133 f.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Juventude. 2. Políticas públicas. 3. Blumenau (SC) - Prefeitos.
I. Título.

CDD 301

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer ao Programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR por ter garantido as condições para a realização desta pesquisa. Agradeço também a CAPES por fornecer o incentivo necessário para a permanência dos estudantes e pesquisadores no mestrado.

Gostaria de agradecer de forma muito especial à minha orientadora Maria Tarcisa da Silva Bega, que soube conduzir a orientação com presteza e com bons exemplos, servindo de inspiração para continuar trabalhando.

Quero agradecer de forma especial aos professores, sempre solícitos, pelas suas críticas pontuais e palavras de incentivo. Agradeço aos colegas de curso que estiveram presentes em tantos momentos especiais em sala de aula. Que fique registrado a importância das discussões no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, sem o qual teria sido impossível avançar significativamente na dissertação. Sou grato também por todos aqueles que conheci na pesquisa de campo. Este trabalho é também fruto da disponibilidade e ajuda destas pessoas.

Agradeço em particular aos professores Ricardo Costa de Oliveira e Maria Salete da Silva que gentilmente participaram da banca de qualificação e defesa. Suas críticas e sugestões foram inestimavelmente valiosas para a escrita desse trabalho.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado se inscreve na temática dos processos de institucionalização de políticas de juventude. Buscou analisar a temática das políticas públicas para juventude a partir da criação da Divisão para Assuntos da Juventude (DAJ) na cidade de Blumenau/SC. Buscou-se compreender quais fatores podem ser considerados mais relevantes para o surgimento de uma configuração institucional que atenda, em âmbito municipal, à parcela da população jovem. O contexto em que esta pesquisa está inscrita situa-se entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. A inserção da pesquisa se dá pelo viés sociológico. A pergunta que orientou o problema de pesquisa foi: quais atores e configurações institucionais, presentes no final da década de 1980, representaram maior impacto no desenho e implantação da DAJ? Caracteriza-se então por ser uma pesquisa de reconstrução dos fatos históricos, descrição do processo de institucionalização de políticas de juventude e explicação dos fatores que levaram a criação da DAJ. A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, para resgatar a fala dos atores, e consulta em documentos, jornais e revistas que ilustrassem a época pesquisada. Verificou-se que o processo de criação da DAJ esteve associado com uma configuração institucional favorável – redemocratização, reforma administrativa, novas demandas da sociedade civil – mas principalmente a conjugação dos interesses do então prefeito eleito Vilson Kleinübing com o projeto político da Juventude do PDS. Vilson Kleinübing consegue ampliar sua base de apoio político através dos jovens. A Juventude do PDS é atendida em suas demandas, recebendo o cargo de chefe da DAJ o então presidente da Juventude do PDS, Sergio Hoffmann. A DAJ em Blumenau representou, muito mais do que uma resposta a demandas efetivas dos jovens, uma nova forma encontrada pelas lideranças conservadoras de construir uma base de apoio político em uma sociedade que havia saído de um regime militar ditatorial e que clamava por mudanças que ampliassem seus direitos sociais.

Palavras-chave: Juventude. Políticas públicas. Blumenau. Vilson Kleinübing.

ABSTRACT

This dissertation is inscribed in the subject of youth policy of institutionalization processes. Having as a purpose to examine the issue of public policies for youth through the creation of the Division for Youth Affairs (DAJ) in the city of Blumenau / SC, the intention was to understand what factors can be considered more relevant to the emergence of an institutional setting that meets, at the municipal level, the share of young population. The context in which this research is entered is between the late 1980s and early 1990s and the insertion of the research is through the sociological bias. The question that guided the research problem was: which actors and institutional settings, present in the late 1980s, represented an increasing impact on the concept and implementation of DAJ? The research characterized as a reconstruction of historical facts, description youth policies of institutionalization process and explanation of the factors that led to the creation of DAJ. The methodology used was qualitative, using semi-structured interviews, to rescue the speech of actors, and search in documents, newspapers and magazines to illustrate the time searched. It was found that the process of creating the DAJ was associated with a favorable institutional setting - democratization, administrative reform, new demands of civil society - but mainly the conjunction of the interests of the the mayor elected Vilson Kleinubing at the time with the political project of the PDS Youth. Vilson Klçeınübing was able to expand his political base of support through youth. The PDS Youth was served in their demands, getting the post of head of the DAJ the president of the PDS Youth, Sergio Hoffmann. The DAJ in Blumenau represented much more than a response to actual demands of young people, it was a new way found by conservative leaders to build a political base of support in a society that had left a dictatorial military regime and called for changes that would broaden their social rights.

Keywords: Youth. Public policies. Blumenau. Vilson Kleinubing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – DIMINUIÇÃO DO TRRITÓRIO DE BLUMENAU.....	25
QUADRO 1 - PREFEITOS DE BLUMENAU E GOVERNADORES DE SANTA CATARINA	27
QUADRO 2 – EVENTOS ARTÍSTICOS EM BLUMENAU (1990).....	29
QUADRO 3 – EVENTOS, FEIRAS E FESTAS EM BLUMENAU (1990).....	30
FIGURA 2 – PROPORÇÃO DE JOVEN SEM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL: BRASIL, SANTA CATARINA E BLUMENAU.....	33
QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO (P)MDB, POR PROFISSÃO E ATIVIDADE EXERCIDA NOS ANOS PRECEDENTES A ELEIÇÃO À REPRESENTAÇÃO NO GOVERNO LOCAL.....	46
QUADRO 5 - ANO DE FUNDAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS INDUSTRIAIS DE BLUMENAU (1880- 1945).....	65
QUADRO 6 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DO SETOR TÊXTIL NO PODER MUNICIPAL EM BLUMENAU (1893-1977).....	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SERVIDORES PUBLICOS DE BLUMENAU (1988 - 1990).....	28
TABELA 2 – MATRICULAS NO SISTEMA DE ENSINO DE BLUMENAU (1988 - 1990)...	28
TABELA 3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BLUMENAU (1988 - 1990).....	31
TABELA 4 – CONSTRUÇÃO CIVIL EM BLUMENAU (1989 -1990).....	32
TABELA 5- PROPORÇÃO DE JOVENS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 15 E 29 ANOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DAS RESPECTIVAS AMOSTRAS: BRASIL, SANTA CATARINA E BLUMENAU.....	33
TABELA 6 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE (1907-1929) POR SETORES....	66
TABELA 7 - TOTAL DE EMPRESAS E EMPREGADOS EM BLUMENAU (1985/1993/1994) POR SETORES ECONÔMICOS E POR RAMO (SETOR INDUSTRIAL)	71
TABELA 8 - QUANTIDADE DE EMPRESAS E EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DE BLUMENAU(1985/1993) POR TAMANHO DA EMPRESA (com valores e percentagem de crescimento).....	72
TABELA 9 - VALORES FINANCEIROS(em US\$ 1.000,00) DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS PELAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DA BASE DO SINTEX (1990-92).....	75
TABELA 10 – MOVIMENTOS SOCIAIS EM BLUMENAU E REGIÃO.....	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
A TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	14
1 BLUMENAU: A CIDADE E A JUVENTUDE.....	21
1.1 A CIDADE DE BLUMENAU.....	21
1.2 A JUVENTUDE DE BLUMENAU.....	32
2 O CONTEXTO POLÍTICO PARTIDÁRIO LOCAL.....	36
2.1 O CONTEXTO POLÍTICO PARTIDÁRIO EM SANTA CATARINA.....	36
2.2 O PMDB EM SANTA CATARINA E BLUMENAU.....	42
2.3 VILSON PEDRO KLEINÜBING: UM AVENTUREIRO POLÍTICO?.....	50
3 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE.....	64
4 REFORMA ADMINISTRATIVA.....	76
4.1 REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO.....	77
4.2 REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO NO BRASIL.....	79
4.3 A REFORMA ADMINISTRATIVA EM BLUMENAU.....	83
5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSOCIATIVISMO CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS EM BLUMENAU.....	87
5.1 O ASSOCIATIVISMO CIVIL.....	87
5.2 ASSOCIATIVISMO CIVIL EM BLUMENAU.....	88
5.3 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES.....	90
5.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	91
6 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	95
6.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	95
6.2 MARCOS LEGAIS DA POLÍTICA DE JUVENTUDE.....	97
6.3 MARCOS LEGAIS DA POLÍTICA DE JUVENTUDE EM SANTA CATARINA.....	102
6.4 A DIVISÃO PARA ASSUNTOS DA JUVENTUDE.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	125

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado se inscreve na temática dos processos de institucionalização de políticas de juventude. Buscou-se compreender, através da análise de um caso concreto, quais fatores podem ser considerados mais relevantes para o surgimento de uma configuração institucional que atenda, em âmbito municipal, à parcela da população jovem. A análise do caso em questão diz respeito a criação da Divisão para Assuntos da Juventude (DAJ) da cidade de Blumenau/SC. O contexto em que esta pesquisa está inscrita situa-se entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. A inserção da pesquisa se dá pelo viés sociológico. Buscou-se na contextualização política, econômica e cultural elencar os vários fatores que auxiliaram a compreensão da realidade local. A pesquisa objetivou reconstruir os arranjos sociais que podem explicar a criação da DAJ. Caracteriza-se então por ser uma pesquisa de reconstrução dos fatos históricos, descrição do processo de institucionalização de políticas de juventude e explicação dos fatores que levaram a criação da DAJ.

O final da década de 1980, em âmbito nacional, pode ser considerado como um período marcado pelo fim do regime militar, crise econômica, descentralização, crise fiscal e reforma administrativa do Estado, profusão de movimentos sociais, efervescência de ideias ligadas à cidadania e participação social em consonância com as expectativas abertas pela Constituição Federal de 1988.

Nesse mesmo período, na cidade de Blumenau, pode-se destacar alguns fatores importantes para a compreensão do contexto local. Na esfera da política, vivenciava-se um momento de transição entre um partido até então hegemônico, PMDB, que possuía alguma relação com uma base popular, para outro, PFL, articulado fundamentalmente pelas lideranças políticas e empresariais de Blumenau e região. O PMDB, conseguia, até aquele momento, permanecer no poder do Executivo por quase vinte anos¹. Quando perdeu as eleições de 1988 para o candidato Vilson Kleinübing (PFL). Kleinübing foi um ator político central para o processo de criação da DAJ. Nascido no Rio Grande do Sul e com formação na área de Engenharia, Kleinübing, logo cedo muda-se para Santa Catarina, aonde inicia seus estudos e por influência, inicialmente do pai², estabelece os primeiros contatos com a política. Apadrinhado por Jorge Konder Bornhausen, Vilson, vai

1 Considerado que o PMDB é criado por membros do extinto MDB.

2 Seu pai foi prefeito de Videira, cidade do extremo oeste de Santa Catarina.

galgar posições no cenário político ao assumir cargos de confiança em secretarias e órgãos do governo catarinense. Em pouco tempo ganha densidade política suficiente para candidatar-se aos primeiros cargos elegíveis. Faz então uma carreira meteórico, em menos de 10 anos ascende de deputado para prefeito, passando a governador e senador por Santa Catarina. Só é parado por um câncer que tira a sua vida em 1998. A DAJ foi criada da relação estabelecida entre Kleinübing e a Juventude do Partido Democrático Social (PDS), tendo como presidente e articulador Sergio Hoffmann. Em reunião realizada na sede do grupo de jovens do PDS foi firmado o acordo que em 1989 instituiria a DAJ em Blumenau.

Ainda em Blumenau é necessário destacar outros acontecimentos importantes para a compreensão da realidade local. A cidade foi colonizada por imigrantes alemães e projetada para a produção rural de subsistência baseada em pequenos produtores. Ao longo da sua primeira fase de desenvolvimento ganhou destaque, no Estado, pela sua capacidade produtiva com empresas têxteis. Durante a primeira metade do século XX o empresariado local vai estabelecer uma relação direta com o governo municipal. Criando-se assim um mecanismo de dominação caracterizado pela ideologia da superioridade do trabalhador alemão, aliado aos setores mais conservadores das elites políticas locais e garantindo relativo isolamento de Blumenau, em termos políticos e culturais, do resto do Brasil. Essa dominação vai se estender até os dias atuais, apenas aletrando-se alguns de seus elementos: a ideologia alemã acaba sendo reproduzida principalmente através do investimento no turismo; as elites políticas conseguem penetrar nas bases sociais dos partidos “populares” e alijar os movimentos de trabalhadores; a máquina pública é alinhada com os interesses das elites; e o crescimento da cidade se mantém pela diversificação da base produtiva.

O final da década de 1980, em Blumenau, também pode ser lembrado pelo crescimento das Associações de Moradores. Criadas fundamentalmente para atender a uma exigência do Programa do Leite (Presidência Sarney) e amplamente utilizadas como cooptação das lideranças populares de bairros pelo poder municipal. Dado o contexto das Diretas Já e com o processo de redemocratização, também acontece uma movimentação local por demandas relacionadas a melhorias das condições sociais da população. Essa movimentação é traduzida por grupos que se organizam em torno da temática da arte, cultura, lazer, meio ambiente, direitos sociais e cidadania. O ano de 1989 também ficou marcado pela ação do movimento grevista dos trabalhadores das empresas têxteis. O que representou muito já que o movimento dos trabalhadores sempre foi sufocado na cidade.

Esse acontecimento também permitiu o surgimento e fortalecimento intelectual e político da esquerda na cidade.

O início da década de 1990 destaca-se então como sendo um período de intensa agitação política e transformações econômicas. Da abertura do mercado³ às manifestações para o impeachment de Fernando Collor de Mello, a Juventude pode ser colocada como um ator social que teve grande destaque. Sua importância está principalmente dada pela sua posição dentro da sociedade contemporânea. A juventude aparece então, no imaginário da sociedade, como um ator social dotado de grande capacidade de influenciar nos processos dinâmicos da sociedade, ao mesmo tempo em que são constantemente apontados como os responsáveis pela garantia do futuro.

A partir dessa contextualização definiu-se como objetivo geral deste trabalho analisar o processo de institucionalização da política de juventude na cidade de Blumenau/SC. Tendo como objeto a criação da Divisão para Assuntos da Juventude. Pretende-se com isso compreender, através de um caso concreto, as vicissitudes do processo de institucionalização de órgãos, dentro da estrutura municipal, que tenham como função lidar exclusivamente com as questões referentes à juventude. Isso permite “jogar luz” sobre o momento de criação da DAJ e da instituição de políticas de juventude.

Para alcançar o objetivo geral foi necessário estabelecer alguns objetivos específicos. Em primeiro lugar, reconstruir o contexto político partidário presente na realidade local. Dado que a mudança partidária no governo de Blumenau resultou na chegada de um ator político de fora da cidade. Este ator, Vilson Kleinübing, foi central na criação da DAJ. Em segundo lugar, analisar os desdobramentos das diferentes formas de ação do Estado em relação as políticas de juventude. Permitindo traçar um perfil dessas diferentes ações políticas que aconteceram em um dado horizonte de possibilidades/oportunidades disponíveis. Tendo como base os marcos legais que incidiram sobre a orientação das ações do governo municipal. Em terceiro lugar, partindo da premissa que a presença de diferentes atores sociais, na realidade local, é de grande relevância para pressionar o poder público para tomar determinadas decisões e posicionar-se frente a opinião pública, buscou-se mapear as principais formas de associação civil presentes no contexto local durante a década de 1980. Sabendo que essas ações poderiam, através de pressão política, condicionar o surgimento de uma política de juventude mais ampla e duradoura. Assim, a pergunta que orientou o problema

3 Referente ao que convencionou-se chamar de neoliberalismo.

de pesquisa foi: quais atores e configurações institucionais, presentes no final da década de 1980, representaram maior impacto no desenho e implantação da DAJ? Foi então preciso submeter as variáveis sociais e institucionais à verificação empírica.

Considerando o problema de pesquisa, tomou-se como ponto de partida as seguintes hipóteses:

A primeira hipótese: a criação da Divisão para Assuntos da Juventude pode ser explicada pelo caráter inovador e progressista presente no contexto político e social do final da década de 1980 e início da década de 1990, a explicação buscou então relacionar uma suposta organização das demandas do público jovem com a vontade política trazida pela “renovação” do governo local.

A segunda hipótese: a criação da Divisão para Assuntos da Juventude surge como uma forma de dar maior legitimidade a um governo com características conservadoras. Nesse sentido, sua criação diz respeito à necessidade encontrada pelo grupo político de criar uma base de sustentação para o seu governo recém eleito, considerando que este grupo estava afastado do poder local a mais de 20 anos.

A terceira hipótese: a Criação da Divisão para Assuntos da Juventude diz respeito à apropriação de um discurso político relacionado ao processo de redemocratização que se deu ao longo da década de 80, mas que foi estabelecido com fortes traços clientelistas, servindo como forma de aparelhamento do espaço estatal. Ou seja, as questões relacionadas à juventude são inseridas no discurso político durante as eleições, mas a criação da DAJ foi destacadamente uma forma de aparelhar a estrutura municipal com atores convergentes do próprio grupo político eleito. O aparelhamento da máquina pública é muito uma prática institucionalizada na cultura política do Brasil.

Percebeu-se através da pesquisa que a criação da DAJ esteve relacionado as condições trazidas pela configuração institucional favorável – redemocratização, reforma administrativa, demanda popular por espaços e políticas destinadas ao atendimento de jovens – mas principalmente pela conjugação dos interesses do prefeito eleito, Vilson Kleinübing, com a representação da Juventude do PDS, Sergio Hoffmann. Com isso, o prefeito eleito pela coligação PFL, PDS e PL, conseguiu estruturar uma base de apoio em uma juventude militante, formando novos quadros para seu governo. Considerando que a partir da criação da DAJ poderia estender sua influência para outros grupos de jovens. Assim como foi verificado ao analisar o perfil da DAJ na promoção de eventos culturais para segmentos específicos da juventude.

Podemos agora fazer alguns apontamentos acerca dos aspectos metodológicos

dessa pesquisa. Primeiro, é preciso dizer que esta pesquisa ao analisar o processo de institucionalização de políticas de juventude, tendo como foco o caso concreto da criação da Divisão para Assuntos da Juventude, parte de uma perspectiva qualitativa. Essa escolha está relacionada com o enfoque dado ao objeto. As pesquisas qualitativas se aplicam melhor a determinados temas de pesquisa, como por exemplo: pesquisas descritivas exploratórias; estudo do cotidiano e do ordinário; o estudo do transitório; o estudo da ação; a avaliação de políticas públicas; entre outros que necessitam de uma descrição e privilegiam o vivido dos atores sociais. (DESLAURIES, 2008, p. 131) É claro que cabe ao pesquisador, durante a formulação do problema de pesquisa perceber as suas necessidades e verificar se estas serão atendidas na escolha de sua perspectiva metodológica. No caso dessa dissertação, percebeu-se que surgiria a necessidade de investigar a fala de diversos atores sociais e suas atuações durante o período delimitado entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990. Logo, a opção pela pesquisa qualitativa pareceu mais condizente com o problema de pesquisa.

Registrar a fala desses personagens envolveu um problema central na investigação sociológica: a forma como devem ser analisados os relatos subjetivos conseguidos pelas entrevistas. Para conseguirmos o máximo de objetividade das entrevistas, foi necessário cruzar o relato de diferentes atores, dada a escassez de documentos oficiais que permitissem a análise apurada dos fatos, a fim de reconstruir historicamente os acontecimentos.

As falas dos diferentes atores são permeadas de valores cabendo ao pesquisador conseguir identificar em que medida a posição do entrevistado condiciona o seu ponto de vista. Foi indispensável nessa situação a confrontação dos relatos entre atores que ocupavam posições diferentes; essa técnica permite que o pesquisador não se renda, sem alguma avaliação crítica, aos dados coletados em campo. Nesse sentido, deve-se saber que uma técnica de entrevista precisa ser encarada como uma conversa com finalidade, ou seja, possui um foco de interesse sobre o qual se desenrola a entrevista, sendo apoiada por um roteiro temático aberto e/ou fechado.

Uma pesquisa que se pretenda qualitativa deve manter alguma vigilância sobre o papel do pesquisador no campo. O pesquisador não é um elemento neutro, está partindo de um determinado lugar. Seguindo as orientações de Max Weber, sobre o que ele denominou neutralidade axiológica, é fundamental distinguir entre juízos de fato e juízos de valor. O sociólogo não pode se despir de seus juízos de valor, porém deve buscar explicitá-los da forma mais clara possível, visando perceber, de forma mais clara, a

influência de seus juízos valorativos em todos os processos da pesquisa, principalmente na sua apreciação e análise.

Ainda em relação ao processo da pesquisa qualitativa, Deslauries (2008, p. 138) sinaliza que “a pesquisa qualitativa não visa, usualmente, à elaboração de uma teoria geral de grande envergadura para explicar a estrutura social.” A teoria não deve ser encarada nem como *meta teoria* e nem a pesquisa deve ser conduzida apenas como uma investigação empírica. O quadro teórico deve ser visto como um “mapa marítimo” que permite orientar, mas sem “engessar” completamente o pesquisador à teoria. Dessa forma, ressalta-se o caráter dinâmico que o pesquisador precisa assumir, realizando constantemente o diálogo entre o campo e a teoria, sem perder de vista o problema de pesquisa e a construção de seu objeto.

Outro aspecto interessante surgido das leituras, durante a disciplina de metodologia, diz respeito à diferença entre um problema de pesquisa e um problema social. É comum as pesquisas sociológicas ancorarem-se em temas que estão na moda, ou que tenham uma grande relevância social. Em síntese, temas que procurem dar respostas a determinados problemas sociais, por exemplo, uma pesquisa que busque as causas da desigualdade social e proponha uma intervenção na realidade. Segundo Castro (1978, p. 309) “é preciso conhecer a realidade antes de tentar modificá-la” a distinção entre um problema social e um problema de pesquisa se dá pelo tratamento que o sociólogo dá ao seu objeto de pesquisa. A Sociologia é uma ciência que busca analisar a sociedade de forma aprofundada, procurando desnaturalizar, através do estranhamento, a realidade dada. Essas representações e categorias sociais devem ser entendidas como socialmente construídas. Para Lenoir (1988, p. 61) “A primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo.” O sociólogo não pode então entrar nas lutas simbólicas que constroem e institucionalizam determinadas representações.

Em relação ao objeto dessa pesquisa, podemos transpor essa ideia e pensar que a categoria Juventude, possui uma carga simbólica de representações que influenciam na forma como cada ator social as pensa e as descreve, assim como o papel dos gestores de políticas públicas. Seguindo as orientações de Bourdieu (2011, p. 20): “O cume da arte, em ciências sociais, está sem dúvida em ser-se capaz de pôr em jogo 'coisas teóricas' muito importantes a respeito de objetos ditos 'empíricos' muito precisos [...] É preciso saber converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente

práticas – o que supõe, [...] uma relação muito especial com o que se chama geralmente 'teoria' ou 'prática'." Nesse sentido, partimos da importância socialmente convencionalizada sobre a juventude para justificar, em parte, a pesquisa. Mas também queremos ressaltar que a Juventude não deve ser encarada como homogênea ou associada a elementos progressistas da Sociedade. O que a pesquisa vai realmente mostrar é que as políticas de juventude, configuradas da forma como foram institucionalizadas na realidade local de Blumenau, não só expressam a predominância de jovens conservadores e presos a práticas políticas clientelistas e patrimonialistas, como também mostram que o Estado reproduz, em sua estrutura, os mecanismos de controle e dominação aplicados em outras esferas da Sociedade. Em especial, aquelas das elites políticas e empresariais.

Acerca dos métodos utilizados para a coleta de dados empíricos optou-se pelos questionários semiestruturados para a realização das entrevistas. Estas foram realizadas com as pessoas que, no contexto da cidade de Blumenau estiveram envolvidas nos processos de decisão ou administração de assuntos relacionados à criação da Divisão para Assuntos da Juventude. Também foram procuradas pessoas envolvidas no cenário dos movimentos sociais e que estiveram atuantes durante a década de 1980. Foi necessário realizar uma pesquisa documental em atas de reuniões, relatórios oficiais, reportagens em jornais e publicações das mais variadas, a fim de reconstruir o contexto de forma concisa.

Na introdução procuramos destacar como se inscreve a temática da dissertação, quais os objetivos perseguidos e a metodologia adotada. Em resumo, estamos investigando, de forma geral, o resultado de um processo longo na vida política brasileira. A ampliação dos direitos e a institucionalização de novas formas de participação e ação do Estado. Focamos a questão dos jovens, mas poderíamos ter tomado outros exemplos: como os idosos, as crianças e adolescentes, as mulheres, etc. A questão é que o processo de redemocratização, ao longo da década de 1980, trouxe em si uma série de expectativas e mudanças concretas que alteram significativamente o contexto brasileiro, ao mesmo tempo em podemos perceber reatualizações de antigas práticas⁴ e, mesmo a emergência de novos desafios⁵. Com o passar dos anos, algumas expectativas foram frustradas o que não significou o fim da aposta no processo democrático. E apesar do recorte muito preciso, a criação da Divisão para Assuntos da Juventude pode ser considerada uma iniciativa que têm valor analítico, enquanto resultado desse processo

4 Como o clientelismo, aumento da desigualdade, instabilidade política, etc.

5 Como Clientelismo de Quadros, que diz respeito ao uso de políticas públicas como moeda de troca por apoio político.

mais longo de mudança institucional e que pode ajudar na compreensão de outras iniciativas, principalmente através da comparação de estudos de caso. A introdução permitiu colocarmos o problema e realizarmos uma aproximação com o objeto.

A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Meu interesse pela temática da juventude dentro do campo de pesquisas das Ciências Sociais remonta a graduação. Minha monografia de conclusão de curso buscou compreender como se dá a construção de identidades jovens no interior de grupos na cidade de Blumenau. No escopo da pesquisa estavam três grupos distintos, mas que compartilhavam alguns aspectos importantes: como a ocupação de espaços públicos em áreas centrais da cidade; possuíam aproximadamente a mesma quantidade de participantes; e que, de alguma forma, estabeleciam uma relação de conflito ou reforço da imagem de cidade alemã.

Assim, ambos os grupos tem alguma relação com o que se convencionou chamar de disputa simbólica por uma identidade que marcasse o jovem da cidade, em especial aquele presente em um espaço de destaque. A pesquisa ressaltou alguns pontos importantes que, de alguma forma, possuem uma relação com a temática da pesquisa de mestrado. Primeiramente, há um ator “silencioso” por trás dessa disputa simbólica entre identidades contrastantes: a ação do poder público municipal. A imagem reforçada por dois grupos de jovens analisados, que tenta exprimir a ideia de uma “cidade alemã”, que tem em sua história recente as marcas das raízes de colonização por imigrantes alemães, é elaborada a fim de convergir com os interesses já estabelecidos pelo turismo e da elite empresarial local. É do poder público a iniciativa de montar/estruturar os dois grupos. O terceiro grupo de jovens que elaboram um contraponto em relação à imagem do “alemão de Blumenau”, na tentativa de revitalizar um espaço público, nobre, porém abandonado, estabelecem como critério de organização: a espontaneidade das manifestações e independência de financiamentos partidários ou governamentais.

Na cidade de Blumenau, a retórica em torno do turismo e do reforço da identidade alemã, que exalta os valores do trabalho ascético e do empreendedor social, contrastam com as novas identidades que irrompem dos bairros afastados ou de diferentes

manifestações culturais que riscam⁶ os muros e construções das áreas centrais. Como mostra o resultado da pesquisa, a criação e manutenção de grupos de jovens que se reúnem e refletem o identitário turístico só foi e é possível graças ao investimento de determinados órgãos do poder público municipal. Entre esses, a Divisão de Assuntos para Juventude, atual Assessoria de Assuntos da Juventude.

Depois da conclusão da pesquisa pode-se acompanhar que o grupo contrastante teve uma vida breve. O local público utilizado para os encontros, apesar do grande e crescente movimento de pessoas que o evento estava atraindo, foi fechado. Espaço este que após seu período de apogeu, metade da década de 1990, sofreu com o abandono tanto pela prefeitura como pela iniciativa privada. A concha acústica que antes revelava talentos artísticos locais e recebia show nacionais, foi aos poucos sendo tomada pelo mato, pichações, consumo de drogas, sujeira e alvo de críticas por moradores locais e chacota pelos demais. O movimento “VamuSiuni”, nome do grupo de jovens analisado e que contrasta com a imagem do “alemão de Blumenau”, ainda esboçou alguma reação. Realizaram algumas manifestações públicas, mobilização pela internet e intervenções localizadas. Tentou deslocar os encontros para outro ponto turístico famoso e que estava desde de há muito tempo abandonado. Um restaurante típico mantido pela Prefeitura mas que já não estava em condições de funcionar, tanto pelas dívidas como pelo péssimo estado de conservação. Assim como aconteceu com a concha acústica, o restaurante acabou sendo fechado justamente no momento em que o grupo de jovens manifestava intenção de ocupar definitivamente o local e transformá-lo em novo ponto de encontro e manifestação cultural. Inclusive, havendo casos em que os ocupantes foram expulsos pela polícia. O Caso foi encerrado quando ocorreu um incêndio que destruiu parcialmente o local, isto, após o isolamento e proibição da ocupação.

A pesquisa mostrou que o poder público, através de regulamentações e diferentes formas de investimento, funciona como uma forma de controle sobre a manifestação de grupos de jovens na cidade. Quando os grupos aderem a imagem de cidade turismo/cidade-alemã, são investidos de garantias de espaço público privilegiado e investimento financeiro. Contudo, quando os grupos aparecem como contrastantes dessa imagem, o poder público não apenas responde com indiferença, mas também com

6 Referência a um artista local, falecido em 2014, chamado Clóvis Truppel e de apelido Risko. Seus trabalhos, de caráter abstrato mas que revelam rostos humanos, podem ainda ser encontrados em vários locais da cidade, envolvido com as artes plásticas, já teve participação no Conselho de Cultura, organizava eventos independentes e foi um dos idealizados do movimento “VamuSiuni” que foi analisado na pesquisa de graduação citada.

repressão, silenciando as novas manifestações culturais. E a Divisão para Assuntos da Juventude desempenha basicamente dois papéis: ou buscando parcerias privadas e utilizando da máquina pública para incentivar as manifestações “aderentes” e em outros momentos silenciando manifestações “contrastantes”. Na cidade nunca se instituiu um Conselho de Juventude, apesar deste estar nos planos já do primeiro Chefe da DAJ em 1989. Ficando assim, sempre a cargo do chefe e equipe da DAJ a promoção de políticas destinadas à juventude⁷.

Quando entrei no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, tive como objetivo continuar e aprofundar o tema já pesquisado na graduação. Com os dados já acumulados tive expectativas em ampliar o horizonte da questão da identidade jovem na cidade de Blumenau. Tinha como intenção procurar outros grupos de jovens e encontrar novas conexões entre poder público e criação/bloqueio de novos grupos.

Outra questão que aparecia como pertinente de ser analisada é a presença da imagem de cidade turismo/cidade-alemã em diferentes aspectos da vida dos blumenauenses. Esta constante parece permear tanto a cidade que acaba aparecendo em muitas pesquisas com centro em outras temáticas: as instituições políticas; o trabalho têxtil; o desenvolvimento da malha urbana e os desastres sócio ambientais; questões de gênero etc., situando-se assim como um pano de fundo.

Após algumas dificuldades em encontrar uma problemática particular e recortar melhor o objeto acabei deslocando meu projeto para outro lugar dentro da Sociologia. Já estava trabalhando dentro do grupo de pesquisa sobre políticas públicas e resolvi deslocar meu projeto para a área da Sociologia Política.

As explorações de campo me levaram a problematizar a questão do Conselho da Juventude em Blumenau. O que chamou a minha atenção foi o fato de existir a intenção de criar este órgão desde 1989 e já terem tramitado projetos para a instituição deste. Inclusive, projetos que foram aprovados, mas nunca colocados em prática. Outro ponto que tornava a questão intrigante é o fato de entre os anos de 1997 e 2003 ter passado pela prefeitura um governo popular (PT), caso este que foi recebido com muita surpresa pela população e pela mídia local. Ou seja, se mesmo com diferentes lideranças no poder, com diferentes projetos aprovados para instituir um Conselho da Juventude e com a

⁷ Pela pesquisa pode-se constatar que apenas durante o governo popular do Partido dos Trabalhadores (1997 – 2003) foi possível perceber a atuação do órgão indo de encontro a implantação de políticas públicas de juventude e não apenas políticas de governo ou de personalidades locais.

manifestação, através de reuniões, de jovens interessados na ação. Qual o motivo do Conselho não estar funcionado?

Desenvolvi a temática ainda por algum tempo, contudo acabei tendo muitas dificuldades em conseguir ampliar minhas fontes documentais sobre o período e temática. Aos poucos acabei deslocando minha pesquisa para outro momento dentro da temática de políticas de juventude. Encontrei no ano de 1989, com a criação da Divisão para Assuntos da Juventude, um novo objeto que parecia ir ao encontro das questões que já apareciam no período da graduação. Pensei, inicialmente, que seria interessante traçar um perfil das ações da DAJ, descrevendo sua trajetória desde 1989 até o ano de 2014. Acreditando talvez, que com a instituição do Estatuto da Juventude em 2013, assinado pela presidenta Dilma Rousseff, conseguiria captar grandes transformações na Divisão. A pesquisa jogaria luz sobre a temática das políticas de juventude destacando mais o caráter formal dos mecanismos institucionais. Talvez, aí, eu poderia compreender melhor como em quase 25 anos de DAJ pouco parecia ter mudado em relação à política de juventude no município. E aquilo que constatei durante o trabalho de conclusão da graduação tomaria contornos mais nítidos.

Contudo, algumas dificuldades começaram a aparecer e tornaram a “empreitada” incompatível com uma dissertação de mestrado. Os 25 anos pareciam tempo demasiado longo, a quantidade de informações que deveriam ser recolhidas para conseguir fazer uma boa descrição e traçar o perfil da DAJ impossibilitaria o cumprimento do prazo de defesa. Ainda mais, sabendo que os arquivos documentais estavam quase todos perdidos, em parte por mudanças que ocorreram na prefeitura, deslocamento da DAJ para outros prédios e não manutenção e arquivamento documental. A saída seria realizar entrevistas com as pessoas que estivessem envolvidas nas diferentes administrações. Novo problema, pois não havia contato entre estas pessoas, não havia registros dos chefes da Divisão e, das entrevistas que já tinha realizado, pouco conseguia extrair que ajudasse a detalhar meu objeto. Outro aspecto que não favoreceu esta abordagem foi a ideia de tentar realizar uma descrição da trajetória da DAJ. O problema parece perder o caráter sociológico, parecia difícil sociologizar o tema e não caberia fazer um trabalho de historiador em um programa de Sociologia⁸.

Então, novamente o projeto desloca-se para outro problema, visto que os 25 anos da DAJ se mostraram tempo demais, talvez fosse mais interessante se colocar outra

⁸ Não estou aqui desqualificando a importância da historiografia para qualquer trabalho sociológico, apenas indico a minha própria limitação em relação a realização dessa tarefa.

pergunta, sobre a própria criação da DAJ. Visto que ela (a criação) parece revelar uma ação inovadora ou mesmo progressista vinda de um partido que sempre é associado ao conservadorismo, o PFL de Jorge Bornahusen. Ao comparar com a criação de outras Divisões em Santa Catarina, percebe-se que a iniciativa em Blumenau ganha destaque. E ainda, o mais curioso, Blumenau por mais de 20 anos teve a frente um governo peemedebista que apesar de ser caracterizado por ser mais à “esquerda” não realizou a DAJ. Caberia então questionar, quais fatores levaram a criação da DAJ naquele momento em particular?

Seguiu-se então a tentativa de mapear este contexto de final da década de 1980, período de redemocratização, surgimento de novos atores políticos e sociais, assim como, da nova Constituição que alteraria substancialmente o teor político brasileiro, propondo-se a ser muito mais “cidadã”.

Novamente o trabalho de campo e entrevistas mostrou-se necessário, dada a já sabida escassez de documentos oficiais. Inicialmente buscou-se concentrar em lideranças jovens daquele período, tentando resgatar o “clima” local. Afinal, um dos fatores que foram elencados como possíveis mecanismos de inclusão das pautas sobre políticas de juventude poderiam sair justamente de movimentos de jovens já organizados. Algumas entrevistas foram realizadas via internet, o que facilitou o contato. Porém, muitos contatos demoraram muito para responder, outros não responderam e ainda houve a dificuldade de extrair melhores informações dadas as limitações de uma entrevista à distância. Em especial, tive muita dificuldade em realizar a entrevista com um dos atores mais importantes para a pesquisa: o primeiro chefe da Divisão de Assuntos para Juventude, Sérgio Hoffmann.

Apesar de sempre se mostrar cordial e acessível a entrevista demorou muito a acontecer. Então, por muito tempo, tive de procurar em “lugares” e entrevistar pessoas que pouco conseguiam esclarecer melhor o processo de criação da DAJ.

Através das entrevistas consegui traçar alguns aspectos dos movimentos sociais presentes no final da década de 1980, algum material acadêmico produzido por pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Movimentos Sociais – NEPEMOS da Universidade Regional de Blumenau também foi de grande ajuda. Nesse aspecto, pude constatar que apesar da presença de diversas entidades de classe e movimentos sociais, a pauta específica sobre juventude não estava tão presente. Através de entrevistas com o próprio Chefe da DAJ em 1989 – Sérgio Hoffmann -, foi destacado que havia sim uma movimentação em torno dos jovens quando de algumas reuniões

realizadas a fim de debater sobre políticas de juventude. Contudo, o entrevistado não soube citar quais eram exatamente estes grupos, lembrou-se apenas dos escoteiros e do “pessoal” do teatro.

Outro fator que considerei relevante para a pesquisa foi a organização política partidária. Tentando destacar, em especial, o papel de um ator importante, o ex-prefeito de Blumenau, eleito em 1988, Vilson Pedro Kleinübing. Este personagem, inicialmente oculto, recebeu então um grande destaque na pesquisa, na medida em que foi apontado como o grande articulador para a criação da DAJ, quando do seu contado com a Juventude da cidade, em especial a militância partidária. Também surge como o político que consegue reestabelecer a convergência entre a elite empresarial blumenauense e a elite política conservadora, destacando o nome de fundo dessa rearticulação, Jorge Konder Bornhausen.

Estes fatores levaram ao redesenho da pesquisa, buscando então reconstruir os fatores que levaram a criação da DAJ. Além dos fatores políticos partidários, da presença de movimentos sociais e da movimentação em torno da Juventude do PDS e sua agenda, a reforma administrativa pós Constituição de 1988 também se mostrou relevante. A reorganização da estrutura administrativa do Executivo Municipal absorveu, através do projeto político de Kleinübing, a demanda por um órgão que fosse responsável pela juventude da cidade.

Esta investigação assumia, assim, novos contornos e será apresentada em seis capítulos e considerações finais.

O primeiro capítulo trata da cidade de Blumenau. Buscou-se aqui fazer uma breve contextualização da cidade, salientando os aspectos principais que devem ser considerados quando do tratamento mais detalhado das temáticas específicas nos outros capítulos. A formação das oligarquias catarinense e conseqüentemente, a relação entre elites políticas e empresariado local estabelece uma dada configuração que deve ser compreendida através da apreciação da própria história de Blumenau. Também é feita uma breve explanação da situação social no início dos anos de 1990, permitindo traçar um esboço da situação da cidade, em especial em se tratando da juventude.

O capítulo dois trata do contexto político partidário local. Aqui é feito um breve histórico da política em Santa Catarina e sua relação com a cidade de Blumenau. Para isso, tivemos de ressaltar o papel do PMDB em local e do ator político Vilson Pedro Kleinübing.

O capítulo três é dedicado ao tema da relação entre o empresariado blumenauense

e as elites políticas. Aqui foi importante tentar identificar como atuam esses atores na conformação de um perfil político conservador na cidade de Blumenau. Fundamental para a compreensão da chegada de Vilson Kleinübing no cenário local.

Para o capítulo quatro foi reservado espaço para tratar da reforma administrativa do Estado. Iniciamos falando sobre a própria noção de reforma administrativa e seguimos traçando um perfil dessa no Brasil e em Blumenau. Buscamos levantar alguns marcos legais que permitem conceber quais aspectos serão mais importantes na criação da DAJ.

No capítulo cinco tecemos alguns comentários sobre o Associativismo Civil. Desde os aspectos conceituais até a caracterização do associativismo civil, associação de moradores e movimentos sociais em Blumenau.

No capítulo seis buscou-se caracterizar as políticas públicas, fazendo uma apreciação teórica sobre o seu significado. Também foram acrescentados dados referentes aos marcos legais das políticas de juventude no Brasil, em Santa Catarina e em Blumenau, bem como, é realizada a reconstituição das características da Divisão de Assuntos para Juventude de Blumenau.

As considerações finais estão contempladas no capítulo sete.

1 BLUMENAU: A CIDADE E A JUVENTUDE

Este capítulo é dedicado a contextualização da cidade de Blumenau. Para isso é feito um breve histórico da cidade, mostrando que existe uma relação entre a colonização alemã e o processo de desenvolvimento de uma elite empresarial conservadora que estabelece as bases de dominação cultural e política através do uso do governo municipal. Essa característica permite compreender como se deu o isolamento político de Blumenau em relação as lideranças regionais, principalmente a partir do início do século XX até a segunda metade da década de 1970. Buscou-se também retratar as condições sociais, econômicas e culturais da cidade de Blumenau no final da década de 1980. Para isso, resgatamos dados elaborados em um relatório da Prefeitura de Blumenau no ano de 1990. Também foi considerado relevante mostrar a proporção entre a população jovem de Blumenau em comparação à de Santa Catarina e do Brasil. Ressaltando assim a importância dessa parcela da população como foco de uma política pública⁹. Dessa forma, é possível analisar as condições objetivas pelas quais se deu a criação da DAJ em Blumenau.

1.1 A CIDADE DE BLUMENAU

A cidade de Blumenau está localizada na mesorregião região do Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. Com uma população estimada em 334 mil habitantes e com uma área de unidade territorial estimada em 518,497 km²¹⁰ é considerada a terceira maior cidade do estado. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,806¹¹, colocando a cidade entre as melhores posições, em nível nacional, de qualidade de vida.

Atualmente a cidade é conhecida pela sua tradicional festa da cerveja, a Oktoberfest, mas também tem destaque na produção da indústria têxtil¹² e no setor de serviços, em especial o polo da informática. Os desastres sócio ambientais também são uma marca da região. A cidade vem sofrendo ao longo da sua história pelas frequentes

9 Mesmo que, assim como será mostrado na seção 6.4, só no final da década de 1990 será criado uma política de caráter público para tender a juventude de Blumenau.

10 IBGE, 2014.

11 IBGE, 2010.

12 Mesmo que esse setor da produção tenha perdido muito espaço ao longo das décadas de 80 e 90.

enchentes e deslizamentos de terra em sua geografia acidentada, repleta de morros e vegetação de mata atlântica. O desenvolvimento da cidade se confunde com a história do rio que atravessa a cidade, o Rio Itajaí-Açu. Pois foi através desse que os primeiros colonizadores alemães, liderados por Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, alcançaram a margem onde hoje é localizada a região central da cidade. Como conta Machado (2008, p. 14) “A cidade de Blumenau foi, a princípio, idealizada como uma colônia particular com fins de assentamento de colonos imigrantes, vindos inicialmente da ainda não formada Alemanha a partir de 1850, em um vale localizado no nordeste da Província de Santa Catarina, no sul do Império Brasileiro.”

Em princípio, Blumenau, foi uma colônia constituída por pequenos proprietários de terra, com uma pequena produção destinada à subsistência¹³. Os traços da grande produção monocultora estava pouco presente no projeto colonizador da cidade. Foi apenas no final das últimas décadas do século XIX que tomou forma uma produção manufatureira, utilizando-se dos conhecimentos trazidos por novas levas de imigrantes, utilizando-se da força motriz das águas do rio, voltada principalmente para a produção têxtil. O empreendimento particular foi vendido em 1860 ao Governo Imperial, alcançou a condição de Vila em 1880, desmembrada do município de Itajaí e em 1883 alçou-se como municipalidade.

Ao longo do século XX, a cidade de Blumenau foi ganhando contornos urbanos condicionados pelo desenvolvimento das indústrias têxteis, inicialmente instaladas próximas às fontes de água corrente¹⁴, e depois, com a chegada da energia elétrica¹⁵, consegue estabelecer suas indústrias em outras regiões. Segundo Siebert (2000, p. 200 – 201)

Após a emancipação, o desenvolvimento industrial de Blumenau aumentou o grau de urbanização e de divisão de trabalho entre o meio urbano e o rural, tornando mais complexas as interações econômicas. (...) As indústrias foram surgindo, assim, dispersas na malha urbana que se formava, e gerando urbanização ao redor de si. (...) Encravada neste vale, a empresa¹⁶ cresceu, e a cidade cresceu com ela ao seu redor.

Ao longo da metade do século XX a cidade continua seu modelo de crescimento urbano desordenado¹⁷. A população se concentra ao redor dos empreendimentos industriais que muitas vezes estão cravados em meio a morros e córregos d'água. A

13 Os lotes coloniais foram distribuídos ao longo da margem do Rio Itajaí Açu e ribeirões. Cada lote possuía em média 300 metros de largura por 1km de comprimento.

14 Aproveitando assim a força mecânica gerada através de moinhos e rodas d'água.

15 Primeira e segunda década do século XX.

16 A autora como exemplo a empresa de produtos têxteis *Companhia Hering*, fundada em 1880 pelos irmãos Hermann e Bruno Hering.

17 Sem um planejamento ou plano diretor pelo Estado.

região central corresponde também ao centro comercial da cidade, suas ruas principais seguem o contorno do rio Itajaí-Açu, gerando e agravando, a partir das últimas décadas do século passado, uma série de problemas urbanísticos, em especial a questão das enchentes e da mobilidade urbana.

O desenvolvimento econômico do município passou por algumas transformações. De forma resumida, pode-se considerar que em sua primeira fase a economia girava em torno da pequena propriedade rural de subsistência, quadro esse que começa a se alterar já no final do século XIX, com o surgimento de manufaturas e surgimento das primeiras empresas têxteis. Ao longo do século XX, principalmente depois do período de Guerras, assinala Theis (2001, p. 219 – 220) que “o comércio e a indústria de pequeno porte conduziram ao surgimento de uma vigorosa classe média. O seu fortalecimento depois de 1945 levou também à modificação das instituições que, até então, eram consideradas germânicas.” A partir da década de 1960, já se configura na região uma maior diversificação do setor secundário que após 1964 vai ganhar um grande impulso fortemente condicionado pela política econômica do regime militar. O pesquisador Theis, ressalta que o desenvolvimento regional estava fortemente marcado pelo processo de acumulação do capital

em decorrência do predomínio de um salário-mínimo (SM) miseravelmente baixo. Algumas empresas da região remuneravam mesmo abaixo do SM. O rigoroso controle dos sindicatos facilitava a exploração da força de trabalho neste nível, tanto na região quando, aliás, no Brasil, de maneira que o desenvolvimento do Vale do Itajaí mal se diferenciava do desenvolvimento do resto do país, já que a concentração de riquezas em âmbito regional se tornava praticamente idêntica àquela em âmbito nacional. (2001, p. 221)

Consegue-se assim compreender como ao fim da década de 1970, ao longo da década de 80 e chegando a sua consolidação na década de 1990, a região vai sofrer os mesmos abalos e processos característicos da crise do capital no modelo neoliberal de desenvolvimento. Significando então o esgotamento do padrão de acumulação baseado nas tradicionais empresas têxteis, resultando na flexibilização das relações de produção e da organização do trabalho.

Outra característica que deve ser salientada é o isolamento político da cidade. Apesar de não existirem pesquisas que sistematizem esse aspecto, é sabido que Blumenau, através de suas elites políticas que sempre flertaram, ou mesmo eram formadas na base de grupos empresariais, em especial da metade do século XX até o início dos 90, se posicionam em oposição aos grupos dominantes da política estadual. É certo que este posicionamento não é de total oposição de ideias, mas pelos seus

interesses próprios demonstra muita resistência em apoiar, politicamente, os partidos que estão a frente do governo estadual. Em especial, deve-se destacar a disputa contra a oligarquia da família Ramos¹⁸.

Na medida em que Blumenau consegue se sobressair através do desenvolvimento do seu setor industrial, em sua maioria têxtil, o empresariado consegue fortalecer e consolidar sua liderança, através de cargos no legislativo e executivo, na cidade.

Um dos acontecimentos que mais marcaram o isolamento político de Blumenau foi quando, da revolução de 1930, o então Prefeito Curt Hering foi destituído. A revolução de 1930 alijou do poder todos os antigos mandatários políticos, formando-se então uma junta administrativa que foi composta para dirigir o município. Sobre este acontecimento, Hering, utilizando-se de atas, conta que:

Pelo Sr. Coronel José Severino Maia foi intimado o senhor prefeito municipal Curt Hering a entregar a Prefeitura Municipal ao cidadão José Kersanak, pessoa designada pelo comando revolucionário para desde já superintender os negócios públicos municipais, provisoriamente, até que se realizem as eleições pelo comando revolucionário do governo definitivo. (HERING, p. 212)

A família Hering¹⁹, pioneira no ramo têxtil, até meados da segunda metade do século XX, sempre buscou estabelecer nomes nos cargos do legislativo e executivo municipal. A destituição de Curt Hering deve ser considerada como um evento que marca o conflito, ao menos em torno do poder político e isolamento da cidade. Aliado a isso vinha se acentuando, no distrito de Bela Aliança e na extrema região conhecida como Alto Vale do Itajaí, o movimento pela emancipação desse e do distrito de Taió para constituírem Município autônomo. Embora a ideia encontrasse resistência nos círculos conservadores, desejosos de que Blumenau, pela sua grandeza territorial, pelo seu potencial econômico e pela sua força política se conservasse unido, constituindo um bloco capaz de pressionar, e influir nas decisões da cúpula administrativa do Estado, havia razões de sobra para justificar a pretensão dos moradores daqueles distritos. (SILVA, 1988, p. 162 – 163)

18 A relação entre as oligarquias estaduais será melhor tratada no capítulo referente aos partidos políticos.

19 A relação entre empresariado e elite político será tratado mais adiante.

FIGURA 1 – DIMINUIÇÃO DO TERRITÓRIO DE BLUMENAU



FONTE: Jornal de Santa Catarina, disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/pagina/o-ano-que-mudou-blumenau.html>>

Em Blumenau, as autoridades e as classes conservadoras reuniram-se então na sala de sessões do Conselho Municipal sob a presidência do Juiz de Direito, Dr. Amadeu Felipe da Luz e, contrariando os apelos do governo, resolveram cruzar os braços, mantendo atitude de expectativa e imparcialidade. Já no começo do ano seguinte, o Interventor Federal no Estado, General Ptolomeu de Assis Brasil, nomeava para o cargo o Sr. Antônio Cândido Figueiredo. Este assumiu a direção do Município em 6 de janeiro de 1931. Figueiredo era integrado na vida blumenauense, e ligado pelo casamento às famílias tradicionais. O momento continuou delicado, porque haviam subido à tona da administração e da política estadual a oligarquia Ramos, elementos que Blumenau não

via com muita simpatia. Tanto é que divergências entre Figueredo e Aristiliano Ramos levaram ao pedido de demissão do Prefeito Municipal. Quando em 1933, realizaram-se as eleições para deputado à Assembleia Constituinte, a oposição crescera consideravelmente e infligiu espetacular derrota aos candidatos governistas. A Interventoria Federal de Aristiliano Ramos, como rechaço à Blumenau, subdividiu o território do Município em vários outros. Ao tornar independentes quase de uma só vez sete dos 11 distritos que pertenciam a Blumenau em 1934²⁰, Aristiliano Ramos alcançou uma de suas intenções: abrir caminho para o clã lageano no Vale do Itajaí. Com novas prefeituras sendo montadas, foi a oportunidade para que fossem nomeados aos novos municípios interventores simpatizantes ao governo do Estado.

Este fato indignou a população de Blumenau inspirando atitudes de revolta. O povo saiu as ruas, em passeata de protesto, portando cartazes com dizeres alusivos, lideranças locais tomaram a palavra exaltando críticas ao governo do Estado. Entre um dos líderes estava Amadeu da Luz, filho de Hercílio Luz. Houve preparativos para ação armada. Controlaram-se os estoques de combustíveis e de mantimentos e puseram-se guardas nas estradas da cidade.

Mandado à Blumenau para acalmar os ânimos, o chefe da Polícia do Estado esteve ameaçado de sequestro. O então Prefeito, Jacob Schmidt, compelido pelas circunstâncias, desapareceu da cidade, elementos a ele ligados sofreram agressões e vexames. Durante vários dias o comércio esteve fechado. Este movimento ficou conhecido como “Por Blumenau Unida”. Jacob Schmidt foi afastado do cargo e substituído pelo Capitão da Força Estadual, Antônio Martins dos Santos, que conseguiu apaziguar os ânimos, foi designado ao cargo, pela Interventoria Estadual, em 25 de fevereiro de 1934, sendo substituído em 29 de maio de 1935 por João Gomes da Nóbrega.

Outro momento que ilustra o isolamento da cidade de Blumenau em relação ao governo do Estado se deu entre o início da década de 1970 até final da década de 1980. Em Blumenau a chefia do executivo esteve por quase 20 anos com UDN e PMDB até que o PFL, em 1989, com Vilson Kleinübing ganha o executivo. Como ilustra o quadro 1 abaixo:

20 Ver Figura 1.

QUADRO 1 - PREFEITOS DE BLUMENAU E GOVERNADORES DE SANTA CATARINA

Prefeito de Blumenau	Governador de Santa Catarina
PSDB (2013 - atual)	PSD (2011 - atual)
DEM (2009 - 2013)	PSDB (2010 - 2011)
PFL (2005 - 2008)	PMDB (2003 - 2010)
PT (1997 - 2004)	PPB (1990 - 2003)
PMDB (1993 - 1996)	PMDB (1995 - 1999)
PDS (1990 - 1992)	PFL (1991 - 1994)
PFL (1989 - 1990)	PMDB (1987 - 1990)
UDN/PMDB (1970 - 1988)	ARENA/PDS (1966 - 1987)
ARENA (1966 - 1970)	

FONTE: TRE - SC. Elaborado pelo autor.

É preciso reforçar que este isolamento é fruto tanto de ressentimentos políticos entre as oligarquias Ramos e Konder, como resultado da própria disputa de poder. A partir do momento em que, através do casamento entre Irineu Bornahusen e Maria Konder, firmou-se a parceria Konder-Bornahusen, iniciou-se um processo de reaproximação das elites e alinhamento político. É claro que é sempre conturbado, fato este que é percebido nas disputas em torno do governo do Estado na década de 1980²¹.

É possível conhecer um pouco da situação econômica e social da cidade Blumenau durante o período de maior interesse para esta pesquisa, analisando alguns dados estatísticos referentes ao período do governo Vilson Kleinübing. Destacamos um relatório elaborado pela prefeitura municipal e divulgado em 18/02/1990 pela assessoria de planejamento. O relatório, por ser sintético, não consegue aprofundar muito da realidade local, mas alguns aspectos são importantes para a reconstituição do período analisado.

Com as mudanças trazidas pela Constituição de 1988, é possível perceber que o quadro funcional do poder público sofre alterações, uma vez que mesmo com o crescimento da cidade houve uma diminuição do quadro funcional. Este processo será mais detalhado no capítulo referente à reforma administrativa, mas, segue a tabela que ilustra o ocorrido.

²¹ O acontecimento será detalhado no Capítulo 2.

TABELA 1 – SERVIDORES PUBLICOS DE BLUMENAU (1988 - 1990)

ÁREA	ESPECIFICAÇÕES	1988	1989	1990
QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU	PREFEITURA	3563	2963	2813
	SAMAE	288	252	238
	SETERB	93	85	75
	URB	58	57	61
	PROEB	12	12	14
	FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU	21	21	22
	GUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU	187	225	261
	TOTAL	4222	3615	3484

FONTE: BLUMENAU, 1990. Elaborado pelo autor.

Também, como de interesse para o tema da juventude, vale destacar alguns dados referentes a promoção de programas e obras referentes à Cultura, Educação e Assistência Social. Naquele momento, estas atribuições eram da recém criada Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, Secretaria de Educação e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

No que tange à Educação, o pagamento de Bolsas de estudo de 65% do valor das mensalidades, de 264 funcionários, entre estes 193 da Secretaria da Educação, em cursos de nível superior. Entre cursos e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de aperfeiçoamento, foram contemplados 1733 funcionários. A situação dos estudantes (nos limitando em analisar a juventude) em termos quantitativos pode ser resumida pela seguinte tabela:

TABELA 2 – MATRICULAS NO SISTEMA DE ENSINO DE BLUMENAU (1988 - 1990)

Ano	1988	1989	1990
Ensino Básico: 2º grau(Particular, Municipal e Estadual)	5831	6488	6384
Ensino Superior	6583	6620	7109
Total	12414	13108	13493

FONTE: BLUMENAU, 1990. Elaborado pelo autor.

Pela Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte é possível destacar algumas iniciativas. Entre os festivais realizados nas áreas de Música, Artes Cênicas, Plásticas, Literatura e Cinema:

QUADRO 2 – EVENTOS ARTÍSTICOS EM BLUMENAU (1990)

Música e tradições	Artes Cênicas e Plásticas	Literatura e Cinema
<ul style="list-style-type: none"> • 1º Festival de Música Sertaneja, com lançamento de Disco; • Apoio ao 17º e 18º Encontro de Violeiros; • 1º Festival de Música Erudita, em conjunto com a Orquestra de Câmara de Blumenau, atingindo aproximadamente 12 mil pessoas; • 12º Festival Universitário da Canção, onde foram apresentadas 36 composição e tendo um público estimado em 5 ml pessoas; • Através do projeto Circo nos Bairros ocorreram 15 apresentações de música popular; • Feiras de artesanato e exposições mensais na praça Dr. Blumenau. 	<ul style="list-style-type: none"> • IV Festival Universitário de Teatro, com apresentação de 16 grupos, de 8 estados, tendo um público estimado em 16 mil pessoas; • 4º JOTE-TITAC (Jogos de Teatro da NUTEC) e auxílios a grupos teatrais que se apresentaram em Blumenau; • 16 exposições na Galeria Municipal de Arte. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização mensal do evento Letra Viva (lançamento de livros e contato com escritores); • Através do projeto Circo nos Bairros, apresentação de 20 sessões de cinema em 9 bairros.

FONTE: BLUMENAU, 1990. Elaborado pelo autor.

No que se refere ao Esporte, durante o ano de 1989 foi criada a Fundação Municipal de Esportes em substituição à Comissão Municipal de Esportes e em 1990 foi estruturada. Também foi organizado e realizado o XXX Jogos Abertos de Santa Catarina com sede em Blumenau. Para isso foi criado uma Comissão Central Organizadora integrando três pessoas diretamente e indiretamente mais 25 pessoas, estruturando-se o trabalho em 10 comissões de trabalho. O evento contou com a participação de aproximadamente 4500 atletas e 79 municípios. O município de Blumenau consagrou-se campeão, somando-se 14 troféus, 121 medalhas, significando 241 pontos na competição (o segundo colocado somou 130 pontos). No ano de 1990 Blumenau também teve êxito, vencendo a competição, nos Joguinhos Abertos de Santa Catarina, realizados na cidade de Tubarão.

Em relação ao Turismo e Eventos, segue o quadro que resume as principais atividades:

QUADRO 3 – EVENTOS, FEIRAS E FESTAS EM BLUMENAU (1990)

Eventos	Feiras	Festas/Festivais
<ul style="list-style-type: none"> • 7º Congresso ABRAJET (Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo); • 34º Congresso Brasileiro de Cerâmica; • 1º Congresso Nacional de Artistas e Manequins; • 17º Congresso de Radiodifusão; • 4º Congresso Catarinense de Pediatria e 1º Congresso da Sociedade de Pediatria do Vale do Itajaí; • 14º Congresso Nacional de Técnicas Têxteis. 	<ul style="list-style-type: none"> • 2ª Feira Têxtil de Blumenau; • 15º Feira de Subcontratação e Exposição Industrial; • 1ª BRASILMAQ – Feira Brasileira De Máquinas, Metalmecânica, Eletroeletrônica E Ferramentas; • Feira Internacional de Tecnologia em Cerveja - BRASIL BRAU'90 	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Sommerfest (Festa da cerveja que ocorre no primeiro bimestre do ano), com público de quase 30 mil pessoas, onde foram consumidos quase 250 mil litros de Chopp durante os 10 dias de festa; • 5º Festival Sul Brasileiro de Aeromodelismo, contando com a participação de aproximadamente 200 aeromodelistas; • Assembleia do Clube do Feijão Amigo (evento que congrega empresários e entidades envolvidas no ramo de turismo).

FONTE: BLUMENAU, 1990. Elaborado pelo autor.

Em termos de eventos, o maior destaque fica com a realização da Oktoberfest, que foi, e ainda é, a maior festa de cerveja do estado, realizada entre 5 – 21 de outubro de 1990 quando contou com um público estimado em quase 1 milhão de pessoas. Durante a festa foram consumidos 775 mil litros de Chopp. O lucro total da festa foi de aproximadamente R\$ 35.000,00²². Destes, R\$ 17.000,00 foram destinados para a PROEB, R\$ 11.000,00 para o S.O.S. Garcia²³, R\$ 2.000,00 para o Hospital Santa Isabel e R\$ 6.000,00 para a Fundação Hospitalar de Blumenau. Sendo que em 1988 a festa deixou aos cofres públicos um prejuízo de R\$ 7.000,00; e em 1989 arrecadou cerca de R\$ 1.000,00.

Em relação à Associação Social, foram realizados 5789 atendimentos individuais e 1450 atendimentos domiciliares. Também é citado pelo relatório, mas sem especificar os detalhes das ações:

²² Já realizada a conversão para o Real.

²³ Atendimento aos Flagelados, programa de Assistência Social.

- levantamento estatístico de migrantes;
- programa habitacional;
- programa de orientação educacional e social ao pré-escolar (PROESPE);
- programa de prevenção e recuperação do alcoolismo;
- saúde escolar.

Em relação ao atendimento ao menor trabalhador, através da Sociedade Promocional de Blumenau do Menor Trabalhador – PROMENOR. Segue o quadro:

TABELA 3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BLUMENAU (1988 - 1990)

ATIVIDADE	1988	1989	1990
Menores Atendidos	250	250	225
Trabalho – Estágio em empresas e PMB	180	230	185
Educação – Índice de aprovação nas escolas.	75%	75%	78%

FONTE: BLUMENAU, 1990. Elaborado pelo autor.

Foram realizadas também a abertura de cursos semi - profissionalizantes em 18 Centros Sociais. Estes atingiram a formação de 458 alunos, nos cursos de tricô, crochê, corte/costura, cabeleireiro, manicure/pedicure e artesanato. No curso de datilografia, 27 alunos da PROMENOR e 36 da E.B. Machado de Assis. Em particular, no caso da juventude, foram constituídos 2 grupos de jovens, totalizando 48 atendidos, nos Centros Sociais Zendron e Coripós. O relatório não especifica qual a finalidade dos grupos, não relata sobre suas atividades e nem fornece mais dados acerca do seu funcionamento. É feita também a organização de 27 clubes de mães, onde participaram 287 mulheres que não possuíam atividades fora do lar.

Os Centros Sociais também foram responsáveis pela entrega de 126 toneladas de alimentos e 96 mil unidades de material de limpeza. Novamente o relatório não fornece dados sobre essas atividades, apenas mostra os números.

Em se tratando da Habitação, no ano de 1988 não foi construída nenhuma residência; em 1989 foram 20, sendo que destas os recursos foram provenientes da Prefeitura Municipal de Blumenau e da Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC; e em 1990 foram 93, apenas com recursos provenientes da Prefeitura Municipal de

Blumenau. O quadro abaixo também ilustra um pouco da situação habitacional do município:

TABELA 4 – CONSTRUÇÃO CIVIL EM BLUMENAU (1989 -1990)

Ano	1988	1989	1990
Licenças de Construção Emitidas	1592	1597	986
Loteamentos/Lotes autorizados	06/586	02/108	07/318
Loteamentos/Lotes aprovados	10/726	04/367	05/266

FONTE: BLUMENAU, 1990.Elaborado pelo autor.

Apesar de sintéticos, estes dados revelam alguns tópicos interessantes referentes à cidade de Blumenau. Destaca-se a diminuição dos funcionários públicos de carreira, fruto da reforma administrativa; o trabalho insipiente em relação à população jovem, principalmente ao observarmos os dados da assistência social; a atividade intensa na área de eventos, tanto entre festas como feiras, com destaque para a Oktoberfest; problema da regulamentação fundiária, observando a diminuição da liberação de áreas para construção de loteamentos, dado o problema dos desastres socioambientais. Após o panorama geral da cidade de Blumenau, podemos então resgatar a discussão sobre as políticas públicas para a juventude.

1.2 A JUVENTUDE DE BLUMENAU

Busca-se aqui realizar alguns apontamentos sobre os jovens em Blumenau. Primeiro destaca-se que é possível perceber que a população jovem em Blumenau vem diminuindo de proporção desde a década de 1990. Com isso conseguimos concluir que a década de 1980 foi favorável em relação a participação dos jovens na cidade por conta de duas variáveis: a primeira é o contexto de redemocratização e fim do regime militar, aonde estavam sendo colocadas novas bandeiras que clamavam por mudanças na sociedade brasileira. Dava-se a emergência e organização de novos grupos, mulheres, jovens,

negros, movimento ambiental, que ansiavam por um projeto político que contemplasse as reivindicações de uma sociedade plural; a segunda variável diz respeito ao próprio volume demográfico dos jovens em Blumenau. A Tabela 1 ilustra a situação demográfica da juventude no contexto do início dos anos 90:

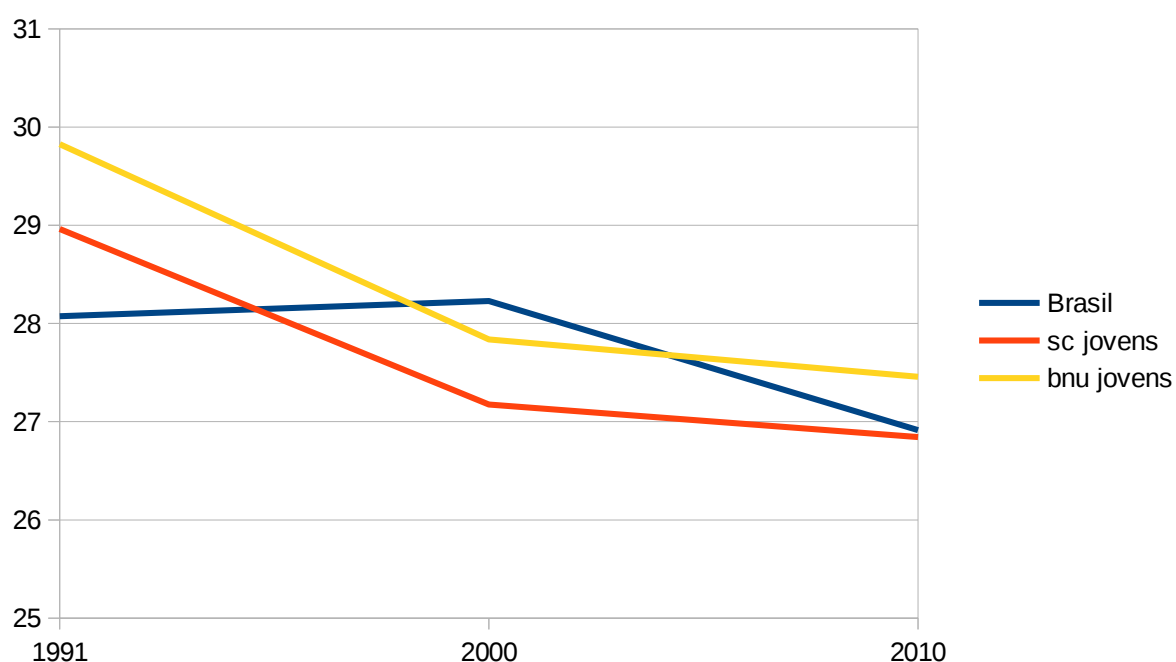
TABELA 5- PROPORÇÃO DE JOVENS NA FAIXA ETÁRIA ENTRE 15 E 29 ANOS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DAS RESPECTIVAS AMOSTRAS: BRASIL, SANTA CATARINA E BLUMENAU.

	1991	2000	2010
BRASIL	28,07 %	28,23%	26,91%
SANTA CATARINA	28,96%	27,18%	26,84%
BLUMENAU	29,83%	27,84%	27,46%

FONTE: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Apesar de não termos os dados sobre a população jovem de Santa Catarina nas décadas anteriores, pelo movimento da proporção de jovens em relação a população total, conseguimos perceber que Santa Catarina, e Blumenau de forma mais acentuada, têm em sua curva de crescimento de jovens, um relativo adiantamento em comparação ao Brasil. A Figura 2 torna essa situação mais visível:

FIGURA 2 – PROPORÇÃO DE JOVEN SEM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL: BRASIL, SANTA CATARINA E BLUMENAU.



FONTE: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

Como pode ser percebido pela Figura 2 acima, a linha de declínio da proporção de jovens em Blumenau e Santa Catarina ocorre, em comparação ao Brasil, cerca de uma década antes, significando que a explosão populacional de jovens no Brasil, sentida na década de 1990, já havia ocorrido em Santa Catarina na década de 1980. Apesar de esse elemento populacional jovem, por si só, não servir como variável determinante para a criação da DAJ, devemos considerar que a população jovem, nesse dado momento, é um ator muito presente no contexto local. E quem são esses jovens de Blumenau?

Durante a década de 1980 a juventude de Blumenau sofre um incremento e diversificação fruto, principalmente, da imigração de cidades vizinhas²⁴. Entre os jovens, a Universidade Regional de Blumenau pode ser considerada como um espaço importante que atraiu pela possibilidade de fornecer cursos de graduação em uma região carente desse serviço. Deve-se levar em conta que no Estado de Santa Catarina, o ensino superior esteve sempre concentrado na capital Florianópolis, aonde foram criadas na década de 1960 a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A cidade de Blumenau também significou, na década de 1970 e 1980, como ainda é hoje, um importante atrativo de mão de obra para a demanda de trabalho no setor das indústrias têxteis. Dessa forma, Blumenau possuía uma considerável população economicamente ativa, podendo ser considerada uma das mais importantes cidades da região e do Estado, em termos econômicos e em sua dinâmica social.

A abertura política e, apesar da tradição cultural elitista, efervescência de novos grupos, com novas identidades e novas ideias, também movimentaram a juventude de Blumenau. Como exemplo, a presença de bandas locais e do movimento que ficou conhecido como *Blumenália*.

Diz a lenda que o Blumenália surgiu na cidade de Blumenau/SC pelos idos de 1973 e dedicava-se a poesia, com a participação do poeta maior blumenauense, Lindolf Bell, e também Horácio Braun, Roy Kelermann entre outros. A época era difícil e as manifestações deste tipo quase sempre não agradavam quem estava no comando geral. Em 1983, o Blumenália retornava agora tendo como carro-chefe a música, mesclando com a poesia e artes plásticas, sob o comando do então diretor de cultura Guido Heuer. Posteriormente seu substituto Daniel Curtipassi, não deixou o evento morrer mostrando a força e arte do Blumenália. O Blumenália teve em quase todas as participações nos anos 80 bandas

24 Não há dados que permitam quantificar esse processo, contudo, é ponto pacífico pois é possível perceber o crescimento demográfico de jovens e, através das entrevistas com um pesquisador da Universidade Regional de Blumenau, Marcos Mattedi, e que vivenciou o contexto, foi descrito esse processo de aumento da população universitária em meados da década de 1980.

blumenauenses, como a *Grifo* e *Sementes da Terra*, que através dela, gravaram suas fitas-de-rolô e conseguiram emplacar suas músicas na rádio jovem local da época. (WOLFF, 2011, s/p)

A juventude blumenauense também se organizou em torno de algumas questões que surgiram na pauta política dos movimentos sociais: a mobilização pelo ensino superior público²⁵, questão da preservação ambiental, grupo de artistas, em especial o teatro²⁶, etc. Em síntese, é possível falar em uma matização entre três principais grupos de jovens²⁷:

- Aqueles reunidos em torno dos partidos políticos, quer sejam de um espectro mais conservador ou mais progressista, podendo ser citados o PT, PMDB e PDS. Aonde atuavam a militância jovem, quer buscando transformações mais “radicais” aliados a um pensamento “socialista”, quer buscando reformas sociais de caráter mais conservador. A principal forma de atuação se dava pela via institucional da política partidária;
- Grupos de artistas que se reuniam sem uma pauta específica, mas que movimentavam a cultura local. Sua atuação se concentrava em criar uma rede de contatos e de trabalho, produzindo arte na cidade. Não tendo uma estratégia incisiva na política local;
- Grupos formados por estudantes, aonde estão distribuídos aqueles que militam especificamente em torno de questões relacionados as condições do ensino superior e da educação pública; e aqueles estudantes que trazem a pauta dos estudos acadêmicos, fazendo penetrar na sociedade reivindicações específicas em torno de temáticas como: meio ambiente; novas formas de participação política; questões de gênero, movimento negro, etc.

Dessa forma é possível indicar que existia uma movimentação dos jovens na cidade de Blumenau. Contudo, como veremos na seção 6.4, os jovens que conseguiram colocar na agenda política a pauta da juventude foi a JD do PDS, através, principalmente, da atuação de Sergio Hoffmann.

²⁵ Ver Sasse (2001; 2002; 2005)

²⁶ Entrevista concedida por Pepe Sedrez, fundador e diretor da Companhia Carona de Teatro de Blumenau. Na década de 1980 também foi criado em Blumenau o Festival Internacional de Teatro Universitário – FITUB.

²⁷ Esta análise é realizada de forma informal pelo pesquisador e professor da Universidade Regional de Blumenau Marcos Mattedi.

2 O CONTEXTO POLÍTICO PARTIDÁRIO LOCAL

Buscamos nesta parte do texto elaborar uma breve contextualização do contexto político partidário de Santa Catarina em geral, e da cidade de Blumenau em específico. Focaremos os processos que nos ajudam a compreender a situação político partidária local no período do final dos anos 80. Tentaremos expor a relação que existe entre a realidade estadual e municipal, acreditamos que esse caminho permite jogar luz sobre um aspecto político importante da mudança de estratégias políticas adotadas afim de manter uma determinada forma de dominação. Acreditamos que esse processo de adoção de novas estratégias políticas configuram uma situação em que uma forma de ação política nova acaba servindo para legitimar e atualizar uma velha forma de dominação. A relação disto com a institucionalização de uma política de juventude, apesar de significar um entre outros exemplos, auxilia a explicação da criação da DAJ.

2.1 O CONTEXTO POLÍTICO PARTIDÁRIO EM SANTA CATARINA

A história política de Santa Catarina, assim como a das outras regiões do território nacional, está marcada pela dominação de grupos políticos representantes de interesses das classes dominantes. A revisão dos diferentes períodos da história mostra que as elites políticas sempre tiveram, direta e indiretamente, um peso muito grande para compreendermos o desenho das formas de dominação legitimadas pelo aparato estatal. Em Santa Catarina, apesar das suas características próprias que permitem uma diferenciação em relação ao modelo de desenvolvimento ocorrido no Brasil, principalmente nos séculos XVIII e XIX, também carrega as marcas do domínio de alguns grupos oligárquicos liderados por algumas poucas famílias. Talvez, o que exista de regularidade na cena política do estado seja exatamente essa predominância conservadora do espectro político. Como bem assinala Borba (2003, p. 62)

A história política de Santa Catarina foi marcada pela dominação de oligarquias que se revezaram no poder e ainda hoje ocupam importante espaço no cenário local e nacional: como exemplo do passado, temos Nereu Ramos (representante da oligarquia Ramos), que chegou a Presidente da República após a crise derivada do suicídio de Vargas. Mais recentemente temos a figura de Jorge

Konder Bornhausen²⁸ (o mais destacado representante da oligarquia dos Konder Bornhausen) presidente nacional do PFL. Essas duas oligarquias praticamente monopolizaram o espaço de competição política do estado de Santa Catarina ao longo do século XX.

O primeiro período republicano no estado de Santa Catarina tem as marcas da atuação política do engenheiro nascido em Desterro²⁹, Hercílio Pedro da Luz (1860 – 1924). Hercílio Luz foi, nas palavras de Lenzi, (1983, p. 78) “um homem carismático, sagaz na perseguição de seus ideais políticos, desbravador nos comícios que realizava pelo interior do Estado, truculento muitas vezes, infiltrava-se nos segmentos mais pobres da população com grande aceitação.” Seu domínio é alçado pelo governo incontestado do Partido Republicano, que apesar de hegemônico possuía disputas intrapartidárias. Uma destas se deu pela articulação oposicionista do advogado nascido na cidade de Lages, Nereu de Oliveira Ramos (1888 – 1958), que em 1921, ajudou a fundar a Reação Republicana junto com Vidal Ramos³⁰. A disputa, é claro, girava em torno do poder sem apresentar programas reformistas. A ideologia presente entre os dois grupos não poderia ser distinguida em sua essência. Outro nome importante da política catarinense foi Adolfo Konder (1884 - 1956), nascido em Itajaí e tendo estudado direito na Faculdade de Direito de São Paulo, foi um importante articulador na convenção de 1926 do Partido Republicano quando dotou o grupo político de uma estrutura organizacional mais sólida³¹ que garantiu sua eleição como governador do estado entre os anos de 1926 -1930.

O período caracterizado como República Velha, no estado de Santa Catarina, verá então essa alternância de poder desenrolar-se até a década de 1930, quando

28 Natural do Rio de Janeiro, RJ (1937), filho de Irineu Bornhausen e Maria Konder Bornhausen. Completou os estudos primários no Rio e os últimos anos do secundário em Florianópolis. Bacharelou-se em Direito e pela PUC do Rio (1956 -1960). Advogou em Blumenau durante o período de 1961 até 1975, foi Diretor de *Pátria Companhia Brasileira de Seguros Gerais* (1966 – 1967 e entre 1974 – 1975). Foi Chefe do Departamento Jurídico do Banco de Indústrias de Santa Catarina (1962 – 1967), Diretor de Indústrias Gropp (1966 – 1967). Foi fundador da ARENA em Santa Catarina (1972 -1973), desta foi presidente do Diretório Regional no mesmo Estado. Fundou o PDS em Santa Catarina (1980) e foi Presidente do Diretório do Partido da Frente Liberal (1985). Foi talvez um dos nomes mais importantes na política catarinense dos anos 70, 80 e 90. Articulou alianças políticas, apadrinhou importantes políticos como Esperidião Amin e Vilson Kleinübing, e sempre esteve próximo dos principais nomes do empresariado catarinense. Seu pai, Irineu Bornhausen, através do casamento com Maria Konder, uniu duas destacadas oligarquias do Estado, promovendo assim a mais atuante oligarquia da segunda metade do século XX em Santa Catarina, os Konder-Bornhausen. (PIAZZA, 1994, p. 126)

29 Atual cidade de Florianópolis e capital do Estado e Santa Catarina.

30 “Posteriormente, os Ramos se aproximaram do Partido Democrático Nacional de Santa Catarina e do Libertador do Rio Grande do Sul, fundando no Estado o Partido Liberal e em 1929 articulando seus interesses com a Aliança Liberal. As forças políticas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e outros Estados como Minas Gerais iam se aglutinando e formando uma grande frente contra o Governo Republicano Nacional.” (MORAES, 2011, p. 12)

31 Estabeleceu para o partido uma Lei Orgânica e um Programa Político.

Getúlio Vargas, no dia 3 de novembro de 1930, recebe da Junta Governativa o poder nacional como chefe da revolução vitoriosa. (...) Com os fatos revolucionários, esfacela-se, praticamente o Partido Republicano Catarinense. Seus líderes maiores amargam o opróbrio dos vencidos, sofrendo pressões, prisões, ausentando-se alguns do País. (...) Emerge, então, o Partido Liberal Catarinense – sucedâneo da Aliança Liberal, ou Partido Aliancista, como designavam, principalmente no sul do Estado, comandado pela família Ramos, nas expressões do coronel Vidal, seu filho Nereu (os irmãos de Nereu projetariam-se mais tarde), seu sobrinho Aristiliano e seu irmão, coronel Belisário Ramos, mais fixado em Lages como que mantendo a guarita da fazenda do 'Guarda Mor', sede e desenvolvimento do clã, fundado pelo velho Laureano José, que por sinal não era Ramos, mas sim Coelho, nascido, provavelmente em 1777 e falecido em 1862." (LENZI, 1983, p. 103)

A virada do jogo político com a revolução de 1930, apesar de não representar uma ruptura ideológica com as velhas oligarquias, alavancou o domínio da família Ramos. Em 26 de março de 1931 na sede do Clube dos Doze de Agosto em Florianópolis, foi fundada a Legião Revolucionária Catarinense. Esta buscava uma oposição organizada contra a dominação dos Ramos. Contudo, não durou muito tempo, pois a política catarinense estava fortemente dominada pelo Partido Liberal Catarinense. Segue-se então o governo pelos interventores da junta militar, sendo que em 1933, assume Aristiliano Ramos³² (1888 - 1976), nascido em Lages e continuador da dominação política dos Ramos. Desse período dá-se a formação da Coligação Republicana, nova forma de oposição liderada por Adolfo Konder e constituída pelo Partido Republicano Catarinense, Reação República e Partido Evolucionista. Segue-se então o governo de Nereu Ramos de 1935 até 1937 e como interventor até 1945.

A partir desse momento dá-se a volta de Getúlio Vargas ao poder através do golpe de estado e a consolidação do chamado Estado Novo. Segundo Lenzi,

Para os tenentes da Segunda República, parecia que o Estado Novo iria romper com as velhas formas de predominância do poder local. Verificou-se, entretanto, que a ditadura de Vargas ensejou a volta dominadora dos coronéis do interior, eis que estes, invariavelmente, são os suportes básicos para a formação dos regimes autoritários e centralizadores, o que significou a permanência e a consolidação das oligarquias. (...) Em Santa Catarina também funcionou o esquema getulista. Os republicanos foram representados pelo Interventor Aristiliano Ramos até a eleição do primo, Nereu, em maio de 1935, que formavam a liderança do Partido

32 Nasceu na cidade de Lages em 1888, filho de Belisário José de Oliveira Ramos e Theodora Ribeiro Ramos. Foi um jornalista e político catarinense. Iniciou a carreira política em 1916, quando foi Deputado ao Congresso Representativo do Estado, até 1918. Deputado estadual entre 1919 até 1921; Superintendente Municipal Substituto da cidade de Lages entre 1919 e 1922; Vereador de Lages entre 1927 e 1930. Alinhou-se ao governo de Getúlio Vargas, chegando a chefiar uma das Colunas da Revolução de 1930 e foi Interventor de Santa Catarina em 1933 até 1935. Junto com Adolfo Konder e Henrique Raupp Júnior, ajudou a fundar a União Democrática Nacional. Em 1958, passou a integrar o Partido Social Democrático de Santa Catarina. Faleceu em 1976. (PIAZZA, 1994, p. 637)

Liberal Catarinense. (...) Cessada a atividade partidária, desapareceram as siglas republicanas e liberal, mas não estancaram a atividade política. (...) Nereu governa o Estado com energia, dedicando atenção especial à educação, seguindo a trilha de seu pai. Instala a Campanha de Nacionalização, em Blumenau.” (1983, p. 131)

Em 1945, finda a ditadura de Vargas, o processo de redemocratização será alicerçado pela disputa partidária que na verdade, no estado de Santa Catarina em particular, não vai representar, novamente, uma ruptura com as elites dominantes até o momento. Entre as novas siglas partidárias temos o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), e ainda, com menor expressão, a criação getuliana, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A origem do PSD em Santa Catarina está ligada à Aliança Liberal, e consequentemente, ao Partido Liberal Catarinense, organizado através da representação política da família Ramos. A UDN também foi um partido político que tem em suas origens a força da oligarquia catarinense. Representou nesse contexto, uma agremiação de oposicionistas ao regime de Vargas liderados por Adolfo Konder, mas tendo também grande influência de Aristiliano Ramos. O PTB tinha a frente, Saulo Ramos, outro nome da já tão citada oligarquia. Em resumo, Carreirão e Borba confirmam que

Durante o período 1945/64, em que vigorou um regime político democrático e um sistema multipartidário no país, os Ramos dominam o PSD durante toda a existência deste partido, assim como os Konder Bornhausen³³ dominam a UDN. Se nacionalmente o PTB já elegia em 1962 uma bancada praticamente igual ao PSD para a Câmara Federal, em Santa Catarina o bloco conservador estava longe de ser ameaçado no momento do golpe. Mesmo o PTB catarinense só adquiriu um perfil mais próximo do populismo de esquerda após 1958, com a vinda de Doutel de Andrade³⁴ para o Estado; até aí, o partido era dominado por lideranças moderadas, sendo seu presidente um membro da família Ramos. (...) Após o golpe de 1964, as 'oligarquias' rivais rapidamente acertam dentro da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido de apoio ao regime autoritário. Ao longo do período em que vigorou um sistema bipartidário (1965/79), os Ramos declinam sua força política, o que em boa parte se deve ao declínio do seu poder econômico na região de Lages e ao processo mais amplo de modernização do Estado, que o grupo familiar não consegue acompanhar.” (2006, p. 20)

A partir de 1979, com a abertura política e adotado o sistema multipartidário, começam a ocorrer mudanças mais significativas no sistema político catarinense. A hegemonia das oligarquias começa a ser contestada, principalmente quando se estrutura

33 “Os Bornhausen aparecem no contexto político catarinense a partir da década de 1940 incorporando também a linha dos interesses dos Konder que já vinham desde a Primeira República representando as forças industriais do vale do Itajaí e norte do Estado”. (MORAES, 2011, p. 16)

34 Armino Marcílio Doutel de Andrade (1920 -1991) foi um advogado e jornalista nascido no Rio de Janeiro.

uma oposição organizada em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A oligarquia dos Konder Bornhausen, durante o regime militar, representada pela sigla Arena e após 79 dando origem ao Partido Democrático Social (PDS), diante da incapacidade de continuar exercendo o poder no Estado, passou a procurar um nome externo a si para disputar as primeiras eleições diretas para governador em 1982. A escolha recai sobre Esperidião Amim³⁵. Segundo Borba (2003, p. 63) “Utilizando-se de um estilo político tipicamente populista, Amim representava a possibilidade de continuidade no poder para as oligarquias de Santa Catarina, sendo o único nome que possuía densidade eleitoral diante do crescimento do PMDB no estado.” A eleição de Amim, como governador do estado em 1982, foi repleta de controvérsias, principalmente pela pequena margem de diferença contra o candidato do PMDB Jaison Barreto³⁶ (apenas 0,8 pontos). Amim conseguiu alcançar exatamente os 50% necessários para a vitória.

Nesse momento acontece um fenômeno que altera significativamente o jogo político catarinense. No poder, Amim consegue conquistar relativa autonomia política dentro do PDS, em parte isso se deve a sua forma de atuação populista frente as massas³⁷, propiciando então um afastamento da oligarquia Konder Bornhausen que o havia apadrinhado inicialmente. Desses acontecimentos resultou a cisão do PDS em Santa Catarina. É fundada, então a Frente Liberal pelo senador eleito Jorge Bornhausen que mais tarde viria a se tornar o Partido da Frente Liberal (PFL), do outro lado, assume a liderança do PDS o governador Esperidião Amim que mais tarde terá seu nome vinculado ao Partido Progressista Renovador (PPR), fruto da fusão do PDS com o Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1994 em nova fusão, agora com o Partido Progressista, é criado o Partido Progressista Brasileiro (PPB), que em 1995 retira da sigla o B ficando apenas Partido Progressista (PP).

Enfim, o resultado desse processo de cisão entre Amim e Bornhausen permitiu que nas eleições para governador de 1986, Pedro Ivo Campos, candidato pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) ganhe as eleições. O saldo negativo vai ser amargurado pelo líder do PFL Jorge Bornhausen.

Vale ressaltar que o PMDB em Santa Catarina é fruto do apoio popular ao MDB

35 Esperidião Amim Helou Filho, nascido em Florianópolis no ano de 1947. No período já havia exercido o cargo de prefeito biônico de Florianópolis e tinha sido Secretário de obras do estado. Também foi ex diretor da Telesc e Badesc. (PIAZZA, 1994, p. 338)

36 Sobre essa controvérsia eleitoral ver: Aguiar (1995).

37 Ressalta-se sua presença constante durante as enchentes ocorridas no estado em 1983. Sua imagem frente a mídia recebe ampla aceitação popular.

durante o regime militar (1966/79). O PMDB contava com lideranças de forte apelo popular – Dirceu Carneiro; Nelson Wedekin; e Jaison Barreto (concorrente de Amin ao governo do Estado em 82). O seu apoio popular diz respeito a organizações como a ALISC (Associação dos Professores Licenciados de Florianópolis); a ACM (Associação Catarinense de Medicina); a OAB-SC; meio estudantil universitário, constituído pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (DCE-UFSC).

Retomando ao resultado das eleições de 1986, o candidato do PDS, Amilcar Gazanica alcançou apenas 16,6% dos votos. O candidato do PFL, Vilson Pedro Kleinübing consegue 30,7% dos votos. Em conclusão, mesmo com a vitória do candidato do PMDB, deve-se perceber que esse resultado diz respeito à cisão dos partidos aqui considerados como pertencentes ao espectro político da direita. Como demonstra Borba (2003, p. 66), ao comparar os dados das eleições em nível nacional, na qual o PMDB conquistou uma média de 50,5% de votos, contra apenas 10,2% do PFL e 8,5% do PDS, em Santa Catarina a margem de votos dos partidos PDS e PFL foi muito acima da média nacional. Assim, naquele período, ainda é muito forte o peso das oligarquias políticas, configurando um aspecto conservador da política catarinense.

Se nos concentrarmos agora um pouco sobre o contexto político de Blumenau, perceberemos algumas características que nos ajudaram a compreender sua posição dentro do jogo político partidário de Santa Catarina e, como isso pode ter uma relação com as inovações referentes às políticas de juventude pelo governo Kleinübing de 1989.

A cidade de Blumenau, diferentemente do que se percebe nas eleições para o governo do estado, manteve-se ao longo da década de 1980, exceto nas eleições de 1989, mais simpática às ideias presentes entre os candidatos do PMDB. Nas eleições de 1976, a cidade de Blumenau, elegeu para prefeito o candidato Renato de Mello Vianna³⁸ (MDB - PMDB). Nas eleições de 1982, o candidato eleito foi Dalto dos Reis (PMDB) que concorreu com Victor Fernando Sasse (PDS). Fato interessante, revelado em entrevista a um meio de comunicação local, aconteceu durante as enchentes de 1983, quando o então eleito prefeito Dalto dos Reis foi até Brasília se encontrar com o então presidente

38 Nascido em Blumenau no ano de 1944, foi um político Blumenauense ligado ao PMDB. Durante os anos de 1963 e 1967 foi um jogador de futebol em Santa Catarina chegando a atuar no time *Avaí* da capital catarinense. Após esse período formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor de Direito na Universidade Regional de Blumenau, aonde também atuou como Vice-Reitor. Na Prefeitura de Blumenau foi, entre 1971 e 1972, Assessor Jurídico e entre 1973 e 1976 foi Chefe da Assessoria Jurídica. Além de Prefeito de Blumenau entre os anos de 1977 – 1982 e 1992 - 1996, também foi Deputado Estadual entre 1983 – 1986.

João Figueiredo, a fim de tratar do problema dos alagamentos em Blumenau, e não foi recebido sob a alegação de que “O presidente João Figueiredo não vai mais recebê-lo. Diz que nada tem a falar com um adversário político.”³⁹ Apesar de não ter nenhuma repercussão política que alterasse os posicionamentos em Blumenau, coloca em evidência o isolamento das elites políticas da cidade.

A mudança do espectro político à frente da Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB) vai ocorrer apenas nas eleições de 1989, quando é eleito Vilson Pedro Kleinübing (PFL), que ficará no poder por dois anos, quando então se candidata e ganha as eleições para governador. Concorreram com ele o ex-prefeito de Blumenau Renato de Mello Vianna (PMDB) e Vilson Luiz de Souza (PSDB), dentre os que tiveram melhor votação.

Cabe ainda, neste capítulo, situar melhor a realidade específica da situação política partidária de Blumenau, aprofundando e estabelecendo relações com as políticas de juventude postas em prática no município.

2.2 O PMDB EM SANTA CATARINA E BLUMENAU⁴⁰

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB é o partido sucedâneo do Movimento democrático Nacional – MDB que juntamente com a Aliança Renovadora Nacional – ARENA foram criados durante o período do regime militar instaurado em 1965, quando instituído o bipartidarismo. O MDB, que teve existência legal a partir de 15 de março de 1966, congregando ex-membros do ex-PTB e ex-PSD, foi presidido, em âmbito nacional, pelo senador Oscar Passos e, posteriormente, pelo Deputado Ulysses Guimarães. O MDB se constituiu numa frente democrática de resistência ao regime autoritário. Em Santa Catarina, o MDB se organizou em abril de 1966, sendo presidido, inicialmente, pelo Deputado Federal Armindo Marcílio Doutel Andrade que, cassado em seus direitos políticos, foi substituído, em 1967, pelo Deputado Estadual Genir José Destri. Com a cassação, em 1968, deste último, assumiu o presidente regional do MDB o

39 Notícia vinculada com o título: Figueiredo negou-se a receber Dalto dos Reis por motivos partidários. ClicRBS, julho de 2013. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2013/07/09/figueiredo-negou-se-a-receber-dalto-dos-reis-por-motivos-partidarios/?topo=67,2,18,,,67>>

40 A principal fonte que sustenta esta breve contextualização do PMDB em Santa Catarina foi o Dicionário Político Catarinense de Walter Piazza (1994). Também foi Consultado no documento que contém o Manifesto, Programa e Estatuto de Fundação do PMDB (1994) e o livro de Maria D'Alva G. Kinzo (1988) “Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966 – 1979).

Deputado Estadual Pedro Ivo Figueiredo Campos⁴¹. De março de 1972 a outubro de 1979, a direção do MDB catarinense esteve a cargo do Deputado Estadual Dejandir Dalpasquale, cuja sucessão na presidência do Partido, se deu com o retorno do Deputado Federal Pedro Ivo Figueiredo de Campos.

A reorganização do sistema partidário realizada em 1979, no contexto da abertura política, pelo Ministro da Justiça do Governo Figueiredo, senador Petrônio Portela, levou à extinção do bipartidarismo (ARENA e MDB), permitindo-se a criação de novos partidos. A manutenção do bipartidarismo se tornou difícil por causa do crescimento do MDB - que se constitui no eixo de uma ampla frente das oposições democráticas do país - e também por causa da fragmentação interna do bloco de sustentação política do regime. Para resolver esse impasse, o governo objetivou o retorno do pluripartidarismo e a consequente divisão do MDB. Entre 1979 e 1980 se articulou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, como sucedâneo do MDB, tendo como primeiro presidente nacional o ex-dirigente do MDB, Deputado Ulysses Guimarães. A incorporação do Partido Popular–PP ao PMDB se deu em fevereiro de 1982, permitindo a soma de forças das duas maiores agremiações oposicionistas. Em Santa Catarina, a Comissão Provisória Estadual, criada em março de 1980, para encaminhar a organização do PMDB, foi presidido pelo Deputado Pedro Ivo Campos, o qual, constituído do Diretório Regional, em novembro do mesmo ano, continuou na presidência até novembro de 1981, quando assumiu a direção do Partido o suplente de Senador e ex-deputado Dejandir Dalpasquale. O retorno de Pedro Ivo Campos à presidência do Diretório Regional se deu em novembro de 1983. O PMDB, naquele momento, era um partido de composição social heterogêneo (PIAZZA, 1994, 561), com características urbanas, representando uma aliança de classes e de segmentos de classes, unidas pela condição comum de serem classes assalariadas de rendas baixas

41 Pedro Ivo nasceu em Florianópolis, a 12 de outubro de 1930, filho de Emmanuel Pereira de Campos, funcionário público, e de Florisbela Figueiredo de Campos. Pedro Ivo ingressou na política no início dos anos 60 envolvendo-se no PTB de Joinville. Quando foram os partidos pelo AI-2, Pedro Ivo ajudou a organizar a oposição à ditadura em Santa Catarina. Fundou então, com outros aliados políticos, o MDB. Em seu primeiro mandato parlamentar, de 1967 a 1971, Pedro Ivo exerceu a liderança da bancada do MDB, e a presidência do MDB, reorganizando o partido com dificuldades, após as cassações de 1969 e 1970. Sempre no MDB, Pedro Ivo elegeu-se deputado federal, mandato que interrompeu por imposição das bases do partido em Santa Catarina para concorrer à prefeitura de Joinville, onde ganhou a eleição com diferença de quase 11 mil votos. Após o período a frente do executivo em Joinville, elegeu-se Deputado Federal. Após o fim do bipartidarismo, foi eleito presidente da comissão provisória do PMDB sendo eleito presidente regional. Uma vez consolidado o PMDB em Santa Catarina, Pedro Ivo deixou a presidência do partido para lançar-se em sua campanha ao governo do Estado. Contudo o nome escolhido foi o do Senador Jaison Barreto. Em 1986, conseguiu a aprovação pelo PMDB, candidatou-se ao governo do Estado e levou o pleito eleitoral, governando Santa Catarina até 1990. (PIAZZA, 1994, p. 162)

e médias, inseridas em um sistema político e econômico excludente. Constituía-se, igualmente numa frente que congregava diferentes posições ideológicas: liberais, democratas cristãos, sociais democratas e socialistas. O Programa Básico do PMDB era de caráter progressista e tentava se firmar como crítico e oposicionista. Afirmava que deveria se considerar a superioridade das massas sobre as elites, e, portanto, o reconhecimento da primazia do povo; a importância da organização popular e partidária; a forte relação existente entre a realização das aspirações trabalhistas e a existência do Estado democrático; a importância de uma atividade política que enlace o Partido às bases sociais e aos movimentos populares.

Dentre os princípios básicos que norteiam todo o programa do PMDB, destacam-se os seguintes: a luta pela democratização nos planos político, social e econômico; a identificação do Partido com as lutas e os interesses da grande massa dos marginalizados e dos assalariados, dos pequenos empresários e proprietários e dos que são esmagados pelo grande capital; a defesa intransigente do interesse nacional; a atuação partidária permanente e não apenas nos períodos eleitorais; o reconhecimento da legitimidade das divergências internas e da existência de outras correntes de opinião dentro do partido; o reconhecimento de que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva e de que os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital.

Os filiados do PMDB, ao assinarem a ficha de filiação partidária, assumiram, formalmente, o compromisso de cumprir as diretrizes programáticas do partido. Em Santa Catarina, em 1984, o PMDB contava com 53.329 filiados Estaduais, entre os quais, 768 vereadores em 183 Municípios, 62 prefeitos, 19 Deputados Estaduais, 8 Deputados Federais e um senador. Os diretórios Municipais, em número de 195, recebiam a orientação política partidária do Diretório Regional -com 71 membros -, cuja Comissão Executiva desenvolveu roteiros de visitas às bases municipais e coordenava encontros macro regionais de avaliação e planejamento de atividades.

Com o objetivo de enraizar o PMDB nas bases populares, tornando-o um moderno partido de massas, foi criada em Brasília, em abril de 1981, a Fundação Pedroso Horta. Nasce como um órgão de assessoramento permanente ao Partido e grupo de produção de ideias e propostas atreladas ao Programa Partidário. Sob a presidência do Deputado João Gilberto, a Fundação Pedroso Horta nacional passou a desenvolver seminários e simpósios, em diversas regiões do Brasil, sobre as grandes questões nacionais, destacando-se o trabalho de elaboração de uma proposta de governo para o Brasil, culminando no documento “Esperança e Mudança”.

A Fundação Pedroso Horta, sucedâneo do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Pedroso Horta, criado em outubro de 1975 e presidido pelo Deputado Alceu Colares, deu continuidade à publicação de uma série de cadernos de orientação político-partidária, “Coleção Alberto Pasqualini”, com mais de 30 volumes editados. Iniciou, igualmente, a publicação da “Revista do PMDB”, de circulação nacional, e do “Jornal da Fundação Pedroso Horta do PMDB”. Em Santa Catarina a Fundação Pedroso Horta foi organizada em setembro de 1981 e presidida pelo sociólogo Jacó Anderle; passou a desenvolver, através de Núcleos Regionais, atividades de apoio aos Diretórios Municipais, aos Parlamentares, aos Prefeitos, aos Vereadores, aos Movimentos Trabalhistas, Feminino e Jovem do PMDB, às Organizações Populares, destacando-se a execução de um programa de formação política dos quadros partidários. O grupo também se destacou por publicar subsídios de discussão política, através dos “Cadernos da Fundação Pedroso Horta”⁴². Ou seja, o PMDB, neste momento, já possuía seu braço de formação política e de assessoramento. O PMDB de Santa Catarina, para ampliar e cultivar os seus quadros de militantes, conta com os Movimentos de Trabalhadores, de Mulheres e Jovens, considerados órgãos de cooperação do Partido. O movimento jovem, também denominado PMDB - JPMDB tem sua origem em 1975, no MDB. Tais movimentos, como ocorre na maioria dos Estados, desenvolvem ações específicas junto a esses segmentos partidários e procuram, através de seus Núcleos Municipais, exercer uma militância permanente no meio popular. Para ampliar e formar seus quadros de militância de base, os Movimentos Trabalhistas, de Mulheres e de Jovens, através de suas respectivas Coordenações, realizam, desde o período de criação, reuniões e encontros municipais, regionais e estaduais. Nesse sentido, o PMDB coopta essa parcela da população engrossando sua base eleitoral⁴³.

O PMDB em Blumenau não representava oposição às elites empresariais da cidade. Ao longo dos seus mais de 20 anos à frente do executivo municipal governou alinhado com os interesses locais. A base eleitoral do MDB/PMDB em Blumenau possuía vínculo com a classe trabalhadora, mas os líderes políticos que ocupavam os cargos não saíam dessa base trabalhista. Com a eleição de Vilson Kleinübing o PFL, liderado por Jorge Konder Bornhausen, era quem possuía uma relação mais orgânica com as famílias tradicionais da cidade. Para Simão (2007, p. 259 - 260) “a organização do partido MDB,

42 No período do ex-MDB, o IEPES – Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, iniciado em 1974, foi constituído, oficialmente, em março de 1975, tendo como presidente o Deputado Miraci Deretti. A partir de junho de 1976, passou a ser chamado de Instituto de Estudos Políticos Pedrosa Horta de Santa Catarina. (PIAZZA, 1994, p. 564)

43 Nesse sentido não podemos falar em empoderamento das bases eleitorais entre mulheres e jovens.

que se iniciou com a filiação de trabalhadores, significava tão somente o descontentamento com o regime opressivo e não que este viesse a aglomerar concepções ideológicas, em nível local, contrárias ao capitalismo.” A exemplo dessa situação, pode-se citar a candidatura de Aldo Pereira de Andrade quando concorreu com Curt Zadrozny em 1965. Aldo Pereira, cooptado e apoiado por Ingo Hering⁴⁴.

Em Blumenau, os líderes do MDB formaram suas bases a partir dos subdiretórios do partido nos bairros, os quais eram utilizados como alternativa para aproximação com a população, considerando que o regime de exceção pós 1964 não possibilitava outras formas de fazer política. A participação da população se dava dessa maneira, através da cooptação de lideranças locais e aparelhamento partidário desses canais de diálogo e organização popular.

Os líderes realizavam reuniões nos bairros e no final era fundado um subdiretório, buscando envolver pequenos e médios industriais. As pessoas eleitas passavam a ser líderes naquela reunião e então mantinham um contato mais acentuado com o gabinete do prefeito para reivindicações e postulações da região. (...) O partido era um canal de participação nas decisões locais. (...) Os dirigentes do MDB, através do partido, no sentido de organizar novos sujeitos, que viessem a se tornar sujeitos políticos, qualificados como dirigentes e organizadores, e, para tanto, perante a população reforçavam a figura do presidente do subdiretório. (SIMÃO, 2007, p. 263)

Assim os subdiretórios conquistavam legitimidade popular através das suas lideranças que estabeleciam vínculos com os empresários locais. Como mostra o quadro seguinte, os nomes escolhidos para liderar o executivo não tinham uma vinculação direta com a base popular.

QUADRO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PREFEITOS ELEITOS PELO (P)MDB, POR PROFISSÃO E ATIVIDADE EXERCIDA NOS ANOS PRECEDENTES A ELEIÇÃO À REPRESENTAÇÃO NO GOVERNO LOCAL

Ano	Nome	Profissão	Atividade
1970	Evelásio Vieira	Radialista	Radialista
1973	Félix Theiss	Admnistrador de Empresa	Assessor Jurídico no governo de Evelásio Vieira
1977	Renato Vianna	Advogado	Assessor jurídico de empresas privadas do governo localidade
1982	Dalto dos Reis	Advogado	Secretário de Finanças do governo de Renato Vianna

FONTE: Simão (2007, p. 264)

44 Da empresa Hering.

Em 1968, com a vitória de Evilásio Vieira, candidato do partido (MDB) para a prefeitura de Blumenau, o mesmo passou a contar com os subdiretórios como intermediadores de suas relações com a população. Segundo Félix Theis (1972-76), sucessor de Evilásio Vieira na Prefeitura Municipal de Blumenau, havia no município cerca de 200 subdiretórios do MDB, organizados nos meios urbano e rural e ambos os prefeitos atendiam às reivindicações dos moradores - de forma clientelista - a partir da solicitação de algum presidente de subdiretório, fazendo questão de, ao inaugurar alguma obra nos bairros, mencionar que ela havia sido obtida por meio dos esforços do presidente em questão. (SIMÃO, 2007, p. 265)

Dessa forma conseguiu-se que o (P)MDB concentrasse o voto da maioria da população que era contra o regime ditatorial, ao mesmo tempo em que manteve afastado da disputa eleitoral os segmentos mais radicais da sociedade.

De grande importância foram, então, as associações de moradores no município de Blumenau, pois substituíram os subdiretórios do MDB/PMDB na intermediação com o poder político local (SIMÃO, 2007, p. 282). Foram criadas por iniciativa do governo municipal, sendo, portanto, já na sua origem, institucionalizadas. Seu projeto político caracterizava-se por ser institucionalizador e conservador, a sua relação com o poder local acontecia por meio do clientelismo de quadros, em que se trocava apoio político por serviços públicos, no qual havia um alto poder de manipulação e cooptação das lideranças comunitárias pelo poder público.

Estes traços podem ser verificados quando, por exemplo, da criação do Conselho Municipal de Obras Sociais, pela Lei nº 1818 de 16 de dezembro de 1971, do então governo de Evelásio Vieira (MDB), tendo como objetivos:

- estudar e propor, promovendo quando lhe estiver afeto, medidas que tenham por objetivo o bem estar social;
- orientar e coordenar as atividades assistenciais das entidades integradas ao sistema;
- opinar sobre a concessão de favores e subvenções do Governo Municipal às entidades e associações assistenciais e, ainda fiscalizar a aplicação desses recursos;
- fomentar e orientar entidades sociais legalmente constituídas, bem como a criação de novas, em setores não assistidos pelas instituições existentes e estimular a

função de entidades paralelas, de maneira a colaborarem eficientemente com o Conselho Municipal de Obras Sociais em todos os problemas assistenciais do Município;

- propor campanhas visando a integração comunitária na solução dos problemas afetos a este conselho;
- manter estreito contado com órgãos assistenciais do Estado e Federação.

Essa hegemonia do PMDB só vai começar a ser contestada durante a década de 1980. Nesse momento, a política adotada por esses governos iniciam um processo de maior abertura econômica da cidade ao investimento estrangeiro. Isso se deu a partir do final da década de 1970 quando é elaborado um novo Plano Diretor que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Blumenau. Entre algumas propostas, mais polêmicas para as lideranças empresárias, desse plano diretor estão:

- definição do tamanho dos terrenos;
- espaçamento entre uma construção e outra;
- regulamentação do uso do solo e parcelamento da terra;
- regulamentação das edificações;
- regulamentação do sistema viário;
- vedação a qualquer pessoa física ou jurídica de lançar resíduos químicos nas águas.

Estas medidas afetariam diretamente as empresas que deveriam se adaptar. Também afetou a especulação imobiliária como forma de obtenção de ganhos. Outro ponto que instigou as elites locais a se posicionarem contra o governo do PMDB foram os incentivos fiscais e concessões a algumas empresas. Essas ações dificultaram a capacidade das empresas locais na disputa por mão de obra barata, dada a competição salarial. “Das trinta e uma empresas que receberam incentivos entre o período de 1970 e 1989, apenas quatro são do setor têxtil. (SIMÃO, 2007, p. 271) Deu-se então o amplo uso dos meios de comunicação local para minar a imagem dos governantes do PMDB. Fica claro essa situação quando percebemos a estreita relação entre, por exemplo o Grupo RBS⁴⁵ e as elites locais ou o uso do Rádio para que Vilson Kleinübing conseguisse

⁴⁵ Grande empresa televisiva da região Sul, afiliada da Rede Globo. NO rádio, pode-se citar a Atlântida como um de seus “braços”.

conquistar espaço na cidade de Blumenau. Na leitura de Simão (2007, p. 274)

Para os empresários de Blumenau, o governo deveria apenas promover estruturas para o desenvolvimento e serviços que o mercado não pudesse prover. Essa foi a postura dos governantes anteriores que apenas se detiveram a desenvolver meios de comunicação, energia, escolas e serviços de saúde. Quando deste período começaram a estimular a instalação de empresas no município, contrariavam os interesses do empresariado mais conservador da cidade. Talvez esse tenha sido o motivo dessa política se restringir a uma administração – de 1973 a 1977 –, período de instalação de empresas internacionais na cidade. As demais centraram-se em políticas de reprodução da força de trabalho e nos meios de comunicação (principalmente na pavimentação e abertura de ruas).

Ao longo da década de 1980 a oposição, representada principalmente pelas lideranças empresariais locais e estruturadas politicamente por Jorge Bornahusen pelo Estado, culminando com a escolha de Kleinübing no final da década de 1980, vão enfraquecendo as bases do PMDB. Contribuíram para isso a própria fragmentação da esquerda quando seus militantes começaram a se organizar em outros partidos. Fica claro esse fator quando na década de 1990 começam a despontar, a nível local, o PT e PSDB. Quanto, durante a campanha a eleição para prefeito de Blumenau em 1988, Vilson Kleinübing organiza seus cabos eleitorais em torno das associações de moradores a base popular do PMDB não consegue mais se reproduzir. Por trás da candidatura de Kleinübing também deve-se dizer que estavam seus planos para alcançar o governo do Estado. Dessa forma o empresariado local conseguiria uma representação em uma outra esfera de atuação. Como demonstra Simão (2007, p. 283)

Em Blumenau, há um poder econômico forte, e as grandes empresas não se relacionam diretamente com o governo local, mas se articulam com o governo estadual e central, pois a relação dessas empresas, no que se refere ao mercado, se dá com o mercado nacional e internacional e não localmente, necessitando portanto, dialogar com o governo central. No governo local a interferência é no sentido de reprodução da força de trabalho e esta é negociada, articulada, na maioria, com a própria classe trabalhadora.

Assim conseguimos compreender que o PMDB em Blumenau representou uma forma de garantir a hegemonia das elites locais, mantendo uma base popular, sem permitir que ocorressem grandes conflitos de interesses entre capital e trabalho. Apenas em 1989, quando o PMDB sai do governo, é deflagrada uma grande greve que revela essa cisão de posições. Mostrando assim que o PFL, quando assume o poder, se faz forte na medida em que está alinhado com os interesses das elites mais conservadoras da cidade.

2.3 VILSON PEDRO KLEINÜBING: UM AVENTUREIRO POLÍTICO?

Vilson Pedro Kleinübing tem em sua biografia traços que em certa medida podem ser comparados aos do já citado político Esperidião Amim. O principal, que gostaríamos de destacar já de início, é o seu relacionamento com as elites oligárquicas locais dos Konder-Bornahusen. Outro traço interessante de sua biografia foi sua grande capacidade de articular alianças no Estado de Santa Catarina, assim como a sua rápida ascensão política. Em menos de 10 anos consegue passar pelos cargos de Prefeito de Blumenau, Governador de Santa Catarina e Senador da República, sua trajetória apenas foi encerrada por um câncer que tirou sua vida em 1998.

Nascido em Montenegro/RS (1944), filho de Waldemar Kleinübing⁴⁶ e Carmelina Pontin Kleinübing, casado com Vera Maria Karam Kleinübing, com quem teve 3 filhos: João Paulo Karam Kleinübing⁴⁷, Eduardo Karam Kleinübing e Diogo Karam Kleinübing. Mudou-se, ainda criança, com a família para a cidade de Videira no meio oeste catarinense. Fez os estudos primários no Colégio *Imaculada Conceição* (1951 – 1959). Ainda em Videira trabalhou como auxiliar de escritório (1958 – 1959) no Banco Contábil Ltda. cursou o primeiro e segundo ano do Colégio Científico na capital Florianópolis, no *Colégio Catarinense*. O terceiro ano foi completado em Porto Alegre no *Colégio Anchieta* (1960 – 1962).

Ainda no Rio Grande do Sul, cursou a *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), aonde completou o curso de Engenheiro Mecânico (1963 – 1968) e foi membro do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia. Nos últimos anos de sua graduação trabalhou no cargo de Chefe de Planejamento e Controle da Produção da Ipesul Ltda (1967 – 1968).

Mudou-se novamente para Florianópolis aonde exerceu o cargo de Engenheiro Assistente de Gerência da filial INEAL – Engenharia e Arquitetura S/A, em 1969. Nesse momento, cursa uma Pós-Graduação em Engenharia Econômica na *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC) em 1970. Vai então ingressar como docente na

⁴⁶ Foi Prefeito da cidade de Videira (UDN).

⁴⁷ João Paulo Kleinübing, assim como o pai, foi prefeito de Blumenau e também trabalhou na Rádio Clube e “atribui à sua participação na emissora grande parte da popularidade que o levou a eleger-se em 2004 como o mais jovem prefeito da cidade.” (FRANCISCO, José Eli. O radialista Vilson Kleinübing. 2009. Disponível em: <<http://www.carosouvintes.org.br/o-radialista-vilson-kleinubing/>>. Acesso em: 13 nov. 2014.)

Universidade do Estado de Santa Catarina, lecionando a disciplina de Processamento de Dados, na *Escola Superior de Administração e Gerência* (ESAG) no período de 1970 até 1978. Também em 1970, inicia sua carreira dentro das *Centrais Elétricas de Santa Catarina* (CELESC), aonde é selecionado, inicialmente, para *Análises de Sistemas* (1970), passando para *Assessor do Diretor Administrativo* (1972), *Chefe do Departamento de Processamento de Dados* (1973) e finalmente *Diretor de Distribuição* (1979). Entre alguns projetos e atividades que participou durante sua atuação na CELESC, podemos citar:

- Plano de Cargos do Centro de Processamento de Dados (1971);
- Professor do Curso Intensivo para Programadores (1971);
- Estruturação do Gabinete de Planejamento da Presidência (1972);
- Criação e Montagem do Orçamento da CELESC (1972);
- Projeto e Implantação da operação Consumidores (1972);
- Reforma Administrativa da CELESC (1973);
- Plano de Cargos e Salários da CELESC (1973 – 1974);
- Plano de Compras Globais (1973);
- Estudos e Implantação da Fundação CELESC de Seguridade Social (1973);
- Implantação da Contabilidade Centralizada (1974);
- Participou das Comissões de Seleção de Computadores a pedido do Governo do Estado, do Bando do Estado de Santa Catarina (BESC) e IPESC (1974);
- Foi responsável pela ampliação do Centro de Processamento de Dados da CELESC que culminou com a assinatura do contrato com a IBM do Brasil de um computador IBM – 370/135;
- Participou de programas especiais da CELESC, além daqueles exclusivos do seu departamento;
- Administrou um programa de Eletrificação Rural destinado a 35 mil famílias no Estado de Santa Catarina.

Enquanto morava em Florianópolis, foi Presidente e Vice-Presidente da Sociedade Balneário Daniela (Associação de Moradores da localidade) de 1974 até 1976, espaço que lhe conferiu contato com alguns nomes da política da ilha de Florianópolis, como Esperidião e Angela Amin. Também participou e projetou a Reforma Administrativa da

Associação Comercial e Industrial da cidade de Joinville. Além da sua ampla experiência profissional e formação universitária, também concluiu alguns cursos de especialização e aperfeiçoamento, entre eles:

- Sistemas Operacionais, UNIVAC (1969);
- Planejamento Integrado, SUDESUL (1969)
- Análises de Sistemas, UNIVAC (1970);
- Sistema de Informação Gerencial, IBM de Florianópolis (1972);
- Gerência de Projetos, IBM de Curitiba (1976);
- Curso Especial para Administração de Empresas de Energia Elétrica, FGV (1977).

Seu primeiro grande passo na política catarinense é a sua candidatura e eleição para Deputado Federal em 1982 pela legenda do Partido Democrático Social (PDS) quando conquistou 106.388 votos preferenciais. Contudo, já no pleito eleitoral para Prefeito de Florianópolis em 1978, junto com Ângela Amin, participa ativamente da candidatura de Esperidião Amin, que acabou vencendo o pleito. Em depoimento, após a morte de Vilson Kleinübing, Jorge Bornhausen conta a história de como conheceu o pai de Vilson, Waldemar, e como acabou estabelecendo contado com Kleinübing filho.

Peguei uma carona com o dr. Álvaro Lobo, o *Vavico*, e na sua caminhonete *rural willys*, fomos para Videira ao encontro dos candidatos. No caminho, conheci, em Curitiba, o nosso líder local da UDN Vilmar Ortigari⁴⁸, e em Anta-Gorda, distrito de Videira, fui apresentado ao nosso chefe político daquele município, Waldemar Kleinübing. Udenista ferrenho, opositor das principais forças econômicas locais que pertencem ao PSD, era um político sério, competente e radical. (...) Fui encontrar-me, novamente, com Waldemar Kleinübing, em 1968, ele, prefeito de Videira e eu, vice-governador. A UDN havia, como os demais partidos, sido extinta, mas a Arena, que se formara, vivia a nítida divisão entre pessedistas e udenistas. Ivo Silveira era o governador e a vive-governança tornara-se o canal dos prefeitos de origem udenista para o encaminhamento dos pleitos ao Governo do Estado. (...) Waldemar foi ao meu gabinete, reivindicar uma estação de tratamento de água para Videira e informei-lhe que o acompanharia ao governador. Não aceitou a sugestão. Não acreditava que seria atendido e se o fosse, não gostaria de ficar devendo um favor a um cacique pessedista. Lembrei-me, então, de levar o projeto à Sudesul, dirigida pelo meu amigo Paulo Melro, sem lhe contar suas raízes, também pessedistas. O assunto foi resolvido e o prefeito construiu a estação de tratamento de águas de seu município, sem auxílio do governador pessedista, que, para ele, continuava opositor. (PEREIRA, 2001, p. 174)

Afeiçoado à imagem de Waldemar, quando conheceu Vilson Kleinübing acabou

48 Natural de Curitiba (1917) foi um pecuarista e ex-prefeito Municipal de Curitiba. Também foi eleito Deputado Estadual (1971 – 1974) e Deputado Federal (1975 – 1978) pela ARENA.

estabelecendo um vínculo de amizade que segundo as suas próprias palavras: “procurei dar-lhe o melhor tratamento, numa referência ao seu pai.” Assim, em 1978, quando começa as preparações para as escolhas da composição de sua futura candidatura ao pleito para governador do Estado, conta que:

quando recebi um grupo de líderes de Videira, tendo à frente o senhor Saul Brandalise, o grande adversário de Waldemar Kleinübing. Falaram-me das reivindicações do município e ao final, depois de lhes dizer que o Ivan Bonatto iria permanecer no secretariado, acrescentaram um pedido a mais: o aproveitamento do engenheiro Vilson Kleinübing para a diretoria da CELESC. Esperidião já me havia recomendado o aproveitamento do Vilson, que havia participado intensamente na sua bem sucedida eleição para deputado federal. Eu já havia escolhido Paulo Melro, o mesmo que ajudara Videira na Sudesul, para ser o presidente da Celesc, e indiquei-lhe para compor a diretoria o Vilson, que já era um funcionário da casa e que foi aceito de imediato. No curso do governo verifiquei que, além de mostrar aptidões administrativas muito positivas, Vilson dedicava-se com afinco às tarefas políticas. Com o Esperidião traçamos os rumos da campanha de 1982 e o Vilson foi escalado para ajudar na formação de uma linha auxiliar, o PTB, no intuito de termos mais disputantes ao Governo do Estado e ao Senado. Com seu amigo, Paludo, cumpriu exemplarmente a missão, que viria a nos ajudar, e muito, na difícil vitória de 1982. (PEREIRA, 2001, p. 175)

Com essa atuação que agrada em muito ao líder político do Estado, Jorge Bornhausen, o nome de Kleinübing começa a ganhar maior destaque nas frentes do PDS catarinense. E nas eleições de 1982, no momento em que o nome de Paulo Melro⁴⁹ já havia sido colocado para a disputa da Câmara Federal, Jorge Bornhausen vai até o interior da cidade de Tijucas para participar da inauguração da estação de Itinga, obra muito importante para Bornhausen pois significava a realização de seu parceiro político Bayer Neto, e encontra Vilson Kleinübing na ocasião. Conta então que:

Na volta, trouxe comigo Vilson Kleinübing. Perguntei se ele não queria ser candidato a deputado estadual e obtive, surpreendentemente, a resposta que queria ser candidato, mas a deputado federal, apesar de já lançada candidatura de Paulo Melro. Vi que o espírito obsessivo e de garra do pai Waldemar havia sido transferido ao filho. Aceitei sua decisão e o apoiei. Vilson foi eleito com grande votação. Começou aí sua vitoriosa carreira. (PEREIRA, 2001, p. 176)

Vilson Kleinübing apesar de eleito Deputado Federal, não chega a exercer o cargo, pois é logo chamado para assumir a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado no governo Esperidião Amin (1983 – 1986). Implantou diversos programas: Crédito

49 Natural de Blumenau (1928), Engenheiro Mecânico Eletricista, foi Chefe do Departamento de Distribuição da Empresa Força e Luz de Santa Catarina S/A (1952). Presidente da Comissão de Energia Elétrica de SC (1961), Superintendente da Superintendência da Região Sul (SUDESUL) de 1967 até 1979, Diretor e Presidente da CELESC (1979 – 1982), Deputado Federal pelo PDS (1983 – 1986) substituindo Vilson Kleinübing.

Fundiário, Sacolão, Varejão Comunitário, Armazéns Comunitários, Condomínios de Pesca, Feira do Pescado, Patrulhas Mecanizadas, Financiamento de Máquinas pelo Troca-Troca, Crédito de Emergência para Enchentes, Programa FINSOCIAL, Diversos parques para feiras de gado etc. e o programa de maior destaque, o Troca-troca⁵⁰. A repercussão deste, e de outros programas que executou, o fizeram ser considerado o sucessor natural ao governo do estado.

Porém, o então governador Esperidião Amin acaba declinando dessa posição e opta por não seguir este plano e na convenção do partido ajudou a colocar Amílcar Gazaniga como candidato. Sobre o ocorrido, Jorge Bornahusen, em depoimento, revela:

Na formação do governo Amin, dei ao governador minha opinião: deveria dar prioridade à área rural e o secretário da Agricultura deveria ser preparado para candidato à sua sucessão. Não sei se o Esperidião levou em consideração a minha ideia, o fato é que convidou Vilson Kleinübing, um engenheiro especialista em eletricidade para ser seu secretário, na Agricultura. Continuamos a manter excelentes relações. Kleinübing secretário e eu senador. (...) Em 1984, quando percorri o estado, pregando a formação de um novo partido, Vilson compareceu a várias reuniões e manifestou seu agrado à ideia. No final, Esperidião permaneceu no PDS e eu fui fundar o PFL, apoiando Tancredo Neves. Vilson permaneceu no PDS esperando ser candidato do partido a governador. A reunião que o PDS marcou para escolher, com muita antecedência, seu candidato a governador, determinou meu rompimento político com o governador. A convivência, na ocasião, tornara-se impraticável e os fundadores do PFL saíram do governo. Na mesma pré-convenção ocorreu uma grande surpresa: Henrique Córdova, usando seu grande talento em brilhante discurso, arrebatou a maioria, derrotando o candidato oficial Vilson Kleinübing. Sentindo-se abandonado, Vilson iniciou comigo conversações que se concluíram com o ingresso dele no PFL, garantida sua candidatura ao governo do Estado. (PEREIRA, 2001, p. 178)

Em 1986, o PFL não tinha estrutura formada no estado e os recursos arrecadados eram ainda escassos. Segundo Bornhausen: “Tínhamos que contratar uma empresa pequena, que cobrasse um preço baixo para elaborar nossos programas de televisão.” Essa empresa, apesar de pequena conseguiu um grande feito: “conseguiu transformar o Vilson, tímido por natureza, em um excelente comunicador.” Essa imagem de Kleinübing é confirmada também pelo Jornalista Moacir Pereira que comenta o seguinte: “era um homem tímido, mas tinha uma grande sensibilidade política e artística cultural e uma extraordinária empatia com o povo, sobretudo pela forma competente e honesta como se comunicava” (PEREIRA, 2001, p. 17 – 18). Ainda, para Jorge Bornahusen:

“O sucesso na televisão fez com que a candidatura do Vilson crescesse e ultrapassasse, por larga margem, o candidato do PDS, que não mais era o Córdova, mas sim o Amílcar Gazaniga. Pedro Ivo foi o vencedor, mas se na época existisse segundo turno acho que o Vilson teria sido governador, já em 1986.”

⁵⁰ Programa que tinha como objetivo o saldo de dívidas pelos agricultores através da troca destas pelos seus produtos.

(PEREIRA, 2001, p. 179)

Apesar da derrota, Kleinübing ao perceber que obteve uma expressiva votação na cidade de Blumenau, maior até que a do candidato pelo PMDB, muda-se de Videira/SC para Blumenau a fim de se candidatar em 1988 para prefeito da cidade. Segundo Moacir Pereira, essas eleições de 1986:

(...) revelaram uma relação única entre Vilson Kleinbing e o eleitorado blumenauense. (...) beneficiado pelo nome germânico, pelo estilo diferenciado de fazer política e pelos contatos que já mantinha com lideranças regionais (...) A disputa para o Governo do Estado em 1986 consolidou sua liderança em Blumenau. Pedro Ivo Campos, do PMDB, foi eleito governador do Estado, mas ali Vilson Kleinübing o derrotou com 40.231 votos, contra 32.814 do peemedebista, 9.358 de Amílcar Gazaniga (PDS), apoiado pelo então governador Esperidião Amin, 1.450 de Acácio Bernardes (PDT) (...) Foram estes números que influenciaram Kleinübing a enfrentar a campanha pela prefeitura municipal de Blumenau dois anos mais tarde. (...) Promoveu a transferência do domicílio eleitoral, fixou residência na cidade e passou a visitar fábricas, bairros, clubes de caça e tiro e as mais diversas associações comunitárias. Com um programa de rádio completou a estratégia do projeto. (PEREIRA, 2001, p. 96)

Chegando em Blumenau e trazendo toda a sua família junto, vai trabalhar como locutor numa rádio de cunho comunitário e de pauta política. Paralelamente, debruçou-se sobre mapas e estatísticas referentes à cidade, buscando manter-se informado sobre os problemas presentes na cidade de Blumenau. Também procurou estudar a história e particularidade da cidade, absorveu inúmeras informações de livros sobre a cidade e manteve contato intenso com a população.

Em Blumenau, apesar da cisão entre PFL e PDS que havia ocorrido em nível estadual, PFL, PDS e PL aglutinaram-se na coligação União Por Blumenau. Kleinübing chama para a vice-prefeitura o candidato derrotado em 1982, Victor Fernando Sasse (PDS). Logo após a vitória por mais de 50 mil votos, mais que a soma dos dois outros candidatos mais votados, os deputados federais Renato Vianna (PMDB) ex-prefeito da cidade e sua principal liderança política e Vilson Souza (PSDB) deputado federal distinguido na lista dos mais atuantes do Parlamento.

Entre os fatores que permitiram a vitória de Kleinübing em Blumenau, podemos destacar: a sua estreita relação com o empresariado local, mediado por Bornhausen, o que lhe garantiu o financiamento necessário para sua campanha⁵¹ e o uso, com muito sucesso, da televisão e meios de comunicação local. Segundo o Jornalista, Carlos Braga

51 Este ponto fica mais claro no capítulo dedicado a relação entre elites empresariais e os políticos ligados ao PDS e PFL em Blumenau.

Muller:

Para as informar as novas gerações: antigamente o leite, para ser consumido com segurança, tinha que ser pasteurizado, um processo que matava todas as impurezas do líquido *in natura*. E é isso que a TV faz, ou as produtoras fazem. Sim, por que nos últimos 20 anos acompanhei todas as grandes campanhas de Santa Catarina e para aqui convergiram, desde a candidatura de Vilson Kleinübing à Prefeitura de Blumenau, e depois, ao Governo do Estado, todas as grandes produtoras de programas políticos deste país. Algumas chegaram até sem muita fama ou aparato, mas depois mostraram, de norte a sul do país, para os mais diversos partidos políticos, como se elege um candidato na mídia televisão! (MULLER, 2010)

O contado de Kleinübing com a televisão, apesar de ter sido muito exitoso nas eleições em Blumenau, já havia iniciado mais cedo, em meados da década de 1980, quando candidato ao governo do Estado. Nessa ocasião, o PFL, como já dito antes, tinha uma estrutura restrita. Em várias visitas ao interior do estado, o candidato majoritário escolhido entre os membros do partido chegava acompanhado do assessor e quando chegava ao aeroporto era recebido apenas pelos amigos mais próximos. Entre o PFL, ainda havia um tom demasiado sério, de rigidez e até de antipatia do candidato. Construiu-se aí uma imagem diferente do político. O político deveria falar com sinceridade, mostrar-se como um político diferente, que pudesse ficar junto ao povo sem perder sua distinção enquanto administrador sério e competente. Para Pereira, essa imagem “foi construída basicamente pela televisão, que multiplicou nas principais zonas urbanas o perfil de eficiência e espírito público já do conhecimento de uma parcela dos colonos que o conheceram ao longo do trabalho na Secretaria da Agricultura.” (PEREIRA, 2001, p. 97). Ainda, para o Jornalista:

Mais do que merecer o voto de uma parte do eleitor catarinense, Kleinübing, transformou-se num político que ganhava a simpatia de jovens e, especialmente, das crianças. A campanha política no horário da propaganda eleitoral gratuita projetou seu nome nos quatro pontos do estado. E revelava um paradoxo: como um engenheiro neófito no trato das questões agrícolas, conseguiu uma atuação tão produtiva na TV, com um discurso que acabava sensibilizando até adversários?” (PEREIRA, 2001, p. 103)

Tentando elucidar essa pergunta, o depoimento da publicitária gaúcha, Laine Luiza Milan⁵², contratada para produzir os programas televisivos, é emblemática:

52 Formada em Jornalismo e publicidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atuação nos mercados do Sul. Foi editora de Economia e Política Internacional da Rede Bandeirantes de Televisão, em São Paulo, mais tarde repórter da Rede Globo, diretora do Globo Informática e Globo Ciência e diretora de programas de TV e *marketing* político e de comerciais. Desenvolveu na década de 90, na RBS-TV, a série “100 anos de História”, um extraordinário sucesso em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, depois repetiu o êxito com “O Contestado” e “Farrapos”, sempre pela TVI - Televisão e Cinema, empresa da qual é sócia proprietária.

Quando o Moacir Pereira me convidou para escrever sobre o verdadeiro fenômeno que foi o desempenho de Vilson Kleinübing na televisão, entendi que havia chegado o momento de relatar uma experiência muito rica na minha carreira profissional e também mostrar um pouco dos bastidores do trabalho com este homem tão singular que foi Vilson Kleinübing. Era julho de 1986, e pela primeira vez, eu viajava de São Paulo a Florianópolis por motivos profissionais contratada para a campanha de Kleinübing ao Governo do Estado – nossa produtora começaria, dentro de poucos dias, a estruturar os programas do horário político para o PFL. Já havíamos recebido um vasto material com informações sobre os candidatos da chapa majoritária: Vilson Kleinübing para governador e Fernando Marcondes de Mattos para vice. (PEREIRA, 2001, p. 103)

Continuando o relato de sua experiência:

Olhando hoje todos os recursos disponíveis numa campanha política, é importante esclarecer que Vilson Kleinübing foi muito mais que um excelente produto- jargão publicitário muito utilizado no *marketing* político. Ele tinha conteúdo e isso faz toda a diferença. Por exemplo: nunca usamos o recurso técnico do *teleprompter*, aquele aparelho que se coloca diante da câmera, onde está digitado o texto que a pessoa deve falar, igual aos telejornais. Ou seja, textos que são escritos por outros. No caso de Kleinübing, seus pronunciamentos eram todos dele mesmo. Não havia *ghost writer*. Ele sabia o que estava falando e, o principal, ele acreditava no que estava falando. (...) Em 1986 - concorrendo pela primeira vez pelo PFL, um partido de pequena expressão no estado naquela época – Kleinübing começou com 4% das intenções de voto e terminou com 24%, precedido apenas por Pedro Ivo Campos, favorito desde o início. Para nós foi uma vitória. O ex-secretário do governo Esperidião Amin começava agora a ter projeção além das fronteiras agrícolas do estado. Dois anos depois, como candidato a prefeito de Blumenau, a experiência em televisão não poderia ter sido melhor. Ele estava no auge de sua forma: cheio de vontade de vencer, completamente seguro em relação à importância da televisão numa campanha eleitoral, disposto a entrar de casa em casa, de conversar com os blumenauenses no bom e velho estilo “olho no olho”. (...) Kleinübing acreditava que poderia melhorar a situação de Blumenau, principalmente nos bairros, que tinham sérios problemas de calçamento e distribuição de água. Foi um trabalho de garra. E a televisão retratou tudo isso, valorizando o que eu chamo de “a alma” do candidato, ou seja, aquilo em que ele realmente acredita, com força, com fé. (PEREIRA, p. 106 - 107)

Para Moacir Pereira, algumas outras características de Kleinübing também podem ser elencadas como fator decisivo para sua exitosa atuação televisiva. Segundo o jornalista, Kleinübing era um grande admirador do Cinema de Hollywood, e, apesar de ser amador no assunto, demonstrava ser um grande conhecedor das técnicas de edição e montagem dos filmes. Assunto presente em conversas informais com amigos sobre os clássicos do cinema americano. E após a derrota ocorrida em 1986 passou a frequentar a sede da agência Propague⁵³, em Florianópolis, convivendo durante dias e semanas com o publicitário Roberto Costa.

Chegou até a ensaiar alguma atividade na área da propaganda, examinando hipóteses de parceria profissional. O empresário Roberto Costa convenceu-o de

53 Importante agência de propaganda em Florianópolis ainda hoje atuante no ramo.

que tivera uma extraordinária vitória política, apesar do segundo lugar, e que os votos conquistados não poderiam frustrar uma fatia expressiva do eleitorado. A caminhada deveria prosseguir. Enquanto recebia fortes incentivos a continuar na vida pública procurava aprofundar seus conhecimentos em publicidade, comunicação visual e televisão, nas visitas realizadas à Propague. (PEREIRA, 2001, p. 104)

Outra relação de amizade formada a partir do seu contato com a televisão foi com o empresário do ramo televisivo e futuro Diretor de Marketing e Presidente da Embratur, Flávio Coelho⁵⁴. Uma relação de amizade que se consolidou durante o período em que Kleinübing governou o estado (1990 – 1994) e que foi marcada pelos encontros que aconteciam na residência do empresário Hilario Torresani⁵⁵ e na sede do governo em Florianópolis, para frequentes jogos de canastra. Escreve Pereira (2001, p. 98), sobre outra característica de Kleinübing durante suas campanhas políticas, que:

Antes, durante, e depois de ocupar a Prefeitura Municipal costumava comparecer na entrada das fábricas, quase sempre as cinco horas da madrugada, para conversar com os operários. Ampliou amizades e firmou convencimento sobre os principais problemas dos trabalhadores. Raramente almoçava nos restaurantes da cidade, optando pelo convívio com os empregados durante o almoço. Era comum o prolongamento da visita para alguns minutos de jogo de cartas. Considerava que esta prática representava um extraordinário enriquecimento pessoal e político.

Para Moacir Pereira (2001) a relação que foi estabelecida entre PFL e a empresa publicitária foi fundamental para a guinada do partido em Santa Catarina e Kleinübing foi o nome que esteve a frente desse processo.

Ao contrário da maioria dos parlamentares, dos políticos e até dos repórteres e noticiários de TV, que entram em processo de tensão quando a lâmpada vermelha das câmeras ou outro sinal indica “no ar” ou “gravando”, Kleinübing só ficava nervoso antes de entrar no estúdio. E relaxava, falando com uma singular tranquilidade, passando uma forma diferente e positiva de se comunicar, quando as câmeras eram acionadas. (PEREIRA, 2001, p. 100)

Durante as eleições para governo do Estado, entre 1986 e 1988, o relacionamento de Amin e Kleinübing esfriou. Porém, nas eleições seguintes no pleito municipal de 1988 os dois partidos se reaproximaram buscando enfrentar a hegemonia do PMDB que na ocasião, havia, pela primeira vez, chegado a assumir o poder no governo de Santa

54 Empresário de Blumenau e pioneiro da televisão em Santa Catarina. Também, ao longo de 1992, por influência em partes de Kleinübing no governo do Estado, Flávio Coelho foi indicado, 1992, para ser Diretor de Marketing da Embratur, aliando-se a outros padrinhos influentes, como os senadores Esperidião Amin, Nelson Wedekin e Dirceu Carneiro, o presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen e o ex-ministro Luiz Henrique da Silveira, numa articulação política consensual rara na história de Santa Catarina. A promoção à Presidência da Embratur contou com idêntico respaldo e o empenho ainda maior de Kleinübing.

55 Empresário e Diretor da Antártica em Blumenau.

Catarina com Pedro Ivo Campos. Os dois também voltaram a conviver. Esperidião Amin elegeu-se prefeito da capital, Florianópolis.

Sobre a importância do rádio para a eleição de 1988, Kleinübing comenta que: “Eu não conhecia esse grande potencial do rádio. Só fui descobrir a sua força depois que atuei como profissional nos microfones da Rádio Clube.” E depois, quando assume o governo do Estado, teve importantes iniciativas que levaram a uma importante parceria com Carlos Alberto Ross, estabelecendo um convênio entre CELESC e Associação de Rádio Difusores de Santa Catarina. (SEVERO, 2013)

Sobre a vitória em Blumenau, Jorge Bornhausen tece alguns comentários sobre Kleinübing:

Na eleição houve uma grande surpresa: Vilson ganhou em Blumenau. Ali, o MDB e, depois o PMDB, não perdia os pleitos desde 1968. Em 1987, Vilson procurou-me dizendo que alguns empresários de Blumenau estavam lhe propondo mudar seu título de eleitor para Blumenau, a fim de que enfrentasse, no pleito municipal, o poderoso PMDB local. Incentivei-o, dizendo que iria procurar os principais empresários da cidade e que voltaríamos a falar sobre o assunto. Estive em Blumenau e fiz a reunião prometida que selou a ida de Vilson para Blumenau. Além das suas atividades na época, assessorando cooperativas, Vilson, como sempre obcecado, passou a produzir programas de rádio e a visitar todos os cantos da cidade, consolidando sua candidatura. Em 1988, as bancadas estaduais do PDS e do PFL fizeram a aproximação dos dois partidos e a União por Santa Catarina consolidou-se em muitos municípios, tendo Esperidião saído candidato a prefeito de Florianópolis e Vilson de Blumenau. A vitória do Esperidião era tida como certa, mas muitos duvidavam do sucesso da dobradinha Vilson-Sasse. Eu, porém, jamais tive receio. Sabia que sairíamos vitoriosos. Vilson tinha conquistado a maioria dos blumenauenses. Os dois foram vitoriosos e as duas candidaturas ao governo passaram a ser postas pelos seus respectivos correligionários. Ambos administraram bem seus municípios, mas Vilson era mais novidade, já que procurara uma mudança radical nos métodos administrativos de Blumenau. Vilson sempre procurou ser mais União por Santa Catarina do que PFL, posição que nos acarretou algumas posições divergentes, mas sempre superadas. (PEREIRA, 2001, p. 177 -178)

Não demoram a surgir especulações nos jornais locais sobre a sua possível candidatura ao governo do estado. Boatos que eram desmentidos pelo próprio Kleinübing. Porém, os boatos se confirmaram e a Prefeitura Municipal de Blumenau foi assumida pelo vice-prefeito Victor Fernando Sasse, este permanecendo até o final de 1992 quando então volta à Prefeitura o político Renato de Mello Vianna (PMDB).

Em 1990, Vilson Kleinübing e Esperidião Amin, formaram dobradinha e ganharam a eleição: Kleinübing (1990 – 1994) ao governo e Amin ao Senado. Esta aproximação de Kleinübing com Amin gerou certo desconforto dentro do PFL dado as dissidências entre

Amin e Jorge Bornhausen, que, como candidato nato ao Senado, teve que abrir mão em favor de Amin. Afinal, o PFL era cabeça de chapa ao governo, com Kleinübing. O pleito ao governo do Estado foi conquistado com 930 mil votos e durante o mandato, através de uma política de ajuste de contas e arrocho salarial, conseguiu diminuir o déficit público de R\$ 160 para R\$ 40 bilhões, redução que significou 400%. O que nas palavras de Moacir Pereira, apareciam como um paradoxo, pois: “era na vida pessoal um homem generoso, incapaz de conferir as contas do restaurante. Na vida pública, entretanto, seu pão-durismo era obsessivo. Discutia preço da publicação de um anúncio no jornal. Queria desconto. Mas se fosse para assistir (pela terceira vez) *Miss Saigon* na *Brodway*, pagava sem vacilar os 100 dólares que o cambista lhe exigia.” (2001, p. 196) Gosto requintado que durante seu mandato no Senado, aprimorou com muitas visitas até a metrópole de Nova Iorque, aonde gostava de ir no *Central Park* para longas caminhadas. Seu aprumo também era destaque, sempre atento as *grifes* da moda.

Entre 1990 e 1998, Amin e Kleinübing só convergiram. Em compensação, os dois tiveram variados pontos de conflito com Bornhausen. A desunião (PPB e PFL) levou novamente o PMDB ao poder do governo do Estado em 1994. Apesar das divergências políticas, Kleinübing foi um governador que reconhecia a importância de manter uma relação próxima com as elites empresariais de Blumenau, e em entrevista, comenta: “Já disse e vou repetir. Quando se trata de Blumenau vocês têm que ter paciência” Para Moacir Pereira (2001, p. 101), pedidos da indústria têxtil para concessão de incentivos destinados à compra do algodão durante a fase de aguda crise tiveram a decisiva interlocução do governo do Estado, e além disso, incentivos fiscais foram fundamentais para a sobrevivência e modernização das indústrias têxteis no Vale do Itajaí, diante da abertura econômica e reestruturação produtiva.

Nesse momento, Kleinübing lança-se como candidato ao senado, e ganha. Amin, que iria concorrer ao governo, surpreende a todos e assume uma candidatura à Presidência da República, fato que desagradou grande parte dos líderes políticos de Santa Catarina. O resultado dessa decisão foi novamente, como já comentado, a vitória do PMDB. Pelo PPB, então partido surgido do PDS e liderados pela família Amin, lançou Ângela Amin e o PFL, Jorge Bornhausen.. É interessante perceber como o PMDB conquistou boa parte de suas vitórias a partir da desunião entre estes dois segmentos da elite política catarinense, de um lado a oligarquia dos Konder-Bornhausen e do outro, estes novos nomes na política, surgidos de dentro de diretorias e presidências de

secretarias e entidades estatais, mas apadrinhados por Bornhausen.

Já no senado Kleinübing teve grande importância, como articulador para a reaproximação entre Bornhausen e Amin e para minar o governo do PMDB de Santa Catarina através das denúncias que ficaram conhecidas como CPI dos Precatórios⁵⁶.

Desmascarou um dos maiores escândalos da História do Brasil, o da emissão de Letras emitidas de forma fraudulenta por estados e municípios. As denúncias resultaram na instalação da CPI dos Títulos Públicos pelo Senado Federal, que desbaratou a ação de quadrilhas laranjas operando nos porões do sistema financeiro, aliados a órgãos públicos nos três níveis do Poder, com prejuízos milionários para o país. (...) foi incansável na articulações para restabelecer a aliança entre seu partido – PFL – e o PPB, luta que terminou vitoriosa com as eleições do senador Esperidião Amin para o Governo do Estado e de Jorge Bornhausen para o Senado da República. (PEREIRA, 2001, p. 20)

O desempenho de Kleinübing pela aliança (PFL- PPB) também foi frisado por Amin no senado:

Eu homenageio o nosso querido Vilson Kleinübing, que foi, com altivez, com determinação, com obstinação germânica – eu posso até dizer uma redundância – foi um teimoso e leal parceiro para que essa coligação acontecesse. Se a coligação pudesse ter o nome de uma pessoa física, ao invés de coligação Mais Santa Catarina que ela se chamasse coligação Vilson Kleinübing. (PEREIRA, 2001, p. 37)

Seu suplente foi o médico e ex-vereador de Tubarão Geraldo Althoff. Durante sua atuação no senado foi membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infra Estrutura. Chegou a ser cotado pelo PFL para assumir um ministério no segundo mandato de FHC. Na época, Jorge Bornhausen chegou a afirmar: “Se Santa Catarina tiver um ministro, este será Vilson Kleinübing.”

A dissidência ocorrida entre Bornhausen e Kleinübing, logo no fim de seu mandato de governador, além de ter causa na aproximação com Amin, diz respeito à aproximação de Jorge Bornhausen com outro político destacado, Paulo Afonso (PMDB). Em entrevista ao jornalista Moacir Pereira (2001), Kleinübing relata:

Quando você perde deve ficar na oposição. Aqui, o PFL, perde e quer ficar no governo. É assim que se deve fazer política no país? Além disso, esse governo só realiza operações financeiras suspeitas. Preste atenção no seguinte: eu tenho um grande e profundo respeito pelo PMDB. E Santa Catarina tem uma boa história política, porque o MDB e o PMDB foram fortes, com grandes expressões políticas. Sempre foram nossos adversários no sentido mais democrático da palavra, mas atuando em campos opostos. Eu tenho grande admiração pelo Luiz Henrique da Silveira e me relaciono bem com vários líderes do PMDB. Em Brasília, a convivência dentro do Fórum Parlamentar é excepcional. Eu nunca deixei de ajudar o prefeito Renato Vianna em Blumenau. Mas a cidade sabe que somos

⁵⁶ Investigou a emissão e venda de títulos públicos para pagamento de dívidas judiciais dos governos de Santa Catarina, Alagoas e Pernambuco e da Prefeitura de São Paulo.

adversários e que temos estilos diferentes de governar. Eu não fiz nenhuma obra grande no centro da cidade de Blumenau. Dei prioridade para os bairros. Já o Renato Vianna fez várias obras no centro. Agora, o que eu não posso admitir é ver o meu partido ajudar um governador que está destruindo Santa Catarina. Ele assumiu um Estado de Qualidade e está liquidando com as finanças públicas do Estado. O governador Paulo Afonso é o maior mentiroso que eu já vi na minha vida. Não posso admitir meu partido ajudando um político mentiroso. (p. 131)

E ainda, comentando o caso dos Precatórios e a tentativa de restaurar a aliança PFL – PPB:

O quadro de Santa Catarina repete aquilo que cansei de falar. Dividimos, nos enfraquecemos. Aquilo que eu temia – o surgimento de terceira força (PMDB e PT) - acabou acontecendo. Por isso, eu sempre lutava para manter a (Coligação) União por Santa Catarina. O fim da União por Santa Catarina e o PFL sem discurso abriram espaço para a terceira força, beneficiando a esquerda. Em 1998, se não surgir nenhum fato novo, teremos três candidatos fortes ao governo de Santa Catarina. Um dos fatos novos pode ser a recomposição da União por Santa Catarina. (...) Eu sempre trabalhei pela restauração da União. Ela pode ocorrer no primeiro ou no segundo turno. Tudo vai depender do atual governo, da posição do PFL e do PPB e da nova força do PT. (...) Vou colaborar com o PFL e trabalhar por uma coligação com o PPB. É a única chance de podermos ter condições de disputar a eleição ao governo. (...) Se estamos juntos no governo federal, porque não reproduzi-la em Santa Catarina. (...) Vou aguardar a posição do PFL. Se o PFL continuar nesse governo e estas operações de debêntures e Letras não forem esclarecidas, fatos novos podem surgir. Essa operação de Letras (enfático), jornalista Moacir Pereira, é um escândalo. Num país decente, o governador já estava cassado. Repito: estava cassado. Ele prometeu cumprir e rasgou a Constituição. Alguém vai entrar com ação direta de inconstitucionalidade contra esta operação. O governador é passível de processo por crime de responsabilidade. O problema é que o meu partido apoiou e votou neste projeto. Ninguém endividou tanto Santa Catarina quando o Paulo Afonso. O PFL concorda com esta política de endividamento? Preste atenção: Jorge Bornhausen, Henrique Córdova, Esperidião Amin, Pedro Ivo, Casildo Maldaner, Vilson Kleinübing e Konder Reis, somados não emitiram tantos títulos quanto o Paulo Afonso em apenas 24 horas.” (PEREIRA, 2001, p. 138)

Em meados da década de 1990, quando senador, é diagnosticado com um câncer no pulmão. Buscou tratamento, inclusive, precisou de algumas viagens até os EUA em busca de especialistas. Quando da época do diagnóstico da sua doença, ao receber a informação de que “estava curado”⁵⁷, amigos, vizinhos e admiradores, promoveram uma festa, na cidade de Florianópolis para comemorar a notícia. Entre os ilustres amigos, estariam presentes: o empresário Mario Pille, o advogado Valcir Mello, o professor Jorge Seara Polidoro, o jornalista Osmar Schlindwein, o advogado Herminio Daux, Fausto Silva, Humberto Calgaro, Aldo Varela, Ênio Andrade Branco, Paulo Gil Alves, Roberto Costa.”(PREREIRA, 2001, p. 26) Nessa mesma festa, inteirado por autoridades federais

⁵⁷ Tempo depois o câncer voltou a se manifestar, dessa vez, de forma fatal.

de um novo esquema de lavagem de dinheiro sujo, das criminosas Letras, do narcotráfico, do jogo do bicho e do crime organizado, mencionava pela primeira vez detalhes da operação concebida e executada por empresários do Paraná, através de clubes de futebol. Citou abertamente o nome dos principais articuladores e os times envolvidos na fórmula mafiosa. Dias antes, estivera na sede da Federação Paranaense de Futebol, em companhia do senador Roberto Requião (PMDB), relator geral da CPI dos Precatórios, quando foram informados de novas práticas ilícitas. O mecanismo mais usado: jogadores eram comprados por R\$ 100,000,00 e vendidos por quantias milionárias, muito acima do valor real. Os clubes desfrutavam de benefícios previdenciários e fiscais que acabavam dando cobertura às operações de lavagem. (PEREIRA, 2001, p. 26 – 27)

3 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO EMPRESARIADO BLUMENAUENSE

Neste capítulo buscou-se mostrar que existe uma relação fisiológica entre o empresariado de Blumenau, em especial aqueles proveniente da indústria têxtil, com as elites políticas locais. Essa relação sofre algumas mudanças ao longo do tempo. Inicialmente são orgânicas, as elites políticas surgem de dentro da classe empresarial. Com a revolução de 1930 Blumenau estabelece uma oposição aos aliados do governo de Getúlio Vargas, em especial aqueles pertencentes a oligarquia da família Ramos. Superado este período, as elites locais novamente conseguem grande penetração na vida política da cidade. Ao longo da segunda metade do século XX acontece uma pequena modificação. As elites locais se afastam da participação direta no poder local e se dividem entre os dois partidos do período de ditadura militar: UDN e ARENA. Em Blumenau, a UDN, e depois PMDB, ocupou posição de destaque na esfera do executivo, mesmo não significando uma real contraposição em relação aos valores e interesses econômicos dominantes. Contudo, ao final da década de 1980, sob a liderança do líder político Jorge Bornhausen, acontece uma virada no quadro partidário local e em torno do PFL surge uma nova liderança política local, Vilson Kleinübing. Sendo que no governo de Kleinübing é que será criada a DAJ. Este capítulo dedica-se a descrever esse contexto político.

A formação do empresariado blumenauense está associado ao modelo econômico de produção desenvolvido no final do século XIX e que teve nas indústrias têxteis sua maior concentração. Ao longo do século XX esse grupo foi estabelecendo relações de alinhamento e influência no campo político da cidade. Da mesma forma, as associações empresariais criadas em Blumenau e no Estado também foram fundamentais para consolidar a hegemonia deste grupo.

Para Tomio (1995), na primeira fase, até a metade do século XX, de industrialização da cidade:

foram os recursos próprios da região que garantiram o capital para o desenvolvimento industrial desta fase. Sendo as principais fontes as seguintes: 1) a captação direta da poupança dos pequenos agricultores, com pagamento de juros inferiores aos cobrados pelos bancos - forma utilizada desde o início da industrialização; 2) o empréstimo via os bancos regionais, como a Caixa Agrícola; e 3) o reinvestimento dos lucros das empresas industriais e comerciais. (p. 37)

O desenvolvimento industrial da região, induzido pela poupança interna e pelo reinvestimento dos lucros, gerou uma concentração de capitais em alguns grupos econômicos autóctes, com um destaque maior para o setor têxtil. A falta de grupos econômicos externos significativos deve-se, provavelmente, à

marginalidade da região para a economia nacional, tanto como mercado consumidor, quanto como fornecedor de matérias-primas ou manufaturadas. Desta forma, a ocupação do mercado regional - anterior à Primeira Guerra - foi garantido pelo não enfrentamento de uma competição agressiva com produtos exógenos. Isto permitiu que em períodos de maior demanda do mercado nacional - as grandes guerras e a década de 30 durante a política de substituição de exportações do governo Vargas - este fosse paulatinamente ocupado, fortalecendo cada vez mais as grandes indústrias locais.” (p. 39-40)

A forma de organização e coordenação dessas empresas já se dava na virada do XIX para o XX. Em Blumenau, a Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) pode ser considerada como vanguarda nas formas de organização dos interesses do grupo empresarial dado o contexto brasileiro dessas mesmas manifestações. Suas origens remontam o início do século XX, e tinham como objetivo a organização de uma associação para fiscalizar a qualidade da mercadoria e impedir a exportação de produtos de má qualidade. Segundo Tomio (1997a, p. 48) “Com o processo de industrialização local, novos interesses foram sendo agregados a esta entidade de classe. (...) A ampliação da participação dos empresários industriais na ACIB é significativa por expressar a estruturação de um grupo dirigente entre a burguesia blumenauense.” A ACIB mantém como característica hierárquica uma maior participação democrática nos níveis inferiores, sendo que nos altos escalões permanece um rodízio muito menos aberto. Sendo assim, apesar de sua enorme importância em termos de unir uma grande diversidade de pequenos e médios empresários, a direção da associação permanece nas mãos dos grandes industriais têxteis.

QUADRO 5 - ANO DE FUNDAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS INDUSTRIAIS DE BLUMENAU (1880-1945)

SETOR TÊXTIL	OUTROS SETORES
1880 - Hering	1880 - Curtume Otte
1882 - Karsten	1880 - Tipografia Baumgarten
1884 - Garcia	1886 - Fundação Auerbach
1922 - Acolchoados Altenburg	(Eletro-Aço Altona em 1936)
1924 - Bordados e Cadarços Haco	1909 - Hidrelétrica Busch (Gaspar Alto)
1926 - Teka - Tecelagem Kuehnrich	1915 - Feddersen, Jensen & Zimmermann -
1927 - Malhas Thiemann	Usina Salto(Força e Luz Catarinense)
1929 - Mafisa - Malharia Blumenau	1915 - Conservas Hemmer
1935 - Cremer - Gazes Medicinais	1916 - Fecularia Lorenz
1936 - Artex	1923 - Chocolate Saturno
1938 - Linhas Círculo - Leopoldo Schmalz	1923 - Fábrica de Gaitas Alfredo Hering
1945 - Sul Fabril	1936 - Porcelana Schmidt

FONTE: Tomio (1995, p. 33).

Entre as grandes empresas citadas na tabela acima, damos destaque para Hering, Karsten, Teka, Mafisa, Cremer, Sul Fabril. Empresas em que, entre seus presidentes e diretores, se

estenderam uma lista de nomes que irão ter participação ativa no cenário político de Blumenau. A tabela abaixo elucida a presença marcante em termos econômicos do setor têxtil.

TABELA 6 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL CATARINENSE (1907-1929) POR SETORES
% SOBRE O VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL EM CADA ANO

SETORES	ANO			
	1907	1920	1925	1929
Têxtil	03,80	14,30	43,54	41,67
Alimentação	57,47	54,28	23,85	30,84
Outros	38,93	31,42	32,61	27,49
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tomio (1995, p. 36)

Segundo Tomio (1997, p. 26)

é possível verificar a participação direta do empresariado mais proeminente de Blumenau em cargos públicos de natureza eletiva. Ou seja, entre a criação do município e o fim da década de 70, membros da elite empresarial blumenauense estiveram envolvidos diretamente no governo local, além de manterem uma relação íntima com grupos políticos estaduais.

Pode-se então considerar a ACIB como uma associação que para além de coordenar e organizar o setor empresarial da cidade, ainda estabelece uma relação de proximidade com as oligarquias políticas do estado de Santa Catarina. O caráter identitário que aglutinava a elite empresarial diz respeito também, aos elementos étnicos muito fortes da colonização alemã. Para Tomio (1997) os políticos que demonstraram maior “organicidade” com o empresariado local foram os irmão Adolfo, Vitor e Marcos Konder, e Irineu Bornhausen (Pai de Jorge Bornhausen, já citado em outro momento). Com a revolução de 1930, já abordada anteriormente, ocorre uma mudança no quadro político local, sendo então nomeados interventores próximos à oligarquia da família Ramos. Com isso, a relação de proximidade entre a elite política e empresarial é enfraquecida, ainda mais pelo processo de nacionalização que irá ter efeitos diretos sobre o discurso e identidade germânica na cidade, e também a emancipação de algumas cidades o que provocou a diminuição do território de Blumenau. Mesmo assim, deve-se lembrar que “na ocasião, para fundar empreendimento no ramo têxtil em Blumenau, certa oposição já se fazia sentir por parte de outros industriais, de modo que era preciso contar com amizade pessoal para favorecer os negócios.” (HERING, 1987, p. 192) Isso demonstra a força da organização do setor empresarial na cidade. “Desta forma, vemos que as formas de capitalização das empresas estão interligadas organicamente. Isto, sob

a hegemonia dos maiores capitalistas do setor industrial têxtil do Vale do Itajaí - estendido ao município de Brusque.(TOMIO, 1995, p. 38).

A divisão do território do município de Blumenau foi em parte uma represália e forma de desarticular o componente étnico da elite local. Contudo, essa forma de ação do Estado acabou por tornar mais homogêneo a liderança dos grupos locais. Como resultado, afirma Tomio que “a partir da década de 50, devido ao desmembramento de novos municípios do território blumenauense e a intensificação da atividade industriai, Blumenau passa a ter na indústria de transformação sua principal atividade, sendo a maior parte do volume financeiro e da mão de obra empregada ligada ao setor têxtil.” (1995, p. 41)

Com o processo de redemocratização a partir da constituição de 1946, até o período do início da década de 70, a elite local reestabelece seu domínio sobre o poder político.

Considerando as distinções de cada fase econômica da região - tamanho dos empreendimentos, relação com o mercado nacional, nível de industrialização e urbanização etc. -, é possível verificar a participação direta do empresariado mais proeminente de Blumenau em cargos públicos de natureza eletiva. Ou seja, entre a criação do município e o fim da década de 70, membros da elite empresarial blumenauense estiveram envolvidos diretamente no governo local. (TOMIO, 1995, p. 78)

Ao longo desse tempo, as disputas internas pelo poder acabam desgastando a elite local. Ou seja, a hegemonia do empresariado têxtil estava tão assegurada que permitiu a disputa interna pelo poder entre estes atores. Foi então a partir de 1969, com a eleição do MDB, que a elite local passa a ser afastada do domínio político através do controle do poder executivo, ficando limitada sua participação no poder legislativo. Para Tomio (1997b), outro fator que permitiu a permanência do PMDB à frente da PMB, foi sua utilização da máquina municipal com fins populistas e optando por uma política clientelista junto às regiões mais pobres de Blumenau. Também, a ação política durante a década de 1980 optou por garantir uma série de incentivos fiscais aos empresários locais, não afetando de forma significativa os interesses da elite empresarial. O seguinte quadro tenta ilustrar um pouco dessa situação:

QUADRO 6 - PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DO SETOR TÊXTIL NO PODER MUNICIPAL EM BLUMENAU (1893-1977)

EMPRESARIO	EMPRESA	CARGO PÚBLICO	PERÍODO
Enrique Probst	GARCIA	Conselheiro	1893-95
Alwin Schrader	GARCIA/CREMER	Superintendente	1903-15
Max Hering	HERING	Conselheiro	1911-15
Curt Hering	HERING	Conselheiro, Superintendente e Prefeito	1919-30
Willy Hering	HERING	Conselheiro	1927-30
Hermann Sachtleben	GARCIA	Conselheiro	1933-34
Ingo Hering	HERING	Vereador	1951-70
Carlos Curt Zadrozny	ARTEX	Prefeito e Vereador	1961-70
Dieter Hering	HERING	Vereador	1970-77
Alfredo Iten	CREMER	Vice-prefeito	1973-77

FONTE: SILVA (1988, p. 279 – 284).

Em função da complexificação da relação entre elites empresariais e políticas, em Blumenau, algumas empresas optaram por estender sua atuação. Grandes investimentos foram feitos pelas empresas no Nordeste (TECANOR, Hering Nordeste, Natécia TEKA, Sul Fabril Nordeste, Artex Nordeste, etc.) devido aos incentivos do Estado. Além disto, a ramificação empresarial em outros setores industriais - cujo exemplo mais marcante foi o investimento do grupo Hering na agroindústria através da CEVAL/SEARA-, também exemplificam esta nova forma de investimentos do grande empresariado blumenauense. (VIEIRA, 1986, p. 89-95).

Outra forma encontrada pelo empresariado para manter seu domínio se deu pela dominação simbólica, marcada pelo conteúdo étnico. Esta deve ser compreendida sob dois ângulos: de um lado sob a perspectiva de servir como um fator de identificação e integração das elites locais; por outro lado, serve como um discurso ideológico. Na medida em que penetra nas diversas camadas da população tende a diminuir a capacidade das classes mais baixas de perceberem e posicionarem-se frente aos seus interesses, com o efeito de “esconder” o conflito inerente presente em uma sociedade capitalista. Segundo Tomio:

O desenvolvimento econômico do município de Blumenau promoveu a acentuação das relações interétnicas e o fim do isolamento. Como resposta a este processo, parte da elite intelectual e econômica de origem germânica intensificou a propaganda ideológica pela manutenção da pureza racial alemã e pela preservação dos valores germânicos. A promoção da identidade teuto-brasileira, uma forma de garantir a unidade do grupo étnico, teve grande receptividade nos habitantes de origem germânica, independentemente de classe social. (...) o objetivo dos ideólogos germanistas do início deste século era consolidar a identidade coletiva das populações teuto-brasileiras, habilitando-as à mobilização política e social como um grupo de interesse monolítico. O resultado esperado era a preservação da nacionalidade alemã com a conquista da cidadania brasileira

plena. Isto implicou numa luta ideológica em duas frentes: 1) junto ao Estado brasileiro pela legitimação jurídico-política enquanto minoria étnica e 2) no espaço regional pela hegemonia dos valores étnicos germânicos.” (1995, p. 110)

Mesmo assim, o componente étnico tão caro as elites locais, deveria ser manejado com cuidado, afinal às grandes indústrias - na maioria têxteis - haviam se integrado ao mercado nacional e algumas delas sofreram sanções⁵⁸ do Estado devido à posição ideológica de seus proprietários. (TOMIO, 1995, p. 111) A forma com que as elites manejaram o componente étnico foi alterar os critérios de diferenciação identitária. “O principal critério de diferenciação étnica que persistiu foi a idealização da superioridade do trabalho e da eficiência alemã. Aliado a este, na ausência do uso da língua alemã – veículo da germanidade -, manteve-se a ascendência alemã reconhecida no sobrenome como um critério à identificação da origem étnica.” (TOMIO, 1995, p. 113 – 114) O discurso da superioridade da ética do trabalho entre a população de origem alemã foi uma criação que ainda hoje se reproduz na cidade, como insiste Tomio:

A generalização de uma idealização da superioridade da eficiência econômica dos imigrantes e alemães e seus descendentes - e de uma forma mais extensa do imigrante europeu - podem ser sentidas até hoje. Certamente o crescente contato das últimas décadas e a inibição das barreiras étnicas à mobilidade social diminuíram a presença dos estereótipos negativos. Porém, a ideologia que atribui o desenvolvimento de Blumenau, tanto no passado quanto na contemporaneidade, à herança cultural superior do elemento étnico germânico é mantida e aceita por grande parte da população - independentemente da origem étnica. (1995, p. 119)

Enquanto nas camadas populares o discurso étnico tendia a impedir uma organização dos trabalhadores em torno de seus interesses de classe, entre os empresários, este fator representou uma forma de seleção e integração entre personalidades locais. Essa lógica se reproduz nas organizações de classe, como já comentado, o topo da hierarquia permanece espaço privilegiado de alguns poucos nomes.

O papel da etnicidade na atualidade, quanto à organização coletiva do empresariado, parece ser o de participar, complementarmente a outras identidades coletivas, em alguns campos de interação onde a agregação desta identidade social tenha relevância. Desta forma, o espaço, por excelência, desta expressão, deve ser a legitimação dos valores tradicionais, entre a elite empresarial, que estructurem uma hierarquia intra- classe onde os empresários representantes dos empreendimentos pioneiros – que na maior parte dos casos são os de maior importância econômica - ocupem o topo consensualmente. (TOMIO, 1995, p. 134)

Da organização do empresariado ao seu relacionamento com importante nomes

58 Campanha de Nacionalização promovida pelo Governo Vargas.

políticos de Santa Catarina, a mediação entre estes dois atores também se deu pela seguintes características: a organicidade da elite empresarial e a ideologia étnica. (TOMIO, 1995, p. 81) Entre os herdeiros políticos do Partido Republicano que irão demonstrar maior organicidade com o empresariado local, podemos citar os irmãos Konder (Adolfo, Vítor e Marcos) e Irineu Bornhausen. Com atividades econômicas em sociedade com os grandes empresários têxteis, estes políticos tiveram muita projeção no contexto político estadual. Vítor Konder começou sua carreira política como conselheiro municipal (vereador) em Blumenau e chegou a ocupar o Ministério da Viação no governo de Washington Luís. Estes políticos que originaram a oligarquia dos Konder-Bornhausen expressaram, no contexto político blumenauense, a união dos interesses étnicos e empresariais. (TOMIO, 1995, p. 82) Como argumenta Tomio:

O novo período de liberdades políticas restritas gerado pelo golpe militar de 1964 e a criação do bipartidarismo geraram novas transformações no ambiente político de Blumenau. A partir da eleição de 1969 o MDB (depois PMDB) elegeu sucessivamente quatro prefeitos não ligados a elite empresarial. (...) Apesar de pertencerem ao partido que fazia oposição ao regime militar, os prefeitos eleitos pelo MDB não eram ligados a grupos radicais democráticos ou da esquerda do partido. Evilásio Vieira, primeiro prefeito eleito pelo MDB, era filiado ao PSD e vinculado à família Ramos. Sua vitória pode ter sido o resultado do fracionamento anterior da burguesia local e da ausência de um empresário tradicional concorrendo que pudesse unificá-la. As gestões seguintes não colocaram em risco a estrutura econômica do município, pautando-se mais por políticas populistas e pela criação de estruturas clientelísticas junto às regiões mais pobres de Blumenau. O clientelismo e a capacidade de manipular o poder municipal devem ter dado condições a estes políticos independentes do MDB para permanecerem quase vinte anos no poder. (...) Nos anos do bipartidarismo a burguesia tradicional blumenauense afasta-se do exercício político em cargos eletivos sem contudo afastar-se da política. A maioria dos empresários locais ligados ao PSD e a UDN vinculam-se à ARENA, reproduzindo o caminho das oligarquias estaduais. Neste período o principal candidato da ARENA ao governo municipal foi Victor Fernando Sasse. Este político concorreu várias vezes até assumir o cargo de prefeito devido ao afastamento de Kleinübing (1989) para concorrer ao governo do estado.” (1995, p. 85 – 86)

Com o enfraquecimento do regime militar, as lideranças empresariais começaram a sentirem-se, não ameaçadas, mas perturbadas em relação ao seu domínio político. A década de 1980 vai ser palco do retorno dos grupos têxteis à arena política, contudo isso se deu de forma diversa, apesar de paulatinas, das estratégias adotadas em tempos passados.

Ao que parece, a tendência de atuação política do empresariado blumenauense é a que vem construindo-se ao longo dos anos 80 até hoje. O empresariado filiado aos partidos políticos ocupa posições chaves em momentos críticos como as eleições, desenvolvendo um papel de liderança na condução das articulações. Estrategicamente as candidaturas são escolhidas entre políticos profissionais que

possuam afinidade e representem os interesses do empresariado. (TOMIO, 1995, p. 96)

Buscando a volta ao domínio do executivo municipal, essa elite empresarial investe algumas críticas sobre condução da administração pública utilizando-se da imprensa local. A configuração conservadora da elites empresariais se traduz pelo deslocamento em massa da ARENA para o PDS. Em relação ao PMDB, Blumenau herdou os políticos emedebistas que haviam governado o município na década de 1970. Dos partidos de esquerda criados a partir de 1979 (PT, PDT, PSB, PCB/PPS, PC do B), somente o PT, a partir da década de 90, conseguiu apresentar algum tipo de representação política em Blumenau. (TOMIO, 1995, p. 87) O revezamento da prefeitura municipal se deu, ao longo dos anos 80 até metade da década de 1990, entre PMDB e PFL.

A crise econômica ao longo dos anos 80 afetou drasticamente a organização do trabalho na cidade. A competição em uma situação de globalização foi enfrentada pelas empresas locais através do arrocho salarial e opção pela terceirização da mão de obra. Como mostram as tabelas seguintes, o setor têxtil permanece sendo o grupo econômico de maior relevância na cidade. Contudo, dá-se um crescimento das empresas de médio e pequeno porte, em grande parte como efeito das demissões dos trabalhadores pelas empresas hegemônicas.

TABELA 7 - TOTAL DE EMPRESAS E EMPREGADOS EM BLUMENAU (1985/1993/1994) POR SETORES ECONÔMICOS E POR RAMO (SETOR INDUSTRIAL)

SETOR ECONOMICO	1985		1993		1994	
	Empresas	Empregados	Empresas	Empregados	Empresas	Empregados
INDUSTRIA	719	37.237	1.733	45.883	1.824	46.099
Metalúrgica	91	2.362	154	2.453	161	2.160
Têxtil	53	16.438	143	21.560	157	21.991
Vestuário	93	6.014	652	7.010	714	7.471
Alimentos	74	2.034	140	1.149	141	1.561
Outras	408	10.389	644	13.711	651	12.916
COMERCIO	---	---	4.305	20.288	4.638	24.501
SERVIÇOS	---	---	5.412	36.118	5.587	35.545
AUTONOMOS	---	---	---	10.131	---	8.521
TOTAL	---	---	11.450	112.420	12.049	114.666

FONTE: IPPUB/PMB.

TABELA 8 - QUANTIDADE DE EMPRESAS E EMPREGADOS NA INDÚSTRIA DE BLUMENAU(1985/1993) POR TAMANHO DA EMPRESA (com valores e percentagem de crescimento)

TIPO DE EMPRESA	EMPRESAS			EMPREGADOS		
	1985	1993	Cres.	1985	1993	Cres.
GRANDE (+200 empreg)	33	33	0%	30.948	30.835	-0,5%
MÉDIA (50 - 199)	47	75	+60%	5.078	7.792	+53%
PEQUENA (0 - 49)	639	1.625	+154%	1.211	7.256	+499%

FONTE: IPPUB/PMB.

Como afirma Tomio (1995, p. 69):

nos últimos anos (final dos anos 80 e início dos 90) houve um processo de liberação de mão de obra das grandes empresas e uma pequena desconcentração da atividade industrial. Contudo, este processo não afetou a predominância da grande indústria no setor têxtil local. Só a atenuou. É provável que a crise de crescimento do setor e os incentivos estatais ao investimento tecnológico tenham levado à modernização do processo produtivo. Isto, unido à tendência de terceirização de serviços e funções produtivas (facções) não fundamentais à atividade fim das indústrias, gerou um grande contingente de mão de obra excedente e dispensável. (p. 49)

Mesmo durante a crise do início do governo Collor, os grandes grupos preservaram sua posição na região. Os grandes investimentos em tecnologia e capital e a dispensa de mão de obra mantiveram a capacidade de sobrevivência do setor têxtil.

Já em 1983, quando Esperidião Amin assume o governo do Estado, sua atuação permitiu que muitos empresários ligados aos grande grupos econômicos catarinenses e lideranças empresariais de Blumenau assumissem cargos importantes em secretarias de seu governo. A ação bem planejada serviu de estímulo para que em Blumenau, fosse formada uma coalização entre empresários para financiar algum candidato que retirasse o PMDB do poder local. Bastava encontrar a pessoa certa.

A opção por Kleinübing reunia condições políticas que não podiam ser satisfeitas por um empresário de Blumenau. Sua densidade eleitoral já havia sido testada na eleição estadual de 1986, quando foi o candidato a governador mais votado em Blumenau. Possuía a habilidade e o histórico político, além de ter o carisma que os empresários locais não detinham mais. Kleinübing contava também com uma identidade social manipulável: possuía sobrenome alemão - o que dava respeitabilidade e o identificava ao eleitorado conservador e de alta renda - e era natural do Vale do Rio do Peixe - podendo identificar-se com o grande contingente de migrantes de baixa renda do Planalto Serrano e do oeste catarinense estabelecidos em Blumenau. Além disto, seu projeto pessoal de governar Santa Catarina - o que o governo de um município importante como Blumenau facilitava - unia os interesses em jogo. (TOMIO, 1995 p. 89)

As dificuldades e necessidades de escolha de alguém de fora estavam relacionadas à dinâmica social da cidade na década de 1980. Havia uma maior

diversificação da origem da população e uma certa resistência em relação aos nomes ligados à elite empresarial. Em parte isso se deu pela associação com partidos conservadores do período militar, mas também pela situação de penúria durante a crise dos 80. Contudo, a maior importância para nossa análise não está na adoção de Kleinübing como candidato a prefeito pela burguesia blumenauense e sim na concertação que algumas lideranças desta cidade construíram para dar condições a sua eleição. Esta articulação política foi um projeto posto em prática durante alguns anos. Durante este período, romperam-se as resistências e interesses privados intra-classe, tornando possível uma unidade que a elite industrial não possuiu durante o pós-guerra (1947-70). Produziu-se, desta forma, uma ação coletiva estrategicamente planejada com o intuito de modificar o panorama político - institucional do município. Segundo Tomio (1995), é possível identificar essa ação planejada através das seguintes medidas:

1. a sustentação partidária foi fornecida por uma coligação de três partidos: PDS, PFL e PL - além de contar com o apoio dos "dissidentes" do PDC sob a liderança de Mastella. Ao PFL já eram filiados desde a sua fundação grandes empresários ligados aos grupos Hering e Artex, sendo que alguns destes foram articuladores da candidatura Kleinübing ao governo do estado em 1986. No PDS, além de políticos tradicionais, a articulação contou com o apoio de Décio Moser (ex-presidente da ACIB e secretário de estado no governo Amin), que veio a tornar-se secretário no governo municipal. Outros empresários ligados a grandes grupos econômicos (Teka, Altona) também faziam parte deste partido e participaram do planejamento. Finalmente, o PL foi criado e ocupado por empresários como Ronaldo Baumgarten (que viria a ser presidente da ACIB) - também o candidato a vice Vítor Sasse (funcionário público) filiou-se ao partido. O objetivo na criação do PL, segundo a informação de uma liderança empresarial, foi "não permitir que outro grupo tomasse a legenda e atrapalhasse o movimento pela tomada do governo municipal";
2. segundo um empresário - em entrevista pessoal -, o planejamento da eleição antecedeu a escolha de Kleinübing como candidato. Em suas palavras; "o município estava sendo administrado a vinte anos pelo PMDB e a administração de Dalto dos Reis foi muito fraca e ruim. Por isto, alguns empresários se reuniram para formar uma alternativa, viesse ela de onde viesse";
3. todos os candidatos que surgiram do meio empresarial e que tinham aspirações políticas pessoais - geralmente filiados ao PDS -, como Bernardo Wolfgang Werner e Etevaldo da Silva, foram dissuadidos de sua decisão de concorrer ao pleito. Este encaminhamento evitou uma cisão nas forças políticas conservadoras de Blumenau;
4. o empresário Paulo Gouvea da Costa (PFL) , um dos principais articuladores de três eleições que Kleinübing participou - 1986 e 1990 ao governo do estado e 1988 à prefeitura de Blumenau - assinou uma coluna política semanal no JSC entre 1986 e 1988. Além de comentar temas conjunturais e a política nacional, grande parte de seus artigos eram dedicados a criticar o governo municipal do PMDB e tornar palatável a candidatura de um "estrangeiro" (Kleinübing). É possível notar com estas informações que a eleição municipal de 1988 foi permeada pela articulação coletiva das principais lideranças empresariais de Blumenau. Envolveram-se neste processo empresários tradicionais, dirigentes das entidades de classe e novas lideranças que passaram a ter relevância na representação político-empresarial da burguesia local. Vitorioso no pleito municipal , Kleinübing veio a receber dois anos mais tarde a sustentação do empresariado para sua eleição ao governo do estado. Deste governo participaram como secretários: Paulo Gouvea da Costa (Transportes), Milton Pompeu e Luís Carlos Carvalho

(Administração e Justiça) - os dois últimos eram lideranças ligadas ao PDS blumenauense. (TOMIO, 1995, p. 93)

O Quadro 6 ilustra bem a relação entre filiação partidária e lideranças empresariais em Blumenau no final dos anos 80 e início dos 90, período da candidatura e governo de Kleinübing.

QUADRO 6 - PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS, LIGADOS AOS GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS DO SETOR TÊXTIL BLUMENAUENSE, EM PARTIDOS POLÍTICOS (décadas de 80 e 90)

EMPRESÁRIO	GRUPO ECONOMICO	PARTIDO POLÍTICO
FRANCISCO MASTELLA	HERING	PDC
MÁRIO JOHN	TEKA	PDS/PPR
SIEGFRIED LIESEMBERG	TEKA	PDS/PPR
ULRICH KÜHN*	ARTEX/HERING	PFL
HENRIQUE ISLEB	HERING	PFL
RAUL HERING SANTIAGO	HERING	PFL
PAULO GOUVEA DA COSTA	ARTEX	PFL
INGO HERING	HERING	PFL
DIETER HERING	HERING	PFL
LOTHAR SCHMIDT	CREMER	PFL
JÚLIO H. ZADROZNY	ARTEX	PFL
ALFREDO ÍTEN	CREMER	PMDB
SÉRGIO FERNANDO H. DE SOUZA	DUDALINA	PMDB

FONTE: JSC (1985-94) e MEURER (1994, p. 170-92)

A eleição de Vilson Kleinübing (PFL) parece ter correspondido as expectativas do empresariado. De grande talento, Kleinübing, conseguiu promover ainda mais sua imagem e em menos de dois anos como Prefeito de Blumenau, consegue uma vitória na eleição para governo do Estado, aonde pode atuar de forma ainda mais vigorosa. A tabela a seguir revela os benefícios fiscais que beneficiaram o empresariado local.

TABELA 9 - VALORES FINANCEIROS(em US\$ 1.000,00) DO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS PELAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DA BASE DO SINTEX (1990-92).

IMPOSTOS, TAXAS e CONTRIBUIÇÕES	1990	1991	1992
MUNICIPAIS:	1.835	1.232	412
ISS	631	570	232
IPTU	1.144	643	158
Outros	60	19	22
ESTADUAIS:	82.321	61.996	40.071
ICMS	81.830	61.306	39.774
Outros	491	690	297
FEDERAIS:	141.595	109.188	109.414
TOTAL	225.651	172.416	149.897

FONTE: SINTEX (1990 - 1992).

Conclui-se que a eleição de Vilson Kleinübing deve ser compreendida como um forma da elite empresarial local colocar no governo municipal um nome mais próximo aos seus interesses. Não que os candidatos anteriores, do PMDB, estivessem muito afastados desse grupo. Enquanto fenômeno político, Kleinübing ajudou os industriais têxteis de Blumenau a “passarem” com tranquilidade pelos turbulentos anos do final da década de 1980 e da década de 1990.

4 REFORMA ADMINISTRATIVA

Este capítulo é dedicado à compreensão da reforma administrativa do Estado. São elencados marcos legais que permitem apreciar a conjuntura dessas reformas ao longo do século XX. Mostrando como se deu esse processo e quais as suas implicações para, no final da década de 1980, as reformas que aconteceram a partir da Constituição de 1988. Salienta-se então que, apesar dos avanços ao longo desses anos, as condições sociais no Brasil, marcadas pela desigualdade social, não propiciaram as mudanças esperadas que permitiriam uma maior democratização das esferas de poder, em especial para o aprimoramento das políticas públicas de assistência social aos jovens. Em Blumenau, os reflexos desse contexto influenciaram no desenvolvimento da própria forma de atuação da DAJ.

A reforma da administração pública foi um processo pelo qual se deu a modernização da estrutura burocrática do Estado. Suas consequências, em relação ao objeto dessa pesquisa, estão relacionadas a modificação da Estrutura Administrativa do Poder Executivo no Município de Blumenau. A criação da DAJ está diretamente relacionado a este reordenamento dos órgãos na gestão do governo local de Vilson Kleinübing. No Brasil, nos interessa em especial as mudanças decorrentes da Constituição de 1988, em seu artigo nº 37, que dispõe sobre a Administração Pública: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade”. Significando um avanço na tentativa de eliminar as relações de clientelismo e patrimonialismo presentes na cultura política do Brasil e enraizadas na sociedade brasileira.

Apesar do tema ser muito amplo para ser tratado aqui em profundidade, nos interessa principalmente alguns aspectos gerais da reforma administrativa. Inicialmente destacamos qual os seus objetivos e como foi processada. Também destacamos como se deu a reforma administrativa no Brasil, apontando os aspectos que, ao longo das transformações operadas pelo Estado no século XX, levaram a Constituição Federal de 1988 a adotar determinadas medidas que sofrerão grandes críticas na década de 1990. E buscamos descrever alguns marcos legais que contribuem para a compreensão da reforma administrativa em Blumenau e suas consequências para a criação da Divisão para Assuntos da Juventude.

4.1 REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Compreender o surgimento da DAJ em Blumenau implica conhecer o processo pelo qual se deu a reforma administrativa do Estado no Brasil. Este processo, que teve início nos anos 1930, passou por diferentes momentos. Alvo de divergências nas análises, um ponto que nos interessa aqui é destacar que após a Constituição de 1988 a reforma administrativa alterou a forma de contratação do funcionário público.

A Reforma Administrativa do Estado, está relacionada, de maneira mais geral, com as crises fiscais dos países centrais, ocasionado, entre outros fatores, pela crise do petróleo na década de 1970. Colocando na “mesa” uma série de medidas políticas e econômicas que serviram para desmontar o modelo de Estado de Bem-Estar. Convencionou-se então chamar de neoliberal essa reorientação das formas de ação do Estado iniciadas na década de 1970 e que desenvolveram-se ao longo das décadas de 1980 e 1990. Como afirma Carinhato (2008, p. 40)

A temática da Reforma do Estado tem dominado a agenda política internacional desde os primeiros anos da década de 80. De certa forma, a reformulação do aparelho estatal se tornou uma questão praticamente universal, enquanto resposta à crise econômica que paralisou econômico-politicamente os países nos últimos decênios do século XX. Tais reformas justificaram-se na medida em que o esgotamento fiscal do antigo modelo de desenvolvimento econômico-social montado no pós-guerra se mostrava cada vez mais patente.

No Brasil, estas mudanças fizeram-se mais profundamente no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, destacando-se durante o governo Collor e intensificando-se no governo Fernando Henrique Cardoso. Resultando na desestruturação do Estado e adoção de medidas privatizantes. Segundo Bresser-Pereira (1996, p. 269):

A reforma do Estado, que se tornou tema central nos anos 90 em todo o mundo, é uma resposta ao processo de globalização em curso, que reduziu a autonomia dos Estados de formular e implementar políticas, e principalmente à crise do Estado, que começa a se delinear em quase todo o mundo nos anos 70, mas que só assume plena definição nos anos 80. No Brasil, a reforma do Estado começou nesse momento, em meio a uma grande crise econômica, que chega ao auge em 1990 com um episódio hiperinflacionário.

O contexto de globalização significou um descompasso entre as funções do Estado as exigências do mercado e as necessidades da sociedade. Na visão de Bresser-Pereira, para que o Brasil conseguisse se integrar na nova lógica de apropriação do capital o Estado deveria desempenhar um novo papel. “Seu novo papel é o de facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva.” Na prática, suas medidas levaram a uma subordinação do Estado brasileiro às prerrogativas ditadas pelo Consenso de Washington⁵⁹.

Com o esgotamento econômico causado pelo regime militar e as dificuldades em realizar uma negociação para o processo de transição democrática, o Brasil viu-se em uma série de contradições entre os grupos políticos. Outro grande desafio foi a estagnação econômica, com destaque para a inflação galopante. A crise, então, é definida como uma crise fiscal, como uma crise do modo de intervenção do Estado, como uma crise da forma burocrática pela qual o Estado é administrado. Essa situação é então encarada como uma justificativa, dada pelos governos pós-regime militar, para as reformas que se seguiram na década de 1990.

Já durante o regime militar um dos fatores que dificultaram o processo de reforma administrativa, na década de 1990, foi o fato do período militar não ter conseguido, e até mesmo agravado, o problema das práticas clientelistas e o patrimonialismo presente no Brasil. O argumento é de que ao invés de realizar uma mudança na estrutura burocrática, permitindo uma maior eficiência através da profissionalização dos funcionários do país, buscando uma redefinição das carreiras e de um processo sistemático de abertura de concursos públicos, os militares adotaram como estratégia a contratação de altos administradores através de empresas. Em 1988, a Constituição Federal buscava acabar com essa situação reforçando as diretrizes na direção oposta.

Deve-se considerar que a administração pública burocrática surgiu como uma forma de substituir a administração patrimonialista, herança dos regimes monárquicos absolutistas, com pouca distância entre o interesse e bem comum dos interesses privados. Ou seja, surge como uma forma de tornar mais impessoal as relações entre Estado e Sociedade. Para Bresser-Pereira (1996, p. 271)

Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse

59 “Trata-se de uma reunião sem caráter deliberativo, realizada ano de 1989, entre acadêmicos e políticos norte-americanos e latino-americanos para buscar soluções que findassem com a estagnação reinante por mais de vinte anos na América Latina. Ao cabo do evento, conformou-se um paper composto por dez recomendações, que posteriormente daria origem a um livro do economista John Williamson intitulado *Washington Consensus*.” (CARINHATO, 2008, p. 40)

não apenas da clara distinção entre o público e o privado, mas também da separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, racional-legal. Surge a organização burocrática capitalista, baseada na centralização das decisões, na hierarquia traduzida no princípio da unidade de comando, na estrutura piramidal do poder, nas rotinas rígidas, no controle passo a passo dos processos administrativos. Surge a burocracia estatal formada por administradores profissionais especialmente recrutados e treinados, que respondem de forma neutra aos políticos. Max Weber (1922) definiu e descreveu de forma genial esse tipo de administração no início deste século.

As características dessa nova forma de pensar e organizar a administração pública podem ser resumidas por: (1) descentralização das atribuições administrativas do Estado, para isso os recursos e atribuições são transferidos para outros níveis políticos, como o regional e local, permitindo uma maior autonomia dos gerentes e líderes do poder local; (2) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal; (3) organizações mais flexíveis permitindo que os problemas sejam resolvidos através da competição de ideias, flexibilizando as formas de atuação; (4) a impessoalidade garante uma nova forma de confiança, não mais baseada na personalidade de determinados indivíduos mas sim na capacidade do sistema e sua burocracia; (5) os objetivos devem ser definidos através de pesquisas, em especial as quantitativas, que mostrem através de argumentos racionais a necessidade de tomadas de decisões técnicas; (6) controle por resultados, ou seja, flexibilização das ações segundo as necessidades geradas pela própria tomada de decisão; e (7) uma administração que seja voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de uma auto-referida, alterando assim a própria legitimidade do Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 274 - 275)

4.2 REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO NO BRASIL

A reforma administrativa pública no Brasil começou a ser delineada ao longo dos anos de 1930 com a criação de autarquias. Em 1936 foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. A criação do DASP representou não apenas a primeira reforma administrativa do país, com a implantação da administração pública burocrática, mas também a afirmação dos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica. A modernização das estruturas do governo federal e a profissionalização dos quadros da administração pública tornaram-se questões importantes somente nos meados da década de 1930, na onda de centralização e

tendências reformistas trazidas pela Revolução de 1930. Mas foi somente durante a ditadura Vargas (1937-1945) que a reforma do Estado foi mais aprofundada.

Em 1933, Vargas encarregou um importante diplomata, o embaixador Maurício Nabuco, da tarefa de estudar a reforma da administração pública. Três diretrizes principais foram propostas e apoiadas por Vargas, inspiradas no serviço público britânico: critérios profissionais para o ingresso no serviço público; desenvolvimento de carreiras; e regras de promoção baseadas no mérito. O DASP foi encarregado de: implementar essas diretrizes; de supervisionar a administração pública; de formar os recursos humanos para os altos escalões do serviço público; de definir escalas de salários para o setor público; e até de fixar o orçamento nacional. Embora auspicioso, o projeto encontrou várias dificuldades, em boa parte, pelas relações clientelistas que estruturavam de forma profunda a sociedade brasileira. Segundo Luciano Martins (1997, p. 16):

Na verdade, um padrão duplo foi estabelecido. Os altos escalões da administração pública seguiram essas normas e tornaram-se a melhor burocracia estatal da América Latina; porém os escalões inferiores (incluindo os órgãos encarregados dos serviços de saúde e de assistência social então criados) foram deixados ao critério clientelista de recrutamento de pessoal por indicação e à manipulação populista dos recursos públicos.

Essa situação deixou uma dupla herança na administração pública do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, permitiu que o Estado conseguisse se organizar de tal forma que avançasse consideravelmente no projeto de “criação” da nação, dando um sentido de unidade muito maior no Brasil; em segundo lugar, criou uma grande disputa pelos cargos do Estado e pelos favores de sua burocracia. Para Costa (2008, p. 841) “A chamada 'Revolução de 1930' representou muito mais do que a tomada do poder por novos grupos oligárquicos, com o enfraquecimento das elites agrárias. Significou, na verdade, a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrial.” Em relação a administração pública, promoveu a racionalização burocrática do serviço público, por meio da padronização, normatização e implantação de mecanismos de controle, notadamente nas áreas de pessoal, material e finanças. Contudo, mesmo representando avanços, essas características continuaram permitindo a manutenção de práticas clientelistas e reprodução das relações patrimonialistas.

Após um período conturbado, assume em 1956 Juscelino Kubitschek. Entre alguns de seus compromissos, está o Plano de Metas que entre os seus 36 objetivos, propunha a aceleração do crescimento e da industrialização tendo como eixo fundamental

a associação entre capitais estrangeiros e nacionais. Assim como, investimentos pesados no setor de energia, transporte, indústria pesada, alimentação e em destaque, priorizara indústria automobilística e ampliação do transporte rodoviário. Seu lema era “50 anos em cinco”. Também é destaque o ambicioso plano de construção da nova Capital Federal, Brasília. (COSTA, 2008, p. 848)

Em relação as reformas da administração públicas, podemos citar, em 1956 a criação da Comissão de Simplificação Burocrática – COSB e a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos – CEPA. A COSB tinha como principal objetivo realizar estudos que permitissem a elaboração de projetos que viabilizassem a descentralização dos serviços públicos, para isso era necessário conhecer melhor a atribuição de cada órgão e instituição pública, assim como, as responsabilidades e competências das autoridades. A Cepa funcionaria como um órgão de assessoramento à presidência da República, afim de auxiliar no processo de reforma administrativa.

No governo de João Goulart foi criada a Comissão Amaral Peixoto, que visava a continuidade das reformas administrativas, em especial a descentralização dos serviços. Em síntese, Costa (2008, p. 849) salienta que:

Embora tenha havido avanços isolados durante os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, o que se observa é a manutenção de práticas clientelistas, que negligenciavam a burocracia existente, além da falta de investimento na sua profissionalização. A cada desafio surgido na administração do setor público, decorrente da própria evolução socioeconômica e política do país, a saída utilizada era sempre a criação de novas estruturas alheias à administração direta e o consequente adiamento da difícil tarefa de reformulação e profissionalização da burocracia pública existente.

Após esse período, outra reforma pelo qual passou a administração pública do Estado ocorreu no final da década de 1960, durante o regime militar, através do Decreto-Lei nº 200, de 1967, sob o comando de Amaral Peixoto e inspiração de Hélio Beltrão, que iria ser o pioneiro das novas ideias no Brasil. Beltrão participou da reforma administrativa de 1967 e depois, como Ministro da Desburocratização, entre 1979 e 1983.

Os principais objetivos dessas mudanças podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a expansão das empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas), bem como de órgãos independentes (fundações públicas) e semi-independentes (autarquias);

- a necessidade de fortalecimento e expansão do sistema do mérito, sobre o qual se estabeleciam diversas regras;
- diretrizes gerais para um novo plano de classificação de cargos;
- o reagrupamento de departamentos, divisões e serviços em 16 ministérios: Justiça, Interior, Relações Exteriores, Agricultura, Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento, Transportes, Minas e Energia, Educação e Cultura, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Saúde, Comunicações, Exército, Marinha e Aeronáutica. (COSTA, 2008, p. 850)

Com a radicalização do regime autoritário e os reflexos de seu desgaste político e econômica, avançaram as lutas pelo processo de redemocratização no Brasil. Entre as diversas bandeiras postas pela sociedade, a reforma administrativa encontrava-se como um elemento fundamental para o avanço da cidadania. Contudo, para Costa (2008, p. 855) o governo civil, que tinha se instalado em 1985, herdava um aparato administrativo marcado ainda pela excessiva centralização. Na tentativa de mudar essa situação, o Governo Sarney, instituiu uma Comissão que tinha como objetivos: redefinir o papel do Estado nas três esferas de governo; estabelecer as bases do funcionamento da administração pública; reformular as estruturas do Poder Executivo federal e de seus órgãos e entidades; racionalizar os procedimentos administrativos em vigor; e traçar metas para áreas consideradas prioritárias, como a organização federal, recursos humanos e a publicização de informações referentes ao setor público. (COSTA, 2008, p. 856) Apesar dos esforços, essa Comissão é suspensa e é dado início às tentativas de conter o processo inflacionário buscando a estabilização econômica através do Plano Cruzado.

Compreende-se assim que a uma reforma administrativa mais profunda, em meio a uma crise econômica, uma cultura política ainda marcada pelas práticas clientelistas e pelos entraves à democracia por conta da imensa desigualdade social, não seria suficiente sem as mudanças estruturais que o país necessitava. Dessa forma, apesar dos avanços formais da Constituição de 1988, a década de 1990 vai refletir que o Brasil não conseguiu avançar tão significativamente, como esperado, nas condições sociais da população de baixa renda. E que a classe política dominante ainda estava permeada, em sua maioria, pelos mesmos nomes de décadas anteriores.

Analisando o caso na cidade de Lages – SC, Andrade (1996) constata que a

proposta de descentralização havia aberto certo espaço para novas práticas de clientelismo, principalmente a nível dos estados e municípios. Para Andrade é possível entender essa nova situação através do conceito de clientelismo de quadros.

Esta nova relação do poder público municipal com a população é o que podemos chamar de clientelismo de quadros, que se caracteriza por um tipo de relação entre os que detém o poder político e os usuários das políticas públicas. (...) O clientelismo de quadros é um tipo de relação entre quem detém o poder político e os usuários das políticas públicas, onde a mediação se torna mais competitiva (...). A relação se estabelece a partir de intermediários instituídos pelo chefe político como representantes de uma determinada população ou comunidade. A sua institucionalização, em Lages, significou uma transição para uma forma mais difusa de clientelismo (...). Se por um lado ela vincula (através da troca de favores) muitas lideranças comunitárias existentes no município ao partido do governo, tornando-as dependentes da máquina partidária, por outro lado ela torna contingente o apoio das lideranças. (ANDRADE, 1996, p. 25)

Este exemplo é elucidativo para compreender as consequências e limitações da reforma administrativa no Brasil e em especial no caso da cidade de Blumenau. Veremos como o clientelismo de quadros, reproduzido através da relação entre o governo municipal e as associações de moradores, entrava o processo de democratização das instancias de poder na relação entre Estado e Sociedade em Blumenau.

4.3 A REFORMA ADMINISTRATIVA EM BLUMENAU

A reforma administrativa de Blumenau, no bojo das mudanças orientadas pela Constituição Federal de 1988, teve início em 5 de abril de 1989 com o plano de ação para a Constituinte Municipal estabelecido pela Resolução de nº 166 de 2 de março de 1989. A Lei Orgânica Municipal foi então promulgada em sessão solene no dia 5 de abril de 1990. Em tese, a proposta era adequar a situação local a fim de promover a descentralização das competências garantindo a atuação em cooperação com a União e o Estado, permitindo o equilíbrio, desenvolvimento e o bem-estar da comunidade local, regional e nacional, preservados os interesses municipais.

Em 5 de maio de 1989, antes mesmo da promulgação da Lei Orgânica de Blumenau, é instituída a nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município, revogando a Lei nº 1915/73. Com essa nova estrutura administra dá-se novas responsabilidades para setores municipais e são criados outros, reordenando a hierarquia

administrativa. As mudanças são significativas, tanto no que tange atribuições como no tamanho e complexidade da própria estrutura burocrática.

Ao que se refere o nosso órgão de interesse, ou seja, aquele que tenha como responsabilidade a juventude, no período anterior a 1989 não havia um setor que fosse específico para essa função. Em 1973, o órgão responsável pelo atendimento e garantia do Bem-Estar era a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. Entre suas atribuições estão: atuar como órgão normativo em saúde pública e assistência social; manter convênios com a União e o Estado para a promoção de campanhas e programas de saúde; promover o atendimento de pessoas carentes de recursos; assessorar no estabelecimento de convênios com instituições de assistência social e fiscalizar a sua execução. O órgão é então dividido em dois departamentos: de Saúde e o de Bem Estar Social. Indiretamente, esta secretaria oferece serviços que possam atender a população jovem, porém não direcionados especialmente a ela.

Outra secretaria que acumula funções que passam pela questão da juventude é a Secretaria de Educação e Cultura, dividida entre os Departamentos de Educação e Cultura.

Depois de 1989, a nova estrutura administrativa do executivo vai estabelecer como subordinados ao Gabinete do Prefeito os seguintes departamentos: de Ação Comunitária, de Expediente e o de Relações Públicas. Subordinado ao Departamento de Ação Comunitária ficou a Divisão para Assuntos da Juventude.

Através da lei complementar nº 1, de 04 de junho de 1990 é instituído o regime jurídico único para os servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas instituídas e mantidas pelo município, estabelecendo ainda as diretrizes gerais para sua implantação e atividades. Esta Lei estabelece como diretrizes gerais que:

Art. 2º Considera-se servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres do Município, suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas por este, cometendo-se ao seu titular um conjunto de deveres, direitos, atribuições e responsabilidades.

Art. 4º Os vencimentos dos cargos corresponderão à referências básicas, previamente fixados em lei.

Art. 5º Os cargos públicos são considerados de carreira ou em comissão.

§ 1º - As carreiras serão organizadas em grupos de cargos dispostas de acordo com a natureza profissional e complexidade de suas atribuições guardando correlação com a finalidade do grupo ocupacional e do órgão ou entidade.

§ 2º - Os cargos de que trata o "caput" deste artigo, são providos em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 6º Quadro é o conjunto de cargos de carreira e em comissão, integrantes das estruturas dos Poderes do Município, das Autarquias e das Fundações Públicas instituídas e mantidas por este.

Art.7º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Na seção II estabelece que a nomeação será em caráter efetivo quando se tratar de cargo de carreira, ou em comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração. Considerando que:

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para cargo de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público, para cargo de provimento em comissão determina, no ato da posse o seu afastamento do cargo efetivo de que for titular, salvo nos casos de acumulação lícita.

Art. 13º A nomeação para cargo de quadro de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 14º Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor público na carreira, mediante progressão, promoção e ascensão funcional, serão definidos na lei do Plano de Carreira.

Também é aprovada a lei complementar nº 3 de 1990 que institui o plano de carreira para os servidores públicos do poder executivo, destinada a organizar e regulamentar os cargos públicos de provimento permanente, fundamentando-se nos princípios de qualificação profissional e desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, e a eficiência do serviço Público. Segundo o seu artigo 4º "O cargo Público é aquele criado por esta lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres de Município, cometendo-se a cada um determinado conjunto de deveres, direitos, atribuições e responsabilidades." Estabelece-se, então, distinção entre os seguintes grupos ocupacionais:

- *Profissional* - que abrange os cargos cujas tarefas requerem grau elevado de atividade mental, exigindo conhecimentos teóricos e práticos de nível acadêmico, representando o limite ascensional para os servidores públicos em suas carreiras;
- *Semi-profissional* - compreende os cargos que exigem conhecimentos escolares a nível de ensino médio ou curso específico, cujas tarefas se caracterizam por certa complexidade e pouco esforço físico;
- *Administrativo* - congrega os cargos ligados a preparação, transferência, sistematização e preservação de papéis e outras atividades relacionadas ao âmbito

administrativo e organizacional;

- *Serviços Gerais* - reúne os cargos cujas tarefas requerem o conhecimento prático do trabalho, limitados a uma rotina e predominância do esforço físico; e

Nos artigos de nº 18 e 19 referente que dispõe da nomeação de servidor público, estabelece que essa correrá sempre na referência inicial estabelecida para o cargo a ser preenchido, atendidos os requisitos previstos na lei que instituiu o Regime Jurídico Único do Município. O recrutamento externo de pessoal é realizado tão somente quando não haja real possibilidade de preencher as vagas declaradas abertas através de recrutamento interno, em virtude da inexistência de candidatos que atendam aos requisitos do cargo.

- *Assessoramento Superior* - elenca os cargos em comissão de responsabilidade executiva-gerencial e assessoria, de livre nomeação e exoneração, que pelas suas naturezas não fazem parte dos quadros de carreira desta lei.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSOCIATIVISMO CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS EM BLUMENAU

Na tentativa de explicar a criação da DAJ em Blumenau, busca-se também, neste capítulo, reconstruir o contexto do Associativismo Civil e Movimentos Sociais presente na cidade no período do final da década de 80 e início da década de 1990. Essa investida pretende estabelecer uma possível relação entre as diferentes formas de organização da sociedade civil e a formação de uma agenda governamental em torno de políticas de juventude. Se considerarmos, como já especulado acima, que parte das demandas da sociedade podem interferir nas decisões políticas, cabe verificar essa possibilidade através de um levantamento dessas formas de organização presentes na sociedade civil.

5.1 O ASSOCIATIVISMO CIVIL

O associativismo civil pode ser caracterizado como um tipo de ação coletiva que reúne sujeitos sociais em torno de identificações comuns, tendo como objetivo mitigar carências presentes no interior da sociedade, buscando a melhoria da qualidade de vida, reconstrução comunitária, maior participação na gestão de bens e serviços públicos, contra a degradação ambiental ou na tentativa de estimular ou ampliar a cidadania (SCHERER-WARREN, 1996). Pode-se então encontrar ao longo da história diversas manifestações caracterizadas como associativismo civil. Em se tratando da realidade brasileira, assinala Pedrini (2000, p. 126) que a partir dos anos 70 alteram-se algumas características desse fenômeno de organização coletiva. Fala-se então de um *novo associativismo civil* que tem como características “o crescimento do associativismo comunitário, expresso na emergência de um associativismo de bairro”; e “a constituição crescente de associações profissionais liberais e o número significativo de associações civis criadas em torno de temas como direitos humanos, mulheres e ecologia.” Podemos citar ainda, como foco do nosso interesse, diferentes associações que tem como objetivo atender as carências da parcela da população jovem.

Segundo Samagaia e Mendonça (2010, p. 45 – 46) “as associações filantrópicas, assistencialistas e grupos de mútua ajuda são caracterizadas como todo grupo que se

organiza com o objetivo de minorar sua condição de carência ou de amparar pessoas vitimadas por causas ou condições específicas.” Essas autoras, entre os grupos que podem ser enquadrados como em situação de carência encontram-se jovens, idosos, pobres, desabrigados, etc. No Brasil, essa situação de penúria é uma constante, principalmente já que aqui o Estado de Bem-Estar Social nunca conseguiu se formar como tal. “O atendimento às necessidades sociais da população ficou então ao cargo da própria sociedade” (SAMAGAIA; MENDONÇA, 2010, p. 46) Em levantamento estatístico, as duas pesquisadoras constataram que em Blumenau, até a metade do século XX, o público-foco dessas associações foi em sua maioria a população de baixa renda. O atendimento às crianças e adolescentes iniciou-se na década de 1940, mas teve um relativo crescimento só a partir da década de 1970.

Segundo Silva, a responsabilidade pela infância, situou-se, no decorrer da história, no campo privado da família, e, na sua ausência, ou impossibilidade, das igrejas e iniciativas particulares. (2000, p. 6 -12) Em relação aos vínculos estabelecidos por essas associações, constata-se que em sua maioria existe a participação de entidades religiosas, quer seja por vínculo de ajuda, ou mesmo pela administração própria pela Igreja. Pela própria predominância das seitas protestantes oriundas da colonização alemã, justifica-se que entre essas entidades religiosas sejam as mais presentes. Na década de 80, ocorre um significativo crescimento dessas entidades filantrópicas ou de mútua ajuda, fato esse que pode ser explicado pelo agravamento da situação social em decorrência do contexto econômica de crise. Configura-se então, nesse momento, uma situação de transferência para diversos segmentos da sociedade civil da prestação de serviços que seriam de origem governamental. Conclui-se que os fatores que levam à formação dessas formas de associação dizem respeito principalmente à ausência do Estado provedor, em consequência, pode ocorrer um processo inverso em relação ao avanço das garantias de direitos e ampliação da cidadania, já que essas iniciativas desenvolvem-se por meio de ações particulares.

5.2 ASSOCIATIVISMO CIVIL EM BLUMENAU

Segundo Andrade (2005), o surto de Associações de moradores em Blumenau deve-se ao fato de que em 1988, durante sua campanha a Prefeito de Blumenau, Vilson

Pedro Kleinübing decidiu priorizar o atendimento as comunidades que estivessem previamente organizadas em Associações de Moradores. Como consequência, “muitos candidatos ao legislativo municipal, ou mesmo cabos eleitorais de partidos políticos locais, viram nas associações de moradores um espaço para garantir votos.” (p. 192) Estabeleceu-se assim uma relação de mútuo interesse entre alguns líderes comunitários e os candidatos. Após eleito, Vilson Kleinübing estabeleceu como critério de atendimento à comunidade as Associações de Moradores; estas, então, se tornaram “canais intermediários entre o poder público e a população”.

Foi tamanha a demanda que em 1990 foi criado o Departamento de Assessoria às Associações de Moradores de Blumenau, com a finalidade de cadastrar e assessorar as associações já existentes, encaminhando as suas reivindicações, incentivando a criação de novas associações, oferecendo modelos de estatutos, auxiliando no processo de fundação e dando sugestões sobre como deveriam atuar junto às comunidades. Segundo Andrade (2005, p. 193)

A consequência da política implementada durante o governo Kleinübing foi a ingerência direta do poder público no movimento associativo de Blumenau, uma vez que os governos posteriores também seguiram essa prática tendo em vista sua eficácia no controle e cooptação das lideranças comunitárias. (...) a maioria das associações de moradores de Blumenau foi criada por indução do poder público municipal, excetuando-se, talvez, aquelas criadas por ocasião das duas enchentes de Blumenau. Entretanto, observa-se que, mesmo estas, foram criadas por influência do envolvimento das lideranças com iniciativas do poder público.

Essa relação de dependência criada entre prefeitura e comunidades, por intermédio dos líderes das associações, gerou uma situação de cumplicidade. Ou seja, para que suas demandas fossem atendidas, os líderes comunitários evitavam a quaisquer custos se colocarem em situação de oposição ao governo local. Essa relação, mesmo que impessoal, não conseguiu institucionalizar uma política pública sólida; afinal a comunidade deveria se colocar sempre na posição de “agradecimento” pelas benesses concedidas. As políticas públicas, nessa situação, foram dos governos, não conseguiram enraizar-se como políticas de Estado e também não estimulavam uma cultura política na sociedade. Em sua pesquisa, Andrade revela:

Das vinte e três associações pesquisadas, quatorze tiveram algum membro da diretoria como candidato a vereador, sendo que quatro chegaram a se eleger e um ficou como suplente. Diante desse quadro, foi possível concluir que as associações de moradores estavam sendo utilizadas como um “trampolim” político para determinadas lideranças conquistarem poder político. (...) Implantado de cima para baixo pelo poder público, com objetivo de despolitizar os setores populares, cooptando as suas lideranças e atendendo de forma clientelista algumas de suas demandas, o movimento comunitário de Blumenau, vêm se

expandindo, criando novas organizações sem lastro de representatividade junto às bases, ainda que organizadas em cima de demandas reais. (2005, p. 194)

Este padrão de relações entre Estado e Sociedade se aprofunda no momento em que se dá a reforma da Estrutura Administrativa Municipal, pois esta é implantada dentro de uma cultura política acostumada com as relações pessoais de troca de favores entre os membros do legislativo e executivo e população. Os resultados das eleições comprovam, dentre os eleitores de Blumenau, a busca por candidatos locais que conseguissem forjar uma imagem que possua as características legitimadas pelas elites locais.

5.3 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Para Theis (1998, p. 30) as associações de moradores (AMs) são o resultado do desenvolvimento de laços diretos de solidariedade entre relações de vizinhança, amizade, parentesco e compadrio para garantir a proteção imediata dos indivíduos diante de um clima social de medo. Suas origens estariam ligadas aos movimentos sociais urbanos que surgiram no encalço do desenvolvimento do processo urbano-industrial ocorrido no interior da sociedade brasileira. Para o pesquisador, “as demandas da população que se organiza em AMs giram em torno da esfera do consumo – que envolvem educação, transporte, atendimento médico e equipamentos sociais”, buscando assim melhores condições de vida para a população localizada em dada comunidade. Destaca-se que em Blumenau ocorreu um salto relativamente muito grande de criação das AM's, em um prazo de menos de dois anos o número dessas associações saltou de 15 em 1987 para quase 70 em 1989, tendo uma vertiginosa queda ao longo da década de 1990. De acordo com um levantamento estatístico, revelou-se que a maior causa para esse crescimento foi a “constatação de carência no bairro e abandono dos órgãos públicos.” (THEIS, 1998, p. 32) É claro que não se descarta a ação do poder público no que se refere ao incentivo de organização das AM's. Outra pesquisa (ANDRADE; BATISTA, 2010, p. 46) indica que além do fator “carência”, naquele momento estava ocorrendo o Programa do Leite (Governo Sarney) e as AM's eram as responsáveis pela distribuição dos tickets de leite para as famílias. Também se destaca que o incentivo ao surgimento das AM's foi feito por candidatos aos cargos eletivos nas eleições de 1988, que tinham seu discurso

centralizado no atendimento das reivindicações advindas dessas AM's. Para Andrade e Batista (2010), as AM's no contexto da cidade de Blumenau tendem a reproduzir uma lógica clientelista em relação ao poder público. Em relação à sua dinâmica interna, elas se caracterizam pela baixa participação coletiva sendo que assim que algumas demandas muito pontuais⁶⁰ e particulares são atendidas, ocorre a dispersão do interesse pela forma de organização.

Ao analisar essa experiência das AM's, Hillesheim (2000, p. 19) coloca o problema referente à troca de favores entre sociedade civil organizada e poder público em termos de cultura política. Para ele,

Em Blumenau, o discurso populista das administrações faz com que se perpetue ainda a visão conservadora sobre a gestão pública. Por isso, a idéia predominante é que são as figuras 'ilustres' da cidade que concedem a água, o asfalto, a creche, a escola, o ambulatório, melhoria no transporte, como se uma parcela da população não se mobilizasse para conquistar seus direitos. E, ainda, a população, mantendo uma relação com o governo local, impulsionada quase que exclusivamente por questões imediatas e regionalizadas, faz com que a visão sobre a gestão pública da cidade seja ainda muito restrita.

Essa discussão reacende o questionamento sobre as formas de participação da sociedade civil em um contexto democrático. Da mesma forma, joga luz sobre a reatualização de antigas estratégias do poder público em cooptar lideranças populares e converter o seu apoio em legitimidade política.

5.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A história dos movimentos sociais em Santa Catarina deve ser compreendida em relação ao processo de urbanização. Como esse veio a se consolidar apenas ao longo da metade do século XX, até a década de 1970, ainda é pouco presente a organização dos diferentes grupos em movimentos sociais. Pode-se citar como expressivos o movimento estudantil, representado em sua maioria pela União Catarinense de Estudantes (UCE) fundada em 1949, que se projeta a partir da campanha pela estatização do petróleo e se fortalece na década de 1960, principalmente relacionado a atuação da Juventude universitária Católica e Ação Popular⁶¹. Outro exemplo é a Associação de Mulheres

⁶⁰ As demandas particulares aqui citadas são as referentes ao atendimento do interesse privado: calçamento da rua e outros pequenos favores clientelistas.

⁶¹ Como se sabe, durante o período do regime militar e mesmo durante o processo de redemocratização, a igreja católica foi um importante ator na organização e auxílio aos movimentos populares.

Catarinenses (AMC), movimento reivindicatório por direitos sociais como a igualdade salarial para as mulheres, a construção de creches etc. Algumas pessoas ligadas ao AMC possuíam vínculo com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na década de 1960, podem ser citados também sinais de resistência sindical, em grande parte, influenciados pela Confederação Geral dos Trabalhadores. Assinala-se também a presença de organização dos trabalhadores mineiros na região sul do Estado. Nesse caso, a presença de partidos como o PCB e PTB e cooperação da UCE, é de grande importância na luta trabalhista. Na cidade de Florianópolis, podemos citar a organização dos bancários, que em 1961 aderem à greve nacional e à Associação dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica. No Vale do Itajaí, apesar da forte presença da indústria, a relação entre trabalhadores e patrões se dá através de formas paternalistas de dominação, fato esse que impede uma maior organização operária. Com o golpe militar de 1964, essas poucas experiências de organização são duramente reprimidas e entram em estado de latência.

A volta da organização dos grupos sociais acontece apenas no final da década de 1970, em parte sustentado pelo apoio e alguns setores mais progressistas da Igreja Católica. O movimento estudantil marca sua volta em 1985, quando da vinda do presidente João Figueiredo até a cidade de Florianópolis, a fim de assinar um protocolo para a construção da Sidersul⁶², no que foi chamada *Novembrada*. Em meio a uma série de arrochos salariais do contexto de crise desse período, foi organizado para o solene evento uma festa comunal (RIBEIRO, 2005) com direito a itinerário pela cidade e discurso em praça pública. Em resposta, o DCE resolve organizar uma manifestação contrária, que com o desenrolar dos fatos, acaba sendo consubstanciada pela população local. Como resultado, a vinda do presidente Figueiredo acaba em quebra-quebra.

Já em Blumenau, cidade que por um longo período de tempo terá grandes dificuldades em organizar e desenvolver uma mobilização sindical mais consistente, nos anos 80 viverá uma mudança significativa que terá como momento fulcral o ano de 1989⁶³. Para Ribeiro (2005, p. 97)

O ano de 1989 é um ano de referência para o sindicalismo brasileiro, bem como para os trabalhadores têxteis de Blumenau e região, por causa da greve geral dos dias 14 e 15 de março. Logo após a eleição da nova diretoria, inicia-se um ciclo

62 Sidersul é o nome de uma empresa de produtos siderúrgicos localizada em Florianópolis e que ainda atua no setor.

63 Pela primeira vez na história de Blumenau, os sindicatos têxteis conseguem eleger uma chapa de oposição.

grevista em Blumenau, que culmina com a paralisação de 90% da categoria dos têxteis, no dia em que antecede à greve geral, o que corresponde a aproximadamente 44 mil operários de braços cruzados na cidade, que permanecem mobilizados nestes dias. Este acontecimento constitui-se em um marco par as lutas da cidade e da região.

Durante os anos 80 se desenvolvem alguns movimentos sociais que tem em seus objetivos a mobilização por novas demandas. Entre eles, podemos citar aqueles de caráter ambientalista, étnico, feminista, de artistas, movimento negro entre outros, que em sua maioria estiveram presentes principalmente nas cidades litorâneas. Mesmo assim, Blumenau espelha essa realidade, ainda que se deva considerar que essas demandas figurem como coadjuvantes em contraposição às forças daquelas organizações como das AM's e sindicatos. Na verdade, esses grupos começam a se estruturar apenas ao longo da década de 1990, ganhando espaço apenas na primeira década do século XXI. Como mostra a tabela a seguir, fruto de uma pesquisa que levando os dados referentes à década de 90:

TABELA 10 – MOVIMENTOS SOCIAIS EM BLUMENAU E REGIÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS EM BLUMENAU E REGIÃO	Nº DE REGISTROS
Movimento de Bairro	219
Movimento Ambientalista	08
Movimento Indígena	29
Movimento Estudantil (secundaristas e universitários)	11
Movimento de Mulheres	08
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	05
Outros	26
Movimentos de Pequenos Agricultores	09
Movimento Sindical Setor Privado	21
Movimento Sindical Setor Público Estadual	37
Movimento Sindical Setor Público Municipal	35
Total de Registros	408

FONTE: RIBEIRO (2005, p.144)

No mapeamento dos diferentes grupos e movimentos presentes no contexto da cidade de Blumenau nas décadas de 1980 e 1990, não conseguimos encontrar registros de organizações que tinham em seus objetivos a mobilização pela ampliação dos direitos dos jovens. Em se tratando da questão da juventude, está presente na cena quase que exclusivamente os grupos de jovens organizados em torno de uma militância política

partidária. A organização dos jovens na base dos diferentes partidos mostra que estes espaços, por serem canais institucionais com maior legitimidade perante o governo municipal e elites políticas, apresentam-se como de maior capacidade de aglutinar as demandas por políticas de juventude. Ressalta-se que os outros grupos que foram apresentados na tabela acima possuem em sua organização interna jovens engajados, contudo, a temática de políticas de juventude aparecem nesses grupos de forma muito transversal não entrando na pauta de reivindicações dos coletivos⁶⁴.

64 Apesar de percebermos que o tema da organização desses movimentos de jovens em torno de pautas específicas – meio ambiente, movimento negro, arte e cultura, movimento estudantil – serem de fundamental importância para a compreensão da realidade local no final da década de 1980, foi considerado que por motivos de tempo e limite inerentes ao problema da pesquisa, não nos aprofundamos na descrição dessas formas de organização da juventude.

6 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo será realizada uma discussão sobre políticas públicas, em particular aquelas destinadas ao atendimento aos jovens. Nesse sentido, a discussão sobre políticas públicas é importante para a compreensão da dimensão institucional dos marcos legais que permeiam as políticas para juventude. Apesar de seu caráter formal, estas servem como diretrizes e alicerces de ações políticas, como aquelas presentes na criação da DAJ. É então necessário compreender a que tipo de “problemas” as políticas públicas respondem e de que forma podem ser postas em prática. Estes são os tópicos que serão abordados neste capítulo.

6.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Se buscamos realizar uma discussão sobre a criação da DAJ, e se partimos do pressuposto que esta é uma forma de institucionalizar um mecanismo ou espaço de gestão da política pública de juventude no âmbito municipal, devemos antes fazer algumas considerações sobre as políticas públicas. Em primeiro lugar, tomemos como definição de política pública o seguinte:

Políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação decisória. (AMABILE, 2012, p. 390)

Apesar de ser uma definição abrangente, podemos retirar da conceituação acima algumas ideias que nos permitem pensar o objetivo de se criar um espaço destinado a elaboração e/ou execução de uma política de juventude. Primeiro, cabe ressaltar que as políticas públicas dizem respeito a uma forma de o Estado satisfazer alguma demanda de ordem pública. Nesse sentido, em última instância, é o Estado o responsável direta ou indiretamente pela política, e as demandas são de origem coletiva/pública mesmo que correspondam a necessidade de grupos ou movimentos singulares.

Outro ponto essencial é considerar que as sociedades contemporâneas são constituídas de uma grande diversidade de grupos de interesse muitas vezes conflitantes. A sociedade possui, como constitutivo de sua dinâmica interna, conflitos de interesses, quer sejam por conta de diferenças de classe, étnica, gênero, geração., etc. Sabendo disso, podemos problematizar a ação do Estado quando elabora uma política pública e nos perguntarmos: em que medida ele consegue resolver os conflitos internos da sociedade? Sobre esse ponto, torna-se interessante trazer para o texto a conceituação de política pública elaborada por Rua (1998, p. 731 – 732)

proponho o entendimento das políticas públicas como conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem atividade política, compreendida esta como o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos a bens públicos. (...) as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que logram ser incluídas na agenda governamental

Com essa afirmação a autora pretende ressaltar a importância da formação de uma agenda governamental para que as demandas ultrapassem a situação de *estados de coisas*⁶⁵. Nesse sentido, a ação do Estado não se restringe apenas as questões técnicas planejadas pela administração pública. As decisões ocorrem justamente no campo da disputa política.

Pode-se então afirmar que uma variável importante a ser considerada quando se discute o surgimento de uma política pública é a dimensão conflituosa de disputa por recursos em uma dada sociedade. Assim, ao discutir sobre a concepção de *policy arena*⁶⁶, Klaus Frey (p. 223) destaca que essa se refere “aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com o seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.” Considerando também que “as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo político de decisão e de implementação”.⁶⁷

65 Podem ser caracterizados por “situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas.” (RUA, 1998, p. 733)

66 Sendo este um conceito dentro da discussão da abordagem de *policy analysis*.

67 Segundo o autor: “1. Políticas distributivas são caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, visto que políticas de caráter distributivo só aparecem distribuir vantagens e não acarretam custos – pelo menos diretamente percebíveis – para outros grupos (...) Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios.; 2. Políticas redistributivas, ao contrário, são orientadas para o conflito. (...) O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos. (...) 3. Políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos referentes aos custos e benefícios não são

A partir desse prisma, podemos pensar que analisar uma política pública de juventude ou o processo de sua institucionalização, deve levar em conta o contexto específico de seu surgimento e os atores envolvidos nessa arena de disputa, diálogo e conflito.

Neste capítulo ainda é necessário fazermos uma discussão sobre o surgimento de políticas de reconhecimento. Situar em que medida estas impactam na atuação do Estado e de que forma elas são postas pelos grupos de interesse. A discussão sobre políticas públicas também permite criar mecanismos de avaliação das ações, enriquecendo o tema específico das políticas de juventude. Ainda é preciso discutir melhor, a fim de situar a criação de DAJ enquanto espaço dedicado à gestão da política pública de juventude no município.

6.2 MARCOS LEGAIS DA POLÍTICA DE JUVENTUDE

Ao buscarmos compreender como se deu o processo de criação da DAJ tentamos resgatar a discussão em torno da forma como o poder público cria ações destinadas a lidar com o público jovem. Com isso deve-se destacar que a criação da DAJ não foi o marco inicial destas formas de ação do Estado. Antes mesmo de existir algum espaço que tenha desenvolvido uma política específica para a juventude, outros programas e ações, direta ou indiretamente, acabavam contemplando a população jovem. O que torna então relevante a pesquisa sobre esse processo de institucionalização? A relevância está em explicar quais os fatores que levaram, de forma “precoce”⁶⁸, ao poder público assumir um compromisso em específico com a população jovem. Ou seja, naquele momento considerou-se que para além das políticas que já atendiam os jovens, era necessário algum espaço que permitiria uma ação que fosse focalizada. Já tendo feito uma breve discussão acerca das políticas públicas, vamos apontar alguns marcos importantes que nos auxiliam na compreensão da relação entre uma política de juventude e a criação da

determináveis de antemão; dependem da configuração concreta das políticas. (...) 4. Políticas constitutivas (...) determinam as regras do jogo em com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais as quais vêm sendo negociadas a configuração específica das políticas.” (FREY, p. 223 - 224)

68 No sentido que a experiência da cidade de Blumenau praticamente não possui precedentes. Mesmo que não esteja sendo discutida a qualidade da ação e de seus efeitos.

DAJ.

Ao longo do tempo, os jovens como foco de uma política, estavam inseridos em uma posição muito ambígua, no sentido que eram atendidos por políticas destinadas a públicos que se ligavam aos jovens, mas não eram políticas apenas para os jovens. A juventude, muitas vezes, é afetada por políticas que não são pensadas exclusivamente para ela⁶⁹. Como exemplo, políticas destinadas às crianças e adolescentes podem “esbarrar” nos jovens, da mesma forma políticas de emprego, saúde, educação. Vamos então tentar apontar o desenvolvimento dessas políticas ao longo do século XX, no contexto brasileiro.

Em 1927, com o Código de Menores sancionado pelo Decreto nº 17.943, o Estado brasileiro dá seus primeiros passos em relação a uma política voltada às crianças e adolescentes. O objetivo da Lei era submeter a uma autoridade competente todos aqueles jovens menores de 18 anos que estivessem em situação de abandono ou delinquência aplicando medidas de proteção e assistência. Eram considerados abandonados todos aqueles jovens que não tivessem ou uma habitação certa ou meios de subsistência, quer seja pelo fato dos pais estarem desaparecidos, desconhecidos, falecidos, presos, etc., quer por sofrerem de maus tratos, privados de alimentação ou submetidos a formas de trabalho ou condições de vida contrárias a moral e os “bons costumes”. Era uma forma de estender a ação do Estado a todos jovens e crianças que estivessem, aos olhos das autoridades, em uma situação de carência e delinquência.

O Código de Menores também instituía como proibido o trabalho para menores de 12 anos de idade. Previa a internação provisória de menores abandonados e delinquentes em abrigos subordinados a um Juiz de Menores. Dessa forma o Código de Menores foi o responsável por alterar a concepção legal sobre a condição do menores, implicando tanto em um olhar menos punitivo e mais assistencialista, ao mesmo tempo que alude a concepção de vulnerabilidade e incapacidade dessas crianças e jovens⁷⁰.

A Constituição de 1934, avança a proibição referente ao trabalho de menores de 14 anos e também fica estabelecido que é vedado o trabalho noturno de menores de 16 anos. E aos menores de 18 anos, é proibido o trabalho em indústrias insalubres. Aqui a regulação do trabalho e regras referentes a saúde ajudam a delimitar a própria condição dos jovens.

Na Constituição de 1937, fica estabelecido que a infância e a juventude devem ser

69 Não estamos aqui defendendo a necessidade de que a juventude precise apenas de políticas pensadas exclusivamente para si. Apenas estamos tentando resgatar a discussão em torno das políticas de juventude.

70 Não estamos aqui problematizando os avanços desse marco regulatório, apenas aludimos a sua relação com o processo de institucionalização de uma política.

objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado; este deverá tomar todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades. Também é considerado que o abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação. Considera também que o Estado deve ser responsável pela garantia de conforto e cuidados indispensáveis à preservação física e moral. Declara que é de dever da nação, dos estados e dos municípios assegurar às crianças e jovens a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

Em 1940, o Código Penal institui que menores de 18 anos são considerados inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas em legislação especial. Esse conjunto de marcos legais, independente da sua eficácia na garantia de melhores condições de vida para os jovens, acaba por significar regras e normas que vão se consolidando como os mínimos que o Estado não pode se esquivar de garantir.

Em 1941, sendo subordinado ao Ministério da Justiça, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que funcionava como um sistema penitenciário para menores de idade. As concepções sobre crianças e jovens, na medida em que ganham esse contorno legal, refletem a mudança da sociedade em relação ao que esperar e como se comportar em relação a essa parcela da população, implicando na crescente separação geracional⁷¹.

Em 1964, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi incorporado à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), ficando responsável pela formulação e implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Para isso são criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM's), com atenções específicas de observarem a política estabelecida e executarem, em nível estadual, as ações focalizadas para os jovens. Para Silva (2011, p. 666) essa política significou “um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítima de omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos.”

Em 1965, a Organização das Nações Unidas (ONU) elabora um importante documento que trata da importância de se garantir ao segmento jovem das populações o direito a um futuro de paz, liberdade, justiça e felicidade. *A Declaração Sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*.

Em 1968, o Fundo das Nações Unidas para Infância firmou acordo com o governo

71 No sentido em que fica mais claro a distinção entre crianças e jovens dos adultos.

brasileiro, com isso o Brasil estaria assumindo formalmente o seu compromisso com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. Contudo, apesar desse acordo formal que buscava a valorização da infância e da família, na prática, a situação no Brasil era ainda muito autoritária e foi mesmo radicalizada pelos atos institucionais do regime militar.

O Ministério da Providência e Assistência Social, em 1974, incorpora a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor e, através de uma atuação centralizada, busca por meio das estruturas estaduais, dirigir de forma coercitiva a política de internação às crianças e adolescentes carentes, abandonados e infratores.

Em 1979, foi promulgada a Lei nº 6697 que reformula o Código de Menores, consubstanciando a doutrina de situação irregular do menor, segundo o qual os menores são sujeitos de direitos quando em estado de patologia social definida legalmente. Destacam-se os aspectos punitivos e autoritários em relação à ação do Estado para com os jovens. Crianças e jovem pobres e marginalizados são considerados como elementos de ameaça à ordem vigente. O Código atuava no sentido de reprimir, corrigir e integrar os supostos desviantes.

Foi então a partir de 1980 que a crescente organização da sociedade contra a ditadura e em favor da liberdade e da democracia, conjuntamente com um processo de crise de legitimidade do regime militar, levou à redemocratização da sociedade e do Estado brasileiro. Entre o conjunto de mudanças destacam-se a reconquista dos direitos de expressão individual e coletiva, de organização popular e partidária, de greve, de voto, o maior espaço para atuação dos movimentos sociais e contestatórios, etc. O conjunto de mobilizações sociais de 1984/1985, culminou nas eleições diretas para presidente da república. Com destaque para o movimento das *Diretas-Já* que contou com ampla participação dos jovens, o movimento pela anistia, organização dos trabalhadores e abertura política e cultural.

Em relação à situação das crianças e jovens, ao longo da década de 1980 ocorreu todo um movimento de crítica ao Código de Menores de 1979. Deve-se considerar o papel de entidades nacionais e internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), em 1985 a Organização das Nações Unidas (ONU) celebrou o *Ano Internacional da Juventude: participação, desenvolvimento e paz*, assim como sua Assembléia Geral que enfoca novamente a importância da juventude e a compreensão de sua pluralidade, a já comentada Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), a Secretaria de Assistência Social, e toda uma mobilização nacional

envolvendo a denuncia da precariedade da situação das crianças de rua. De fundamental importância foi o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Em grande medida esse movimento representou não apenas uma crítica à situação das crianças e jovens, como propôs uma série de questões para a elaboração futura do Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive a criação do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Criança e do Adolescente de 1988. Este era composto por entidades não governamentais. Reafirmando esse ponto de vista, nas palavras de Silva (2011, p. 667)

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recente. No Brasil, o reconhecimento da criança e do adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos de 1980, que culminaram com a realização, em 1985, do “Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a Criação do Movimento Meninos e Meninas de Rua.

Contudo, mesmo levando em conta os grandes avanços propiciados pelo processo de redemocratização da década de 80, somado ao conjunto de discussões e parâmetros já amadurecidos por entidades e organizações internacionais, as questões relacionadas aos problemas enfrentados pela população jovem brasileira ganharão respaldo institucional mais sólido⁷² apenas ao longo dos anos subseqüentes, na metade da década de 1990, e mesmo assim, de forma tímida e pouco coordenada. A pesquisadora Helena Abramo (1997, p. 25 - 26), deixa claro que “Com relação às políticas públicas, é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como foco diferenciado do das crianças, para além da educação formal.” A maior parte das ações referiram-se a programas que estabeleceram como público os jovens em situação de pobreza, marginalidade ou conflito com a Lei, visando, assim, a diminuição das dificuldades de integração social dessa parcela excluída da população.

Retomando a discussão de Rua (1998, p. 739), acerca da diferenciação entre uma situação que se configura como *problema político*⁷³ ou *estados de coisas*, a condição dos jovens indica que as demandas por políticas públicas “permanecem como estados de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento – sem

⁷² Estamos aqui nos referindo as pesquisas realizadas ao longo da década de 90 que tentam compreender melhor a situação dos jovens no Brasil, e também, fazemos referência aos marcos legais e instituição da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) em 2004 e Estatuto da Juventude em 2013.

⁷³ No sentido de ter sido inserido na agenda governamental.

chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos.” Em parte podemos justificar essa situação por outra característica das políticas de juventude. Essas são marcadas por programas muito específicos, que atendem um público restrito. Tal condição diz respeito também à parca existência de condições institucionais favoráveis ao estabelecimento de regras, normas e diretrizes que orientem uma política de juventude com força nacional, mas que possua penetração local.⁷⁴

A este respeito a pesquisadora Maria Kerbauy (2005, p. 194), estabelece a distinção entre políticas públicas e políticas de governo. Segundo a autora, “as políticas públicas implantadas caracterizam-se por ser reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos referentes ao período juvenil, a fim de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania”. Faltaria então um projeto político mais amplo na elaboração de políticas, ultrapassando as ações que visam apenas mitigar “problemas sociais” emergenciais tendo como objetivo as demandas pontuais e de curto prazo. Novamente, o problema estaria na formação de uma agenda que mais exclui do que inclui os jovens. As políticas acabam se limitando a serem políticas de governo, frágeis, principalmente pela incapacidade de se prolongarem ao longo do tempo ou mesmo absorverem as experiências passadas.

Além de situar o marco legal, é preciso, agora, “qualificar” melhor qual o significado e impacto desses. O caráter formal das leis não é suficiente para compreender a situação “real” dos jovens ao longo do século XX.

6.3 MARCOS LEGAIS DA POLÍTICA DE JUVENTUDE EM SANTA CATARINA

A política de juventude adotada no Estado de Santa Catarina deve ser pensada em consonância com as diretrizes e marcos legais da política nacional, inexistindo registros para uma descrição diferente. Contudo, nas últimas décadas do século XX é possível perceber algumas iniciativas que permitem traçar o perfil adotado pelo Estado em relação à juventude.

Até o início dos anos 1980 a política de juventude em Santa Catarina foi marcada por uma legislação sem características que permitiriam destacar alguma iniciativa distinta

⁷⁴ Estamos aqui nos limitando a contextualizar o período em que se insere a pesquisa, sendo assim excluído os avanços ocorridos ao longo do século XXI.

ou específica para atendimento dos jovens. Limitou-se a seguir os parâmetros determinados o plano nível nacional e a tornar de utilidade pública algumas entidades que reuniam jovens: quer fossem entidades destinadas ao atendimento de jovens em situação de carência e “marginalidade”, quer grupos que foram e são espaços de socialização, principalmente relacionadas ao escotismo. Como exemplo, podemos citar: a lei n.º 4.903, de 29 de junho de 1973 que declara de utilidade pública o Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação, com sede e foro na cidade de Itajaí; a lei n.º 1.543, de 20 de outubro de 1956 que declara de utilidade pública a Associação dos Escoteiros de Laguna, com sede na cidade de Laguna; a lei n.º 3.301, de 31 de agosto de 1963 que considerada de utilidade pública o Grupo Escoteiro de Videira, pessoa de direito privado com sede e foro na cidade de Videira; a lei n.º 4.252, de 13 de dezembro de 1968 que cede, por doação, ao escoteiro “São Jorge”, da cidade de Mafra, uma área de terras pertencente ao Estado, a área a que se refere o artigo anterior se destina, exclusivamente, à edificação da sede do grupo de escoteiros; a lei n.º 4.094, de 27 de novembro de 1967 que declara de utilidade pública o “Grupo Escoteiro Ronaldo Dutra”, com sede e foro na cidade de Joinville; a lei n.º 5.212, de 03 de junho de 1976 que declara de utilidade pública o Clube de Jovens Grupo Organizador Paz e Amor – GOPA –, com sede no município de Rancho Queimado e foro na comarca de Palhoça; a lei n.º 3.348, de 28 de novembro de 1963 que declara de utilidade pública a “Associação Católica Catarinense das Obras de Proteção à jovem”, com sede e foro na cidade de Florianópolis e filiada à “junta brasileira da associação católica das obras de proteção à jovem”, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Em paralelo, alguns municípios do Estado também aprovam Leis semelhantes, declarando de utilidade pública algumas entidades e cedendo terras e espaços para a organização e sede dos grupos. Algumas entidades também acabam recebendo doações e crédito para o seu funcionamento, as quais serão elencadas mais adiante.

Quando do governo estadual de Jorge Bornhausen (1979 – 1982), é instituída a Lei N.º 5.867, de 27 de abril de 1981 que dispõe sobre a concessão, pelo Estado, de subvenções sociais às instituições de caráter privado, em seu conteúdo autoriza concessão de subvenções sociais, pelo Estado, estendidas, exclusivamente, às entidades que realizem quaisquer serviços sociais ou atividades que visem o desenvolvimento cultural, e promovam o amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual e físico e também a organização da juventude. É a partir dessa iniciativa que se possibilita maior apoio, por parte do Estado, às entidades já institucionalizadas ao

longo dos anos.

Já no governo de Esperidião Amin (1983 – 1986), através do Decreto Nº 19.244, de 15 de Março de 1983, é criada a Sub-chefia de Assuntos da Juventude que funciona dentro da estrutura organizacional da Casa Civil. Através do Decreto Nº 20.400, de 25 de Outubro de 1983 institui a Subsecretaria da Casa Civil Para Assuntos da Juventude, que tem em sua estrutura internar os seguintes órgãos: a Unidade de Projetos e Cooperação Juvenil; e a Unidade Para Assuntos Universitários. Segundo o mesmo documento, em seu artigo Art. 12, declara que à Subsecretaria da Casa Civil Para Assuntos da Juventude compete:

I - Através da Unidade de Projetos e Cooperação juvenil:

- a) - coordenar, supervisionar e avaliar a execução de planos, programas e projetos de intercâmbio com órgãos públicos ou entidades privadas ligados à juventude;
- b) - definir os objetivos e metas que devem nortear a ação governamental em benefício dos jovens, tendo em vista suas necessidades e aspirações;
- c) - coordenar estudos e pesquisas, que permitam coletar e classificar dados referentes a assuntos de interesse da juventude nos setores político, social, cultural, esportivo e artístico, com vistas ao seu aproveitamento e aprimoramento;
- d) - assessorar os setores juvenis da comunidade catarinense, na formulação de programas, projetos e atividades;
- e) - manter intercâmbio de informações com organismos similares, sobre assuntos e problemas específicos da juventude;
- f) - promover seminários, simpósios e cursos de atualização sobre assuntos de interesse da juventude; e
- g) - desenvolver outras atividades relacionadas com assuntos da juventude, no âmbito de sua competência.

II- Através da Unidade Para Assuntos Universitários:

- a) - coordenar, supervisionar e avaliar a execução de planos, programas e projetos com instituições universitárias estaduais e federais e com fundações educacionais;
- b) - desenvolver articulações permanentes com as Universidades Federal e Estadual e com as Fundações Educacionais, através dos respectivos Diretórios Acadêmicos, com o objetivo de identificar suas reais necessidades;
- c) - detectar, classificar e Informar às instituições universitárias, a necessidade de estagiários nos setores público e privado;
- d) - manter contatos com instituições financeiras no sentido de criar linhas de crédito destinadas à aquisição de materiais, equipamentos e instalações; e
- e) - desenvolver outras atividades relacionadas com assuntos universitários, no

âmbito de sua competência.

Em relação ao Subsecretário compete: I - assessorar o Secretário, em matéria relacionada com a juventude; II - assistir o Secretário nas audiências; III - emitir parecer sobre assuntos submetidos a sua apreciação; IV - desempenhar missões de natureza política e administrativa, determinadas pelo Secretário; e V - exercer outras atribuições determinadas pelo Secretário.

Outros decretos criados posteriormente acabaram tornando de utilidade pública mais alguns grupos e associações. Novamente, são privilegiadas as associações de amparo às crianças e jovens, assim como os grupos de escoteiros. Podemos citar como exemplo: a Sociedade Civil Desafio Jovem Maranata de Brusque, para jovens dependentes químicos; A União da Juventude Socialista; Associação Do Grupo De Jovens Pentecostais O Brasil Para Cristo, fixados na cidade de São Miguel D'Oeste, de cunho religioso; O grupo Juventude Unida da Comunidade (JUNAC II) da cidade de São José; Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude, do município de Galvão; declara também de utilidade pública a Câmara Júnior do Estado de Santa Catarina, que mais tarde se transforma na Câmara Mirim, amplamente presente nos municípios no dias de hoje; Associação Juventude Unida Rio-Cedrense, com sede no município de Rio dos Cedros; Grupo Jovem Esperança Cristo, de São José; Instituição Evangélica Desafio Jovem De Ultima Hora, da cidade de Criciúma; Grupo de Jovens Esperança, de Romelândia; Grupo Jovem Novo Sol, de Florianópolis e de cunho religioso; Associação Jovem 13 de Maio, com sede em São José. Estes grupos, ao longo da década de 1980, seguem o mesmo padrão já descrito acima, recebendo alguns benefícios como crédito e terrenos, talvez com exceção para a União da Juventude Socialista.

Durante o Governo Vilson Kleinübing (1991 – 1994), com a Lei nº 8.230, de 15 de Janeiro de 1991, é criado o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) no Estado de Santa Catarina, que tem como pressuposto legal e diretriz geral o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estabelecendo então, em seu artigo 2º, as seguintes como competências do CEDCA:

- I - formular a política de promoção, defesa e proteção integral da criança e do adolescente, através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, do Estado e dos Municípios;
- II - acompanhar e controlar a execução da Política Estadual da Criança e do Adolescente;
- III - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da

promoção, proteção integral e defesa da criança e do adolescente;

IV - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições estaduais e municipais governamentais e não governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político administrativa contemplada na Constituição Federal;

V - difundir as políticas sociais básicas, assistenciais em caráter supletivo e de proteção integral;

VI - dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente, que lhe forem formuladas, controlando a execução das medidas necessárias a sua apuração;

VII - oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses da criança e do adolescente;

VIII - definir com os Poderes Executivo e Legislativo Estadual, o percentual e a dotação orçamentária a ser destinado à execução das Políticas Sociais Básicas (Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Justiça, Saneamento Básico, Habitação, Trabalho) e Políticas Assistenciais destinadas à criança e ao adolescente, e acompanhar a sua aplicação;

IX - definir a política de captação, administração e aplicação dos recursos financeiros, que venham a constituir o Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA), em cada exercício;

X - registrar todos os programas e projetos governamentais e não governamentais no âmbito do Estado, mantendo atualizado o cadastro;

XI - elaborar o Regimento Interno do Conselho, que deverá ser aprovado, por 2/3 (dois terços) de seus membros; e

XII - manter comunicação com os Conselhos Estaduais congêneres, bem como, com os Conselhos Nacional e Municipais, e com organismos internacionais que tenham atuação na proteção, defesa e/ou promoção dos direitos e interesses da criança e do adolescente.

Este conselho foi estruturado de tal forma que era composto por 26 membros efetivos. Sendo que sua distribuição deve ser paritária entre representantes governamentais e não governamentais. Foi estabelecido então que devem ser escolhidos 1 membro, entre os representantes governamentais, dos seguintes órgãos: Casa Civil - Subsecretaria para Assuntos da Juventude, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado do Trabalho e do Desenvolvimento Comunitário, Secretaria de Estado da Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, Polícia Militar, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Ministério da Ação Social. As entidades não governamentais seriam eleitas através de fórum realizados entre entidades de defesa, pesquisa e estudos da/sobre os jovens.

Em 1991, através do Decreto Nº 6.427 de 22 de Janeiro, foi alterado a organização da própria Subsecretaria da Casa Civil de Assuntos da Juventude assim como as competências do respectivo Subsecretario. Como prescrito no documento:

Art. 27 - A Subsecretaria da Casa Civil para Assuntos da Juventude, subordinada diretamente à Direção Geral, compete:

- I - coordenar, supervisionar e avaliar a execução de planos, programas e projetos de intercâmbio com órgãos públicos ou entidades privadas ligados à juventude;
 - II - definir os objetivos e metas que devam nortear a ação governamental em benefício dos jovens;
 - III - coordenar estudos e pesquisas que permitam coletar e classificar dados referentes a assuntos de interesse da juventude nos setores político, social, cultural, esportivo e artístico, com vistas ao seu aproveitamento e aprimoramento;
 - IV - assessorar os setores juvenis da comunidade catarinense, na formulação de programas, projetos e atividades;
 - V - manter intercâmbio de informações com organismos similares, sobre assuntos e problemas específicos da juventude;
 - VI - promover seminários, simpósios e cursos de atualização sobre assuntos de interesse da juventude; e
 - VII - desenvolver as demais atividades relacionadas com assuntos da juventude, no âmbito de sua competência ou sobre outros assuntos que lhe forem conferidos pelo secretário.
- Capítulo VIII

Art. 39 - São atribuições do Subsecretário da Casa Civil para Assuntos da Juventude:

- I - assessorar o Secretário, em matéria relacionada com a juventude;
- II - planejar, programar, avaliar, organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar a execução das atividades da Subsecretaria da Casa Civil para Assuntos da Juventude;
- III - emitir parecer sobre assuntos submetidos a sua apreciação;
- IV - desempenhar missões de natureza política e administrativa, determinadas pelo Secretário; e
- V - exercer outras atribuições determinadas pelo Secretário.

A nível estadual, no período da administração Vilson Kleinübing, é criado Programa Estadual de Juventude Rural, através da Lei Nº 8.939, de 29 de dezembro de 1992, que altera o artigo 14 da Lei nº 8.240, de 12 de abril de 1991. Fica sob responsabilidade da Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento, que deve dar apoio ao jovem rural, e também, segundo o conteúdo do documento:

- I – dar oportunidade aos Jovens Rurais para que adquiram maiores conhecimentos através de orientações, técnicas, sociais, econômicas e organizacionais, sendo assim agricultores, profissionais e participativos do processo de desenvolvimento do meio em que vivem;
- II – conscientizar o jovem da importância em assumir, de forma consciente e organizada, sua propriedade ou entidade representativa;
- III – transmitir aos Jovens conhecimentos e informações associativas;
- IV – despertar no Jovem Rural a necessidade de planejamento e condução correta e racional da propriedade agrícola como um todo;
- V- formar liderança para que no futuro tenham condições de assumir, de forma consciente e responsável, os destinos das entidades que o representa;
- VI – promover debates sobre problemas da juventude rural no Estado, buscando-se a discussão, análise e definição de ações visando a solução dos problemas;
- VII – promover maior participação da juventude rural na solução de seus problemas;
- VIII – discutir alternativas para uma maior fixação dos jovens Rurais à terra.

O responsável que foi designado para a execução do programa foi a Empresa de

Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A - EPAGRI, sob supervisão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, a qual deverá fornecer os recursos suficientes para a execução das ações do programa.

Em síntese, em relação aos governos de Bornhausen, Amin e Kleinübing, houve preocupação em institucionalizar secretarias, entidades e programas destinados aos jovens catarinenses. Em paralelo, foi constatado um movimento semelhante no interior das prefeituras. O perfil das ações e entidades também se assemelha.

Em Blumenau chamou a atenção alguns grupos de escoteiros, que receberam tratamento muito aproximado ao que pode ser percebido a nível estadual. Entre eles podem ser citados: Grupo de Escoteiros Curt Hering, Grupo de Escoteiros Teófilo Bernardo Zadrozny, Grupo Escoteiros Blumenau, Grupo de Escoteiros do Ar Pelicano, Grupo de Escoteiros do Ar Ícaro do Sul, Grupo de Escoteiros Leões de Blumenau, e o mais tradicional atuando desde 1956, Grupo de Escoteiro Cruzeiro do Sul. Apesar de não ter abordado o assunto em específico é de conhecimento comum a ligação dos grupos de escoteiros com a maçonaria e elite local. A importância dos escoteiros em Blumenau está relacionado com o seu posicionamento ideológico próximo à elite local e de tradição germânica. O que permite compreender como estes grupos acabam sendo utilizados como base “popular” de apoio político para estes grupos dominantes e, por conta disso, estão presentes, nos projetos encaminhados à Câmara, como membros nos Conselho de Juventude em Blumenau. Como assinalado por Thomé (2006, p. 180):

O movimento escoteiro foi duramente prejudicado no Brasil por seu envolvimento com organizações teuto-brasileiras na Região Sul, principalmente logo após a decretação do Estado Novo, a 10 de novembro de 1937 e, com mais intensidade, com as campanhas de nacionalização do ensino, empreendidas pela ditadura na Nação e pelos interventores estaduais, entre 1939 a 1943, atingido que foi pelas muitas similaridades do Escotismo com o movimento da Juventude Hitlerista (Hitlerjugend) no Brasil.

Como já colocado, sobre o limite da descrição do marco legal referente à juventude, é necessário discutir melhor os impactos das Leis e Decretos que legislam sobre a política de juventude. Considerando que a criação da DAJ pode ser compreendida como algo já prescrito pela legislação estadual, contudo exigia determinadas condições, no plano local, para ser posta em prática. Cabe aqui considerar melhor a relação entre o caráter formal da legislação e as condições reais de criação da DAJ.

6.4 A DIVISÃO PARA ASSUNTOS DA JUVENTUDE

A Divisão para Assuntos da Juventude (DAJ), na cidade de Blumenau, foi uma criação da gestão do governo municipal do prefeito Vilson Kleinübing⁷⁵. Kleinübing esteve à frente da prefeitura de Blumenau entre 1989 e 1990, ano em que se lança candidato ao cargo de governador do estado, elegendo-se e assumindo a função em 1991. Em seu lugar assume o governo do município, seu vice, Victor Fernando Sasse.

A DAJ foi um órgão criado com o objetivo de planejar, gerir e executar a política de juventude no município. Estava subordinada ao Departamento de Ação Comunitária, que por sua vez estava subordinado ao Gabinete do Prefeito. A DAJ foi composta, no momento de sua criação, apenas por um pessoa, Sergio Hofmann, que assume então o cargo de Chefe da DAJ. Quando o vice-prefeito, Victor Fernando Sasse, assume a prefeitura em 1991, altera, novamente a estrutura administrativa do município⁷⁶, subordinando então a Divisão para Assuntos da Juventude ao Departamento de Bem-Estar Social, e subordinando esse à Secretaria Municipal de Ação Comunitária.

Em 1989, Sergio Hoffmann era então o presidente da Juventude Democrática – JD em Blumenau. Naquele momento, o pleito eleitoral ao governo municipal dividia duas lideranças dentro da possível coligação PDS - PFL. De um lado Wilson Rogério Wandall⁷⁷ pelo PDS e do outro Vilson Kleinübing pelo PFL. Durante a campanha eleitoral Vilson Kleinübing foi ganhando destaque na cena local. Era considerado um

“político muito competente, trazia um ar de integridade e capacidade técnica”. (Sergio Hoffmann).

Como já mencionado na seção 2.3, Kleinübing conseguiu exercer uma forte atração carismática na população blumenauense. A então vice presidente da JD sinalizou pra Sergio Hoffmann que seria importante para a JD que Kleinübing fosse conversar com o grupo sobre as suas propostas para a Juventude da cidade. Ela então organizou o encontro que aconteceu na sede da JD.

⁷⁵ Lei nº 3567 de 5 de maio de 1989, dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo do Município de Blumenau.

⁷⁶ Lei Complementar nº 4 de 5 de novembro de 1990.

⁷⁷ Wilson Wandall já era Deputado Estadual, cargo que continuou a exercer depois de não ter concorrido à Prefeitura de Blumenau em 1988.

Nós tínhamos ali na rua Amadeu da Luz⁷⁸, nós tínhamos em cima de um prédio, a sede do partido e aí uma vez por mês tínhamos a reunião e eu presidi a juventude do PSD. (Sergio Hoffmann)

O encontro tinha como objetivos apresentar as propostas da JD para um dos possíveis candidatos à Prefeitura de Blumenau. Segundo Hoffmann, o grupo já possuía uma série de projetos que poderiam ser implantados pelo chefe do executivo. Inclusive a ideia da criação de um órgão para atender a população jovem. A reunião também buscava declarar, se assim fosse decidido pelo grupo, apoio político ao candidato.

“Ela (vice presidente da juventude do PDS) havia conversado com o Kleinübing e achou ele muito receptivo (...) A vice presidente da juventude percebia que Kleinübing considerava a juventude da cidade de Blumenau muito interessante. Pois quando ele (Kleinübing) vai na rua, todo mundo abraça o cara, quer bater foto com ele.” (Sergio Hoffmann)

Hoffmann recebe a notícia um pouco a contragosto, afinal o nome de Wan-Dall era o mais cotado para o pleito na cidade.

“A vice presidente da juventude então me pergunta: Podemos trazer ele um dia aqui? Eu falei, aé pô. O Wan Dall era pretendo candidato a concorrer a prefeitura. E eu não tenho nenhum medo de te dizer (interrupção da entrevista) e aí eu falei, não na boa, traz ele aí. (...) Aí ele veio, chegou lá e ouviu todo mundo falar. Aí falamos o que era a JDC, qual era o objetivo, o que nos fazíamos em prol da juventude, qual era a nossa ideia. Aí ele falou o que ele pretendia.” (Sergio Hoffmann)

A fala de Kleinübing é recordada como um discurso padrão, aonde ele apresenta seu projeto de campanha e pede o apoio da juventude do PDS. Contudo, até aquele momento, Hoffmann não havia se manifestado em favor da sua candidatura e nem ao menos havia feito uma fala direta para Kleinübing. Então, Kleinübing já estava se retirando da sala, quando Hoffmann se levanta e fala:

⁷⁸ Rua nobre localizada no Centro da cidade de Blumenau.

“Olha, eu sou luterano e me lembro das teses que lá o Martin Lutero defendeu, e eu vou defender não as teses todas dele, mas eu vou defender uma só. De que para a juventude, para o idoso, porra, para a nossa cidade a gente só precisa de uma coisa: o homem certo no lugar certo. Nós temos alguém, tem um candidato que está trabalhando, mas ele não tem o meu apoio, porque eu acho que o cara não é o cara certo. Então, o que pudermos fazer para elegê-lo, vou lhe dizer, da minha parte não teria problema algum. Agora, como o senhor viu, eu sou realmente democrático, não forço barra nenhuma, o que eles decidirem eu vou apoiar, até porque nós temos um candidato. Alguém que se colocou a disposição como candidato, o qual eu não concordo muito. Mas não é a minha opinião, é a opinião do pessoal que vai decidir.” (Sergio Hoffmann)

A partir desse momento Kleinübing volta para o seu lugar e senta-se.

“Cara, daí ele sentou novamente. E porra, ele falou mais uma hora. Ai foi legal. Resumo da ópera, eu falei para ele: - Nada que foi colocado aqui eu vou entender como promessa política, porque eu quero acreditar que o senhor tem realmente boas intenções e que estas intenções vão virar depois prática e a gente vai estar de acordo com a sua candidatura na medida em que o senhor assumir realmente esse compromisso. Não queremos promessa, queremos ação. (...) Ele ficou encantado com o que ele viu e ouviu. Acabou então criando o cargo. Resumo da ópera, quando ele ganhou, um dia me toca o telefone lá em casa e ele me convida para assumir. Ele disse:

- Olha, vamos estruturar a Juventude.

Ai um dia fui lá conversar com ele. Ele me pergunta o que a gente ia fazer. Eu disse:

- Não sei. O que podemos fazer é perguntar para a Juventude.

Ai, a ideia que eu dei a ele, e ele muito receptivo, foi de fazermos um encontro com a juventude, para debater com eles, e eu propus de fazermos na câmara de vereadores. E eu comecei a me articular com os grupos.” (Sergio Hoffmann)

Como mostra a entrevista com Sergio Hoffmann, foi durante essa reunião que ficou decido a criação da DAJ. O projeto inicial era de autoria da JD⁷⁹. Contudo, somente após a vitória de Kleinübing é que foi articulada a criação da DAJ. Em sua concepção original, Hoffmann afirma que o cargo de chefe da DAJ deveria ser transitório. Para Hoffmann, a DAJ deveria ser criada apenas para articular a criação do Conselho da Juventude, que

⁷⁹ Não foi conseguido o documento original que pudesse mostrar o projeto inicial elaborado pela JD.

depois de estruturado poderia funcionar de forma independente. Ou seja, se fosse da preferencia dos jovens, a DAJ poderia funcionar como a executora das decisões tomadas pelo Conselho, inclusive poderiam ser realizadas eleições para escolha do chefe da divisão. Na concepção inicial essa seria a forma de atuação do chefe da divisão.

“Kleinübing foi receptivo e até achou genial a ideia, porque é coisa simples. (...) É um cargo que é bancado pelo município mas ele até quebra um pouco a ideia do cargo de confiança porque o chefe da divisão até poderia ser eleito, ali, pelo jovens, através do conselho de juventude que seria criado.” (Sergio Hoffmann)

Entre algumas ações feitas pelas DAJ, podemos citar da primeira gestão: uma reunião realizada na Câmara de Vereadores aonde compareceram 200 grupos de jovens⁸⁰; também foram realizadas reuniões com grupos de jovens buscando a efetivação de um Conselho da Juventude⁸¹; o gestor da DAJ, Sérgio Hoffmann, também tinha como projeto a criação de um Albergue da Juventude⁸², este seria construído com apoio da Federação Brasileira dos Albergues da Juventude que era o Órgão Diretor da política de alberguismo do Brasil. Segundo outro gestor da DAJ, Fabrício Wolff, que assumiu o cargo antes do término do mandato do primeiro gestor⁸³, durante a primeira gestão, além dos encontros e reuniões, foram realizados alguns torneios de futebol, que acabaram em pancadaria. Em 10/07/1989, Sergio Hoffmann é exonerado do cargo para assumir a Coordenação do Serviço Administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em seu lugar, no dia 01/08/1989, é nomeada Iracy Terezinha Dallabona.

Sobre a gestão de Iracy não foi possível encontrar qualquer registro de atividade, relatório ou notícia de jornal que permitisse conhecer suas ações. Em entrevistas com Sérgio Hoffmann, que a antecedeu e com Fabrício Wolff que a procedeu, não foi possível conhecer nenhuma ação da gestão Iracy. Ambos desconheciam o que aconteceu durante o período.

A Gestão da DAJ de Fabrício Wolff é lembrada principalmente pelos eventos

80 Informação divulgada pelo Jornal de Santa Catarina no dia 10 de março de 1992. Através de entrevista, o então gestor da DAJ confirmou que a Câmara de Vereadores ficou lotada, mas não soube informar a real quantidade de grupos e pessoas que participaram.

81 Apesar das reuniões terem sido confirmadas, o conselho nunca chegou a ser criado.

82 O albergue também não chegou a sair do papel, apesar da documentação ter sido criada e inclusive o terreno ter sido formalmente solicitado frente a prefeitura.

83 Que acabou se afastando para assumir outro cargo, na Divisão responsável pelas Associações de Moradores.

artísticos que contaram com bandas do cenário nacional. O Gestor, que vinha da área de publicidade e jornalismo, conseguiu através de várias parcerias, entre público e privado, arrecadar verbas e tocar projetos como: o Rock na Rua, que tinha como atração bandas locais tocando em vários bairros da cidade; a Gincana Cidade de Blumenau, criada em 1993 que teve um crescimento vertiginoso e acabou servindo de modelo para outras cidades, inclusive no plano nacional; e em 1995 ocorreu o maior evento de Rock que a cidade já havia recebido, o Skol Rock Blumenau, que teve como grande atração a banda Mamonas Assassinas.

Fabrício comenta da sua facilidade em conseguir estabelecer contatos na região, em especial com os meios de comunicação local.

Eu falava com o pessoal da Atlântida e para qualquer coisa que a Assessoria fizesse eu ganhava comercial de graça lá. (Fabrício Wolff)

Quando assume o cargo, Wolff lembra que a Divisão não tinha recursos financeiros. Então, teve de estabelecer alguns contatos⁸⁴ para conseguir montar uma pequena equipe, mais dois comissionados e dois concursados do departamento de ação comunitária, e ganhar uma sala para o trabalho.

Até hoje, a atuação do Fabrício Wolff na DAJ⁸⁵ é lembrada⁸⁶ como a mais exitosa, inclusive rendeu ao gestor uma homenagem por serviços prestados na Câmara de Vereadores. Fabrício Wolff assume o cargo no governo de Renato Vianna (PMDB) e é mantido no cargo como comissionado, não sendo um funcionário de carreira da prefeitura de Blumenau. É interessante ressaltar que Fabrício é um nome que permanece trabalhando na prefeitura, atualmente com cargo na Assessoria de Imprensa, independente da mudança do governo municipal, com a exceção do período PT (1997 – 2003).

Segundo Fabrício Wolff, dois projetos que ele ansiava não foram concluídos

84 Não informou quem foram as pessoas que conseguiram arrumar uma sala e mais 4 pessoas para a equipe.

85 Que durante este momento, por iniciativa do próprio gestor, foi renomeada para Assessoria para Assuntos da Juventude.

86 A questão é que em Blumenau a gestão PT, com o prefeito Décio Lima, recebe ainda hoje um tratamento muito negativo pela mídia local. Da mesma forma, não foi possível encontrar nenhuma notícia ou divulgação das atividades da Divisão para Assuntos da Juventude durante o governo petista. Só com entrevista foi possível conhecer as atividades realizadas nesse período. Sugerindo que a gestão de Fabrício ganhou mais destaque pela mídia local pela sua proximidade ou pela simpatia dos meios de comunicação com a sua pessoa.

durante sua gestão: a criação de um programa de primeiro emprego, por falta de apoio das secretarias e departamentos; e as olimpíadas da juventude.

Eu queria muito ter feito uma olimpíada inter-bairros da juventude, unindo associações de moradores. Através das associações de moradores organizar uma olimpíada esportiva para jovens. Até porque, o esporte é bom para tudo. E politicamente também seria bom porque você envolve as associações de moradores. Geralmente eivadas de interesses políticos, dentro delas, de futuros candidatos, enfim, para aglutinar, para somar. (Fabrício Wolff)

Durante os dois governos de Décio Nery de Lima pelo Partido dos Trabalhadores estive a frente da Divisão de Assuntos da Juventude um grupo formado na militância do partido. Pelas entrevistas foi possível constatar que a DAJ, até aquele momento se encontrava abandonada, após a gestão Fabrício Wolff “nada realmente aconteceu”. Não foi possível conseguir nenhum registro da atuação da DAJ até a entrada de Pedro Nogueira, no ano de 2000.

Sobre a DAJ, Fabrício Wolff comenta a respeito do período posterior a sua gestão. *Depois disso trocou muito, no período do Décio, trocaram 7 ou 8 vezes em 4 anos. Teve uma galera ai, então a coisa meio que se perdeu. E nestes últimos anos do João Paulo⁸⁷ (Kleinübing) também teve, em 8 anos, mais uns 4 diferentes assessores, no mínimo. O que é ruim, porque você não consegue uma continuidade no trabalho. (Fabrício Wolff)*

Quando assumiu, Pedro revela que a DAJ estava praticamente desativada, não possuía dotação orçamentária própria⁸⁸. Durante todo o período pesquisado foi possível perceber isso, pois toda ação realizada pela DAJ precisou buscar ou apoio em entidades privadas, através de patrocínio, ou coordenava alguma ação conjuntamente com outro departamento ou secretaria que tivesse orçamento próprio. Dessa forma, talvez seja mais correto considerar que a DAJ sempre funcionou como uma espécie de Assessoria, fazendo a articulação entre Juventude e Prefeitura de Blumenau. Os chefes da Divisão deveriam utilizar da sua influência e contatos para estabelecer parcerias que permitissem alguma ação voltada para a juventude. É elucidativa a opinião de Fabrício sobre a DAJ.

⁸⁷ Período de 2004 até 2011.

⁸⁸ Como constatado pela pesquisa a DAJ nunca teve orçamento próprio, apenas recebia verbas para o custeio da folha de pagamento dos integrantes da Divisão.

A assessoria da juventude tem de apoiar, mas a galera é que tem que fazer. O governo tem que ajudar. Dava para fazer um Rock na rua, sempre. Mas a sociedade tem que se organizar. (Fabrício Wolff)

Ainda segundo Pedro, quando assumiu a DAJ em 2000, a equipe foi composta por uma secretária e outro cargo comissionado, sem função específica, mas que fora escolhido pelo próprio chefe da divisão para “ajudar nas atividades e organizar o local”. A nomeação de Pedro se deu por uma indicação setorial que “debatia as políticas para e com as juventudes”⁸⁹ este grupo vinha de dentro da militância jovem do PT. Pedro, até aquele momento, era militante do PT, da Pastoral da Juventude da Igreja Católica e do movimento estudantil⁹⁰.

“Minha função era de assessor para assuntos da juventude. Quando assumo o departamento, minha função era organizar o departamento e colocar o tema juventude em debate nas questões de políticas públicas (...) Meu trabalho era de motivação da pequena equipe e ao mesmo tempo mostrar que a juventude precisava de um espaço de elaboração. E que a juventude não era só o debate de educação e emprego.” (Pedro Nogueira)

A percepção do chefe da divisão era de que até aquele momento não havia um debate sobre a questão da juventude, não havia um projeto ou ideias claras sobre o que deveria ser feito. Faltavam relatórios e material que permitissem subsidiar a discussão. Quando o tema juventude aparecia na pauta da agenda política, se limitava às discussões sobre emprego e educação, isso era o consenso, mesmo dentro dos grupos e movimentos locais. A proposta do Pedro Nogueira era justamente iniciar esse debate que transcendia o emprego e a educação.

“Debate de lazer, debate de cultura e outras coisas não existiam. Havia também a concepção de que o departamento era somente eleitoral e que era somente algo pra

⁸⁹ Não foi dado mais detalhes sobre quem eram as pessoas que debatiam sobre as políticas de juventude. Na própria fala é possível perceber que o entrevistado faz uma alusão ao relatório elaborado por Abramovay (2005). Ou seja, não é possível dizer se realmente existia um grupo debatendo o tema ou o entrevistado apenas faz uma citação que remete ao relatório significando que o discurso apenas atualiza a própria narrativa dos fatos na perspectiva presente do ex-chefe da DAJ.

⁹⁰ Não foi dado mais detalhes sobre o movimento estudantil ao qual participava, o termo na verdade remete muito mais a uma relação com a militância política e o fato do entrevistado, na época, ser jovem e estudante.

tratar de uma única atividade: a gincana Cidade de Blumenau e fazer um evento de música. Essa era a concepção tanto da prefeitura, quanto da sociedade. Encontro o departamento somente com uma equipe reduzida e sem local fixo de trabalho, também sem autonomia administrativa, política e financeira.” (Pedro Nogueira)

Depois de assumir o cargo, as primeiras iniciativas foram:

- Iniciar o debate sobre as políticas públicas para e com a juventude, sendo que até aquele momento, segundo sua percepção, não havia nada discutido pelas gestões anteriores;
- O nome passou a ser Assessoria de Assuntos da Juventude, pois segundo o Pedro, fazia mais sentido e ia ao encontro da real atuação do órgão, dada as suas limitações orçamentárias e legais;
- Através de pressão frente às secretarias e departamentos já existentes, tentou-se forçar a criação de um espaço próprio com equipamento e equipe capaz de atuar de forma mais profissional, considerando as demandas locais da juventude.

Iniciada as atividades, as primeiras discussões tiveram como tema central a própria noção de juventude. Ou seja, um período de estudo entre a equipe para alinhar seu projeto com as discussões de cunho mais acadêmico, assim como da necessidade em criar um Conselho da Juventude. De fato, realmente o projeto foi encaminhado, votado e aprovado, mas nunca saiu do papel. Ao procurarem novos subsídios para “tocar o projeto” começaram a estabelecer outros contados e “participar” do movimento em nível nacional.

Participamos do debate nacional sobre a Concepção de Políticas Públicas para e com a(s) Juventude(s). Neste debate tivemos a coragem de realizar o 2º Congresso da Juventude - o 1º Congresso da Juventude foi de um dia e teve uma palestra sobre drogas e estas coisas, tema bem clichê mesmo. Na ocasião do encontro tinha que levar uma Lata de Leite. Também foi realizado outro encontro de 3 dias. Neste tivemos debates, oficinas, encaminhamentos, e o produto final destes debates levamos, na época, um relatório final para Brasília. Aonde aconteceu a 1ª Conferência Nacional da Juventude. Estava começando a discussão do Estatuto da Juventude e o debate de políticas públicas para o segmento. Realizamos Conferência Livre de Juventude, que na época era permitido pelo regimento da Conferência Nacional. Realizamos o 1º Encontro de Gestores

de Juventude do Sul do país. Tivemos participantes do Rio grande do Sul, Paraná e Santa Catarina juntamente com nosso Congresso, a abertura foi em conjunto com a participação, na época, do Instituto de juventude, Deputado Vignatti, Deputado Reginaldo Lopes e Helena Abramo, que é uma especialistas no debate de juventude, e no nosso Congresso teve a participação de vários especialistas do país que debatiam o tema. (Pedro Nogueira)

Depois desse momento, que permitiu dar forma ao projeto para a juventude em Blumenau, foram realizadas as seguintes ações, segundo o entrevistado:

- Debate sobre o primeiro emprego, colocando em prática o Programa de Primeiro Emprego e regulação através da Lei 5686 de 15 de agosto de 2001 que foi aprovada só depois de muita discussão⁹¹ na Câmara de Vereadores e com as Secretarias da prefeitura;
- Organizaram debates com os estudantes secundaristas, levando a reativação de grêmios estudantis e a União Municipal dos Estudantes;
- Realizaram discussões através de palestras e encontros com o Movimento Estudantil. Dessa forma participaram da criação do Festival Universitário da Canção de Blumenau – FUCCA em conjunto com o Diretório Central dos estudantes da Universidade Regional de Blumenau – FURB
- Organizaram palestras e oficinas, entre elas uma de grafite, com Internados do Centro de Internação de Adolescentes e Jovens de Blumenau;
- Realizaram festivais de musica que levaram a gravação de um CD com bandas locais;
- Reformularam a Gincana Cidade de Blumenau, com o intuito de que ela tivesse maior penetração nos bairros periféricos da cidade. Como relata o entrevistado: “Criamos a Juventude nos Bairros que era levar os Gincaneiros pra conhecer a cidade que muitas vezes eles não conheciam, o lado “podre” da cidade.
- Ajudaram a criar a Liga dos Gincaneiros, que permitiu maior autonomia do grupo, tendo organização e direção própria;
- Participaram e ajudaram a organizar atividades com as Igrejas locais.

Em relação ao Programa Primeiro Emprego, a lei institui que são beneficiários

91 Relato do entrevistado.

desta Lei, os jovens com idade compreendida entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, regularmente inscritos no Programa Primeiro Emprego, e que não possuam relação formal de emprego, anterior, por período superior a 6 meses. O programa foi coordenado e supervisionado pela Administração Municipal podendo buscar apoio também nas organizações não governamentais. O Poder Executivo então ficou responsável por repassar à empresa participante do programa o valor mensal equivalente ao piso salarial da categoria profissional em que o jovem tenha ingressado, sendo que o limite máximo era de dois salários mínimos por jovem contratado, pelo período mínimo de 3 meses e máximo de 12 meses do contrato de trabalho. Em 1991, através da Lei nº 7432 o Programa de Primeiro Emprego foi reformulado, a supervisão do programa ficou de responsabilidade de um Comitê de Gestão, composto pelos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico – SETREDE; Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS; Sociedade Promocional do Menor Trabalhador de Blumenau – PROMENOR; Assessoria para Assuntos da Juventude - AAJ; e Comissão de Defesa dos Portadores de Deficiências e Patologias - CODEPA.

Ao comentar sobre o período, Pedro faz um resumo do que, até aquele momento, era o debate sobre Juventude nos espaços institucionais da cidade. Segundo o entrevistado, a Prefeitura se limitava aos órgãos tradicionais de ação, a Secretaria de Educação de Cultura, não havendo um projeto de ação específico para atender os jovens. Algumas ONG's tinham algumas ideais, mais no campo da assistência social (filantropia e voluntariado) para dependentes químicos. A CNBB também participava à sua maneira e os jovens da militância política tinham seus grupos, servindo tanto para formar novos quadros de base e levantar as demandas dos seus integrantes como para “porta de entrada” na carreira política. A Divisão para Assuntos da Juventude em Blumenau ficava restrita mesmo aos eventos culturais que já foram citados. Não havia um entendimento do papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas de juventude. Em uma fala elucidativa, o entrevistado resume qual, segundo a sua percepção, precisava ser a sua iniciativa “Tínhamos que fazer o debate para dentro do Governo!”.

A equipe de Pedro Nogueira em 2003 já era composta por mais integrantes. Faziam parte do grupo Eliomar Russi que era comissionado, mas não tinha função específica; Josué que era um servidor administrativo designado para auxiliar a Assessoria; Alexandre Fagundes e Alexandre Lopes que eram estagiários e faziam pequenos serviços e Martin Stabel Garrote, que é historiador e se dedicava principalmente ao Programa Primeiro Emprego, Martin também ajudou a elaborar um

relatório sobre as atividades, mas não foi possível encontrar este documento⁹².

Das administrações pós-governo PT não foi possível encontrar documentos sobre as atividades. A Assessoria mudou de nome, foi então nomeada Gerência de Assuntos para Juventude, continuando subordinada ao Gabinete do Prefeito. A mudança esta relacionada alteração da Estrutura Administrativa do Poder Executivo realizada quando da troca do governo municipal. Devemos compreender essa mudança na nomenclatura como um alteração formal. Ou seja, na prática o que realmente muda são apenas “formalidades” sendo que o conteúdo do documento pouco condiz com a atuação do gestor. Pode-se dizer que, durante os Governos DEM (2004 – 2011) e PSDB (2012 - atual), o órgão serviu como base política do governo, os eventos culturais ficaram a cargo da Fundação Cultural de Blumenau, as ações na área de Assistência Social se limitaram aos seus órgãos específicos e o programa Primeiro Emprego não mais é uma atribuição da Gerência de Assuntos da Juventude.

Foram realizados uma série de encontros com o objetivo de criar o Conselho da Juventude. Para tal tarefa foi então organizado um grupo “fechado”⁹³ de trabalho, que nas primeiras reuniões contou com a presença de alguns jovens interessados – artistas independentes e participantes do movimento VamuSiuní – os encaminhamentos resultaram na realização de um Encontro da Juventude de Blumenau, realizada na Igreja Matriz, no centro da cidade, mas que, apesar da expectativa de concentrar mais de 5 mil jovens, contou apenas com a presença dos próprios organizadores e alguns líderes locais de entidades como: Rottary Club, Estudantes Secundaristas, Cisne Negro – movimento negro, militância jovem do PSDB, clube de oratória da cidade, e cerca de 30 pessoas que não representavam nenhuma entidade de classe ou grupo da cidade.

Em 2015 o Gestor Fred Manke foi substituído, para assumir um cargo comissionado dentro do Gabinete do Prefeito, e assumiu João Paulo Taumaturgo, que foi um membro desse grupo de trabalho que realizou o Encontro em Blumenau, sendo também integrante da militância jovem do PSDB. Limitando-se a realizar reuniões com lideranças políticas do município e do Estado e trabalhar como “assessor de imprensa” não oficial da gestão Napoleão Bernardes (PSDB).

É possível concluir que a Divisão, e depois Gerência, de Assuntos para Juventude

92 Apesar da insistência, não consegui realizar a entrevista com o Martin, mesmo sendo um conhecido meu da época de graduação na FURB.

93 A reunião de criação do grupo foi aberta, mas os membros para formar o Grupo de Trabalho haviam sido previamente selecionados.

em Blumenau passou por 4 fases importantes. A primeira foi a sua criação, onde temos o nome de Sérgio Hoffmann, líder da Juventude do PSD até 1989, que assume o cargo após estabelecer um contato próximo com o então prefeito eleito Vilson Kleinübing. Apesar das várias ideias que traz para o projeto de criação da Divisão, praticamente nada foi efetivado além das reuniões que ocorreram na Câmara de Vereadores da cidade. Sergio Hoffmann permanece muito pouco tempo no cargo. Após sua substituição, a Divisão aparece novamente com alguma iniciativa durante o período em que está a sua frente o Fabrício Wolff. Nesta segunda fase o então profissional da área jornalística, consegue realizar eventos culturais de grande destaque pela mídia local. Entre os eventos o de maior público e publicidade foi o Skol Rock, realizado na prainha em 1994. Após a saída de Fabrício Wolff, a divisão volta a ganhar algum destaque quando já está no governo de Décio Lima (PT), de 2000 até 2003. Nesta terceira fase a DAJ chefiada por Pedro Nogueira participou de alguns eventos a nível estadual e nacional que permitiram à equipe aperfeiçoar um pouco sua forma de Ação. Sua participação estendeu-se ao programa Primeiro Emprego, foi produzido 1 (um) relatório sobre a juventude em Blumenau.⁹⁴ Com a saída do governo PT e eleição de João Paulo Kleinübing⁹⁵ (PFL no primeiro mandato e no segundo pelo DEM) foi iniciado um ciclo de nova inércia das atividades da Divisão, representando então sua quarta fase. Em 2009 é alterado a nomenclatura da Divisão para Gerência de Assuntos da Juventude, através da Lei Complementar nº 505 que estabelece nova organização da estrutura administrativa. Em 2013, é eleito prefeito Napoleão Bernardes⁹⁶ (PSDB) que chama para o cargo de chefia da Gerência de Assuntos da Juventude Fred Manke⁹⁷. Fred Manke permanece no cargo até 2015, quando assume João Paulo Taumaturgo. Nesse período apesar das reuniões de trabalho que levaram a um novo projeto para criação do Conselho da Juventude, não é possível apontar alguma iniciativa realizada pelo órgão.

94 Não foi possível ter acesso ao relatório, como já mencionado, a informação tem como fonte os entrevistados.

95 Filho de Vilson Kleinübing.

96 Professor universitário da FURB e ex-vereador eleito em 2008.

97 Até então membro do diretório do Centro Acadêmico de Estudantes de Direito da Universidade Regional de Blumenau, o Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua – DACLOBE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para explicar a criação da Divisão para Assuntos da Juventude buscou-se reconstruir o contexto local da cidade de Blumenau no período da década de 1980 até início dos anos 1990. Analisou-se as características da disputa política partidária e organização das elites econômicas. Foi feito um levantamento das principais formas de associação civil e empresarial presente até aquele momento.

Constatou-se que apesar da juventude estar presente em diferentes grupos, não havia, até aquele momento, com exceção da Juventude do PDS, elaborado um programa ou estratégias de ação para as reivindicações por políticas para os jovens. Os grupos compunham-se de pessoas interessadas em garantir a reprodução das suas práticas cotidianas. Os artistas buscavam maior reconhecimento e incentivos para a arte e cultura da cidade, assim pleiteavam junto da prefeitura, em especial a Fundação Cultural, eventos e espaços em que poderiam inserir-se. Da mesma forma os outros grupos, pelo meio ambiente, esporte, música alternativa, etc., buscavam, cada qual, seus objetivos coletivos particulares. A juventude, nesse sentido, aparecia como um ator social que atravessa todas essas discussões por estar inserido nesses grupos. Contudo, não consegue, por não ser do seu intento, associar interessados e dar densidade para um projeto política para a juventude.

A única presença de uma organização em torno de demandas específicas dos jovens foi encontrada no interior da militância jovem de partidos políticos. Mesmo assim, deve-se destacar que a Juventude do PDS pode ser considerada como uma das mais bem articuladas sobre as questões referentes à juventude. Não tanto pelo caráter inovador ou preparo técnico para lidar com tal desafio, mas principalmente por conseguir manter-se coesa e aproveitar o momento político.

Como mostrado na seção 2.2 o PMDB naquele momento já vinha passando por um processo de dissidências internas. A militância jovem em geral, quando se tratando dos grupos mais à esquerda, tendem a romper mais facilmente as alianças, principalmente por manterem-se fiéis a sua base ideológico. Os militantes jovens, atuando mais no espectro conservador, tendem a ser mais pragmáticos nesse sentido. Em comparação, quando entrevistado um membro⁹⁸ da juventude do PT, que como partido vinha crescendo frente às organizações de oposição, destaca-se que naquele momento, as principais reivindicações não estavam em consonância com a mobilização pela ampliação de

98 Jefferson Forest, atual vereador de Blumenau pelo PT.

direitos e satisfação das demandas da juventude. Para ele os objetivos estavam mais direcionados para a inserção na política partidária com um viés transformador. Pode-se dizer inclusive, que na medida em que o PT vai conquistando novos postos de poder sua militância começa ser substituída por novas gerações que se assemelham a militância mais pragmática como a dos partidos conservadores. Criando assim uma cisão entre uma “velha guarda” ressentida pelo abandono dos ideais transformadores, por uma nova geração que percebe no PT a oportunidade de iniciar-se na carreira política partidária⁹⁹.

Durante a pesquisa foi possível perceber a convergência de dois fatores fundamentais que explicam como se deu a criação da DAJ.

O primeiro fator foi o papel de Vilson Kleinübing. Este veio até Blumenau após a sua derrota no pleito a governador do Estado em 1986. O motivo da sua fixação na cidade foi ter recebido uma expressiva votação na região, o que chamou a atenção das elites políticas e empresariais locais que estavam buscando um nome para concorrer as eleições para prefeito em 1988. Pois como já vimos, havia uma hegemonia no executivo municipal de candidatos eleitos pelo PMDB (mais de 20 anos no poder). Quando chega à cidade Kleinübing vai trabalhar de locutor de rádio, buscando um diálogo com a comunidade, abordando principalmente pautas políticas.

O segundo foi a reunião de Kleinübing com a Juventude do PDS mostra como a disputa interna pela candidatura a prefeito na Coligação PFL/PDS/PL pode incindir sobre a organização estratégica entre os grupos de interesse no interior dos partidos políticos. O presidente do PDS, Sergio Hoffmann, não explicou o motivo da sua não preferência pelo candidato ao PDS, Wan-Dall, mas deixou claro que gostaria de ver a “pessoa certa” na prefeitura. Ao sinalizar interesse pelas demandas do grupo, Kleinübing conseguiu ampliar sua base de apoio político. Mostrando que a flexibilidade dos candidatos é um fator preponderante na hora de formar sua base aliada. A criação da DAJ aparece como objeto de barganha política. Manifesta-se assim a importância do uso dos cargos comissionados como mecanismo de cooptação. Em um ator e partido que não consegue desenvolver essa flexibilidade e uso estratégico destes mecanismos pode perder a chance de construir sua base de apoio.

A candidatura de Vilson Kleinübing atende duas necessidades, a primeira por representar um candidato com densidade política suficiente para concorrer as eleições, mesmo que não tivesse saído de dentro da elite econômica da cidade, apesar da sua

99 Este dado refere-se apenas as conclusões retiradas das entrevistas e se limitam a analisar a situação local.

relação direta com as elites empresariais; ao mesmo tempo, conseguiu ganhar legitimidade dentro de um grupo com influência eleitoral que Kleinübing vinha buscando através de uma série de outras estratégias (estabelecer uma rede de contatos na cidade em um curto prazo de tempo). O segundo fator que nos ajuda a compreender a criação da DAJ, é o peso de influência do grupo militante de jovens da Juventude do PDS. Mesmo que isso tenha significado transferir o pêndulo político do lado do PDS para o do PFL.

Deve-se considerar também as mudanças decorrentes do processo de redemocratização e mobilização social que serão e alguma medida atendidas pela Constituição de 1988. Ou seja, a legislação avança significativamente abrindo espaço para inovações no âmbito das políticas sociais. É claro que em se tratando das políticas para juventude este espaço ainda ficou muito restrito. Foi mostrado que em Santa Catarina os grupos de escoteiros já haviam sido privilegiados em muitos aspectos pelo governo estadual e municipal. Explica-se essa situação pelo fato de haver uma estreita relação entre grupos políticos e empresarias com o escotismo.

Em relação ao perfil de atuação da DAJ pode-se constatar que as ações estavam condicionadas diretamente pelos nomes que passaram pelo cargo de chefe de divisão. Nesse sentido, fica claro a incapacidade do poder municipal ter institucionalizado uma política de Estado para a juventude. Mostrou-se que não havia coerência entre as diferentes gestões da DAJ. Se o momento de criação inaugura mais um espaço dentro da estrutura do executivo, ocupado pela base aliada do candidato eleito, não inaugura um projeto político para a juventude e realizada pelo governo. A atuação de Fabrício Wolff traduz a distancia real que existe entre as demandas sociais dos jovens e o peso do imaginário pessoal sobre o que esperasse que seja feito pelos jovens. Durante a gestão de Wolff o que orientou a sua ação foi a experiência acumulada de um jornalista e comunicador. Estas práticas, caso não sejam refletidas de forma séria pela população, acabam sendo legitimadas pelas pessoas que são o foco das políticas. Criando-se assim um sistema de expectativas em relação as responsabilidades do governo. Ou seja, se o grupo de jovens não consegue formular com clareza as suas demandas tende a legitimar as ações do governo pelo simples fato de sentir-se representado pelos gestores das políticas. O momento de inflexão da DAJ foi quando, em 2000, já no governo PT, Pedro Nogueira buscou mudar a atuação da divisão. Contudo, deve-se observar, que buscou primeiramente alinhar-se com diretrizes e programas já instituídos a nível nacional ou presentes nas discussões acadêmicas. Mesmo que tenham caminhado na direção de garantir uma política de atendimento aos jovens, pautada em demandas dos setores mais

carentes, a legitimidade foi buscada novamente fora dos jovens da cidade. Cabe aqui ressaltar que a falta de um Conselho da Juventude mostra-se como um dos grandes impedimentos a instituição de políticas de/para/com a juventude.

Em conclusão, ao elencarmos os fatores que deram origem a criação da DAJ, consideramos que a sobreposição de interesses, tanto das elites locais, como de Kleinübing e da juventude do PDS, convergiram de tal forma que propiciaram um ambiente favorável ao processo de institucionalização dessa DAJ. O que não quer dizer que a DAJ tenha sido fruto de um projeto articulado por esses três principais atores. Ou seja, perseguindo interesses distintos, em um dado momento, o alinhamento dos três atores foi essencial para explicar o processo de institucionalização da Divisão. As consequências foram observadas ao analisar o perfil da DAJ. Permitiu também observar que a juventude, enquanto categoria social precisa ser problematizada. Por si só não é transformadora e mesmo que ocupem espaços de assessoria no interior da máquina pública, não podem garantir, a priori, os avanços esperados nas políticas para juventude. Nesse sentido, ao analisar as políticas de juventude recentes, um aspecto importante que deve ser levado em consideração é a forma como se dá a socialização dos jovens na esfera política da sociedade e quais são os canais institucionais abertos para a sua participação. Esta dissertação mostra como, em Blumenau, a DAJ serviu em grande medida para reproduzir e legitimar os grupos políticos partidários que assumiram o governo ao longo desses mais de 25 anos desde a criação da DAJ em 1989. Repensar estes canais institucionais de participação dos jovens é questão fundamental para construir-se uma nova e mais eficiente política de juventude.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 5, Mai/Jun/Juç/Ago, 1997.

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

AMABILE, Antonio. O conceito de políticas públicas. In. CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILI, Antônio Eduardo de Noronha (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: Eduemg, 2012. 480 p.

ANDRADE, Edinara; SANTOS, Nelson. **Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau: história, organização e mecanismos de participação**. Florianópolis: Ed. Insular, 2010.

BLUMENAU (SC) PREFEITURA. **Relatorio de atividades 1990**. Blumenau, 1990.

BLUMENAU. Lei Orgânica do Município de Blumenau, 29 de março de 1990.

BLUMENAU. Lei Ordinária nº 1915, de 12 de março de 1973. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Blumenau e dá outras providências.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 1, de 04 de junho de 1990. Institui o regime jurídico único para os servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas instituídas e mantidas pelo município, estabelece diretrizes gerais para sua implantação e dá outras providências.

BLUMENAU. Lei Complementar nº 3, de 30 de outubro de 1990. Institui o plano de carreira para os servidores públicos do poder executivo, estabelece diretrizes gerais para sua implantação.

BLUMENAU. Lei Ordinária nº 1818, de 16 de dezembro de 1971. Cria conselho municipal de obras sociais e dá outras providências.

BOPPRÉ, Maria Regina. **Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense (1881 – 1889)**. Dissertação de Mestrado, UFSC. Curso de Mestrado em História, Fpolis, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei Complementar nº 6697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores.

BRASIL. Decreto nº 17943, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores.

BRASIL. Decreto Lei nº 200, de 25 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996.

CAREZIA, Roberto Marcelo; SASSE, Liane Kirsten (Org.). **Memórias da FURB**: (1964-2004). Blumenau: Edifurb, 2005.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.37-46, dez. 2008.

CARRANO, Paulo; SPOSITO, Marília. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 1, nº 24, 2003.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 – 1979**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. **Os partidos políticos catarinenses – eleições, processo legislativo, políticas públicas**. Florianópolis: Ed. Insular, 2006.

CASTRO, Cláudio. Memórias de um orientador de tese. In: NUNES, Edson. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1978.

COHN, Amélia. **Participação social e conselhos de políticas públicas**. In: Cepal – IPEA, Brasília, 2010.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, p.829-874, set./out. 2008.

CUNHA, Idaulo. **O salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Ed. Paralelo 27, 1992.

DESLAURIES, Jean-Pierre; KERIST, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: VVAA. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

EISENSTAD, Shmuel Noah. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventudes. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, nº 2, mai/ago 2010.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: ed. Pioneira, 1972.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas, Brasília**, n. 21, jun. 2000.

FURIATI, Nídia. **Juventude e Estado no Brasil**: a lógica constitutiva do Conselho Nacional da Juventude no Governo Lula. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

GROPPO, Luí. **Juventude**: ensaios sobre a Sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 2000.

HASS, Monica (org). **Partidos, eleições e voto**: comportamento político eleitoral de Santa Catarina. Chapecó: Ed. Argos, 2003.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 19, n. 18, p.193-203, 2005.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. IN. CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LENZI, Carlos Eduardo Silveira. **Partidos e políticos em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

LENZI, Cristiano. **O modelo catarinense de desenvolvimento**: uma ideia em mutação? Blumenau: Edifurb, 2000.

MARTINS, Luciano. **Reforma da Administração Pública e cultura política no Brasil**: uma visão geral. Brasília: Enap, 1997.

MACHADO, Ricardo. **Entre o público e o privado**: gestão do espaço e dos indivíduos em Blumenau (1850 – 1920). Blumenau: Edifurb, 2008.

MARCHI, Rita (Org). **Trabalho e trabalhadores no Vale do Itajaí**: uma leitura crítica. Blumenau: Ed. Cultura em Movimento, 2004.

MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina 1889 a 1900**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1982.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquia**: subsídios para a história catarinense 1889 – 1930. Florianópolis: Ed. Insular, 1997.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In. FORACCHI, Marialice. **Karl Mannheim**: sociologia. São Paulo: Atica, 1982.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico do nosso tempo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

MILANI, Carlos R. S.. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p.551-579, maio/jun. 2008.

MUELLER, Carlos Braga. A mídia TV e as eleições. 2010. Disponível em: <<http://www.carosouvintes.org.br/a-midia-tv-e-as-eleicoes/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

PAIS, José. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003.

PEREIRA, Moacir. **Kleinübing: uma trajetória de sucesso**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2001. 232 p.

PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura. **Santa Catarina: historia da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

PRISCO, Cláudio. Morte de Kleinübing libera caminho para legalizar letras. 1999. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1999/mai/24/0pot.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2014.)

RENAUX, Maria. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Edifurb, 2010.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, 1998.

SANTA CATARINA. Decreto Lei nº 8230, de 15 de janeiro de 1991. Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, e dá outras providências.

SASSE, Liane Kirsten. **Movimento estudantil na FURB: visões e memórias do DCE no universo acadêmico 1964-1986**. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Regional de Blumenau - Furb, Blumenau, 2001.

SASSE, Liane Kirsten. **Entre memórias e silêncios: as formas de representação política do movimento estudantil da FURB 1964-1992**. 91 f. Monografia (Especialização) - Curso de História e Patrimônio Cultural, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2002.

SIEBER, Cláudia (org). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma Sociologia da Juventude: releituras contemporâneas. **Revista Política e Sociedade**, nº 8, abril de 2006.

SEVERO, Antunes. Uma história de luta e abnegação. 2013. Disponível em: <<http://www.carosouvintes.org.br/uma-historia-de-luta-e-abnegacao/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

SIEBERT, Cláudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850 - 1938). In:

SIEBERT, Cláudia (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001. 244 p.

SILVA, Elizabeth Farias da. **O fracasso da oposição no poder: Lages (1972 – 1982)**. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 1994.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Cadernos CRH**, Salvador, v 24, n  63, p. 663 – 678, 2011.

SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Blumenau : Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988.

THEIS, Ivo Marcos. Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, Cláudia (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001. p. 213-244.

THEIS, Ivo Marcos. Associações de moradores na periferia de Blumenau. **Revista de Divulgação Cultural**, Blumenau, v. 20, n. 66, p.29-35, set./nov. 1998.

THEIS, Ivo; TOMIO, Fabrício; MATTEDI, Marcos (Org). **Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre o seu desenvolvimento recente**. Blumenau: Edifurb, 2000a.

THEIS, Ivo; TOMIO, Fabrício; MATTEDI, Marcos (Org). **Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau**. Blumenau: Edifurb, 2000b.

THOMÉ, Nilson. MOVIMENTO ESCOTEIRO: PROJETO EDUCATIVO EXTRA-ESCOLAR. **Revista Histedbr**, Campinas, v. 23, p.171-194, set. 2006.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. **Organização coletiva e representação de interesses do empresariado industrial têxtil de Blumenau-sc: a atuação da ACIB e do SINTEX em um espaço político-institucional democrático (1985- 1994)**. 1995. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. ACIB: 100 anos de organização coletiva do empresariado blumenauense; *Revista de Divulgação Cultural*. Blumenau, ano 19, n  62, maio/ago. 1997.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: **Um Pioneiro da Sociologia da Juventude**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife (PE), 2007.

WOLFF, Fabrício. **Blumenália**. 2011. Disponível em: <<http://blumenalia.blogspot.com.br/2011/06/blumenalia.html>>. Acesso em: 23 nov. 2014.